

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E TERRITORIALIDADES**

JONATHAN NEVES AMARO

**MÍDIA, CRÍTICA E INFORMAÇÃO: A HISTÓRIA PELAS
REPORTAGENS DO POSIÇÃO, UM JORNAL FEITO PARA O LEITOR**

**VITÓRIA
2024**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N511 NEVES AMARO, JONATHAN, 1995-
m Mídia, Crítica e Informação: a História pelas reportagens do
Posição, um jornal feito para o leitor / JONATHAN NEVES
AMARO. - 2024.
119 f.

Orientador: Victor Israel Gentili.

Coorientadores: Cicilia Maria Kronhling Peruzzo, Rafael
Claudio Simões.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Jornais. 2. Imprensa Alternativa. 3. Periódicos. 4.
Publicações da imprensa alternativa. 5. Comunicação. I. Israel
Gentili, Victor. II. Maria Kronhling Peruzzo, Cicilia. III.
Claudio Simões, Rafael. IV. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Artes. V. Título.

CDU: 316.77

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E TERRITORIALIDADES0**

JONATHAN NEVES AMARO

**MÍDIA, CRÍTICA E INFORMAÇÃO: A HISTÓRIA PELAS
REPORTAGENS DO POSIÇÃO, UM JORNAL FEITO PARA O LEITOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na área de concentração em Comunicação e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Victor Israel Gentilli

**VITÓRIA
2024**

Jonathan Neves Amaro

**MÍDIA, CRÍTICA E INFORMAÇÃO: A HISTÓRIA PELAS REPORTAGENS
DO POSIÇÃO, UM JORNAL FEITO PARA O LEITOR VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa Comunicação e Poder.

Vitória/ES, 04 de junho de 2024.

Comissão Examinadora

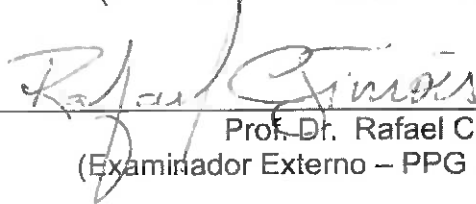


Prof. Dr. Victor Israel Gentilli
(Orientador – PÓSCOM/UFES)

gov.br

Documento assinado digitalmente por:
CICILIA MARIA KROHLING PERUZZO
Data: 04/06/2024 17:47:33 -0300
Verifique em <https://caldeia.m.gov.br>

Profa. Dra. Cíclia Maria Krohling Peruzzo
(Examinadora Interna – PÓSCOM/UFES)



Prof. Dr. Rafael Claudio Simões
(Examinador Externo – PPG SSP SP UVV)

Para minha mãe, Ana Claudia Neves da Fonseca, que precocemente nos deixou ao longo dessa trajetória e esteve comigo nos momentos mais difíceis da minha caminhada acadêmica, dando forças e encorajando a continuar.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Espírito Santo, onde fiz a minha graduação em Jornalismo e agora o Mestrado em Comunicação e Territorialidades.

Ao meu orientador Dr. Victor Israel Gentilli pelo apoio, incentivo e compreensão durante toda minha trajetória. Pela generosidade, atenção e seriedade que orientaram o processo.

Aos colegas de curso e turma que, de alguma forma, deixaram-me ensinamentos a partir da troca de ideias. São eles: Gilson Arão, Karol Mendes e Elisa Lacerda.

Ao Posição. O jornal feito por jornalistas que prezava pela independência acima de tudo e que é inspiração para aqueles que se aventuram em fazer jornalismo.

Aos melhores amigos que foram fundamentais nessa trajetória de apoio ao mestrado: Henrique Moreschi, Nathália Duque, Rachel Martins, Sabrina Barcelos e Graça Santos.

Ao meu noivo Alfredo, pelo amor, dedicação, carinho e companheirismo.

À minha família por proporcionarem e incentivarem o meu estudo e a minha formação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Slogan publicitário proposto pelo regime militar brasileiro.

Figura 2: Charge “Caso das Panelas”

Figura 3: Recorte interno da 5ª edição

do jornal Posição publicada no dia 03 de janeiro de 1977

Figura 04: Capa da edição 65 do jornal Posição publicada em setembro de 1979.

Figura 5: Capa da primeira edição do jornal Posição publicada no dia 29 de outubro de 1976.

Figura 6: Capa da segunda edição do jornal Posição publicada no dia 12 de novembro de 1976.

Figura 7: Capa do jornal Posição publicada no dia 03 de dezembro de 1976.

Figura 8: Capa do jornal Posição publicada no dia 22 de março de 1978.

Figura 9: Capa do jornal Posição publicada no dia 16 de março de 1979.

Figura 10: Recorte interno da 6ª edição do jornal Posição publicada no dia 21 de janeiro de 1977.

Figura 11: Recorte interno publicado no dia 07 de fevereiro de 1977.

Figura 12: Recorte interno publicada no dia 17 de dezembro de 1976.

Figura 13: Capa da 16ª edição do Jornal Posição.

Figura 14: Capa da 23ª edição do Jornal Posição.

Figura 15: Foto do bairro Aribiri publicada na 25ª edição do Jornal Posição.

Figura 14: Foto do bairro Aribiri publicada na 25ª edição do Jornal Posição.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais temas da primeira fase do *Posição*

RESUMO

Esta dissertação busca investigar a trajetória do jornalismo alternativo durante a ditadura militar brasileira, tendo como objeto o jornal Posição (1976-1979). Fundado por jornalistas, a publicação marcou época pelos furos e grandes reportagens sobre o cenário capixaba. Entendendo o jornalismo alternativo como território de conhecimento capaz de influenciar o modo como as pessoas enxergam o espaço e tempo, partimos da hipótese de que o Posição, ao adotar uma postura crítica, escreveu e reescreveu a História dando voz a quem não tinha, abrindo espaço para oposição e, assim, participando da desconstrução dos fatos criados até então. Para isso, traçamos uma linha do tempo de como procedeu a trajetória do alternativo para entendermos de que forma é explorada as potencialidades permitidas pelo jornalismo alternativo nas reportagens que circularam entre outubro de 1976 e março de 1979. Entre as conclusões, acreditamos que o alternativo, ao se debruçar sobre questões comuns à sua época, estabeleceu relações entre mídia e história a partir das páginas e dos depoimentos das fontes, apontando para questões silenciadas e, muitas vezes, ocultadas, como visão de contraponto ao discurso oficial do governo.

Palavras-chave: jornal Posição; Jornal Alternativo; Jornalismo; Ditadura Militar

SUMMARY

This dissertation seeks to investigate the trajectory of alternative journalism during the Brazilian military dictatorship, having as its object the newspaper *Posição* (1976-1979). Founded by journalists, the publication marked an era with its scoops and major reports on the Espírito Santo scene. Understanding alternative journalism as a territory of knowledge capable of influencing the way people see space and time, based on the hypothesis that the position, by adopting a critical stance, wrote and rewrote History, giving a voice to those who did not have one, opening space for opposition and, thus, participating in the deconstruction of the facts created until then. To do this, we draw a timeline of how the trajectory of the alternative proceeded to understand how the potentialities allowed by alternative journalism are explored in the reports that circulated between October 1976 and March 1979. Among the components, we must that the alternative, at the to focus on common issues at the time, distributing relations between media and history based on the pages and statements of sources, pointing to silenced and often hidden issues, as a counterpoint to the government's official discourse.



Keywords: newspaper *Position*; Alternative Newspaper; Journalism; Military dictatorship

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 A História.....	12
1.2 Um problema.....	14
2. O GOLPE E SEUS REBATIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO	21
2.1 Os rebatimentos do golpe no Espírito Santo.....	29
2.2 Tensões com o autoritarismo e diversidade da resistência.....	36
3. PLURALIDADES DO JORNALISMO ALTERNATIVO	43
3.1 Um jeito diferente de fazer e falar	49
3.2 Um novo jeito de resgatar a memória.....	54
4. POSIÇÃO: UM JORNAL FEITO PARA O LEITOR	58
4.1 Relação com o leitor	70
4.2 O fim sem despedida	73
5. A LEITURA DO PASSADO PELO PRESENTE	85
5.1 Um novo jeito de se comunicar	88
5.2 Os enredamentos com a política e as relações com o leitor.....	90
5.3 O presente pelo passado	103
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIA	111

1. INTRODUÇÃO

A imprensa alternativa surgiu no Brasil em contraste a complacência da imprensa ao discurso triunfalista da Ditadura Militar. Feita por lideranças de movimentos populares, estudantis e sindicais, jornalistas e intelectuais engajados na luta pela democratização, os alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e cerceamento dos direitos, conforme diagnóstico feito por Bernardo Kucinski (1991).

O referido autor, considerado leitura e referência indispensável àqueles interessados nessa temática, afirma, que, entre 1964 e 1980, foram criados 150 jornais divididos em duas classes: os políticos, a maioria com “raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 60” (KUCINSKI, p.5); e os existencialistas, com “raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre”.

Pereira (1986, p. 57), ao tratar sobre o papel da imprensa alternativa, observa outro olhar que merece ser resgatado ao dizer que “a imprensa alternativa [...] fez mais que opor-se à forma política – de ditadura militar – assumida pelo regime: opôs-se ao seu conteúdo antinacional e antipopular, opôs-se à monopolização da economia, à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais”.

No que tange a definição dos jornais alternativos, geralmente, leva-se em consideração as condições e características para produção dos jornais, os profissionais, o público a que se destinavam e, principalmente, as condições financeiras. Em geral, o consenso se estabelece em torno da definição das seguintes características: a imprensa alternativa engloba jornais feitos por grupos de esquerda (ligados a várias tendências políticas), impressos em formato tabloide, contra o padrão standard da imprensa de referência, em geral com circulação limitada, organização empresarial deficitária, poucos anúncios e pouco tempo de circulação.

Tais características acabaram transformando os jornais alternativos em uma frente “[...] de resistência ou de uma revolução supostamente em marcha,

depois, numa segunda fase, derrotado esse apelo, caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura." (KUCINSKI, 1991, p. 07). Ao final, as promessas de abertura política e as divergências sobre como restaurar a democracia tornaram inviável a manutenção e sustentação dessa frente.

Esta pesquisa dedica-se ao estudo do alternativo *Posição* (1976-1979). Dentro da classificação proposta por Kucinski (1991), o periódico faz parte de uma das últimas levas de nascimento dos alternativos e integra à corrente das publicações que desde o seu lançamento tinham como objetivo discutir as questões relativas ao cenário regional. "Uma geração nova de jornais, lançados por jornalistas de prestígio regional, nasceu da crise do padrão complacente da grande imprensa, precipitada pelo assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975" (KUCINSKI, 1991, p.19).

Formado essencialmente por jornalistas que militavam ativamente em suas páginas e aspiravam construir uma tendência diferenciada daquelas que já existiam na oposição, o alternativo contava e refletia sobre a História recente do Brasil e, em especial, do Espírito Santo, que se mantinha oculta em função da censura oficial por parte da ditadura.

1.1 A História

Os jornalistas, junto com historiadores, criam representações constantes sobre o mundo. Conforme observou Marcilio (2013), apesar das claras diferenças no fazer jornalístico e no ofício do historiador a tarefa, de ambas as áreas, clareiam as sombras que obscurecem informações sobre os fatos.

Ainda que o historiador trabalhe com o passado, e o jornalista, com o presente, as duas áreas se aproximam na medida em que constroem representações discursivas sobre a realidade. Na prática, tal interdisciplinaridade, abre espaço para refletirmos sobre a prática jornalística sob um ângulo diferente, que permita considerarmos o jornalista como um historiador da atualidade. (COSTA, 2018, p. 16)

Sobre o papel do jornalismo como ferramenta de produção de informação, Wilson Gomes (2004) observa a área como forma de controle e distribuição de "poder material e simbólico". Fato também apontado por Adelmo

Genro Filho que classifica a atividade jornalística como forma social de conhecimento, que recupera pequenas histórias de vida¹. E por assim fazer-se, o jornalismo passa a ser um lugar de memória, apenas à espera de alguém que possa interpretá-lo. Assim, em outras palavras, os materiais que os jornalistas produzem são, hoje, utilizados pelos historiadores como fontes de pesquisa².

Inicialmente, uma das grandes dificuldades enfrentadas no desenvolvimento desta pesquisa, se não maior, foi encontrar exemplares do jornal *Posição* possíveis de serem analisados. Vale lembrar que o papel em que eram impressos os jornais naquele período eram de qualidade inferior (se compararmos com as impressões atuais) e que, com o tempo, há uma tendência ao descolamento das páginas.

Uma de nossas primeiras incursões em busca dos exemplares ocorreu sem sucesso na Biblioteca Pública do Espírito Santo e, posteriormente, na Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim de Vitória. Em seguida, visitamos o Arquivo Público do Espírito Santo (APEES) que não dispunha dos registros do alternativo *Posição* mas, com toda cordialidade, atenção e presteza dos funcionários, nos orientaram a buscar no acervo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Nós então procuramos o Instituto. O órgão dispunha das unidades para análise, digitalizadas e disponibilizadas *online* referente aos anos de 1976 a 1979³.

Desse primeiro contato parecia-me duplamente interessante investigar a fundo a experiência do *Posição*, um jornal feito por jornalistas e até então desconhecido pelos estudantes de jornalismo da universidade; um alternativo que atuou à frente das trincheiras de resistência à ditadura.

Deste primeiro enquadramento, veio a primeira proposta de título: *Do Imaginário às Bancas: a representação política através das reportagens do jornal Posição*. Com o tempo, este título passou a ser insuficiente para a

¹ Conforme analisa Eduardo Meditsch (1992).

² Cada vez mais, a imprensa é utilizada como fonte primária pelos historiadores. Em um levantamento feito nos anais do XXIV encontro da Associação Nacional de História (ANPUH) de 2007, constatou-se que quase 70% dos trabalhos sobre o século XX utilizavam a mídia como fonte histórica (RIBEIRO e HERSCHMANN, 2008, p. 14).

³ É importante ressaltarmos que as edições do alternativo *Posição* se encontram disponível, também, no acervo físico da biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

dimensão que se aplicava ao trabalho e pelo ângulo ao qual o compunha. Com esta pesquisa intenção era partir do campo da Comunicação e não da Ciência Política. Ao mesmo tempo, representação não abarcava todo significado do *Posição* para a imprensa no Espírito Santo.

Com isso, construiu-se a proposta de contar o jornal sob o olhar da Comunicação, mas, também, da História, observando seus processos jornalísticos relacionados à resistência à ditadura e de sua colocação enquanto "jornal feito por jornalistas e não por industriais ou empresários" (*Posição*, 1ª ed., p. 2).

1.2 Um problema

De modo geral, boa parte das referências bibliográficas desenvolvidas para fomentar os estudos sobre a imprensa alternativa focam no ocorrido com veículos de comunicação de repercussão nacional, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Na contramão, com essa dissertação, pretendemos resgatar de que forma a influência exercida pelo alternativo *Posição* reescreveu a História do Espírito Santo, durante a Ditadura Militar.

Partimos da hipótese de que o alternativo, no Espírito Santo, ao adotar uma postura crítica, se tornou um contador de História dando voz a quem não tinha, abrindo espaço para oposição e, assim, participando da desconstrução dos fatos criados até então, pelos mesmos olhos dos militares, oficiais e "verdadeiros".

Para chegarmos a tal conclusão acima, alguns objetivos específicos passam a ser necessários, a exemplo de: (a) Identificar como o método narrativo, fundamentado em documentos e depoimentos dos protagonistas dos fatos, adotado pelo alternativo, configurou o *Posição* como um jornal "memorialista", referenciado no jogo político e não no ideológico; (b) Apresentar as questões problemáticas da realidade capixaba e brasileira desvendadas pelas reportagens do alternativo; (c) Avaliar a situação do *Posição* enquanto meio de comunicação engajado e de oposição e o cumprimento do seu papel

de ser um jornal feito por jornalistas - e não, por um industrial ou empresário, de acordo com as aspirações populares.

De acordo com Gerhardt e Souza (2009, p.12) só é possível iniciar uma pesquisa se houver uma pergunta para a qual o pesquisador buscará métodos para encontrar respostas. Sendo assim, este estudo ainda parte das seguintes problematizações: (a) qual o teor do conteúdo presente no jornal Posição?; (b) de que forma explora as potencialidades permitidas pelo jornalismo alternativo?

Diante do cenário está investigação focaliza na cobertura feita pela imprensa alternativa, especialmente pelo jornal impresso Posição, entre o período de 29 de outubro de 1976 quando a primeira publicação chegou às bancas e 16 de dezembro de 1978, quando foi publicada a edição nº 48. A escolha se dá devido às fases⁴ em que o Posição passou na sua efêmera trajetória que, conseqüentemente, trouxeram mudanças no conteúdo e na cobertura dos fatos.

Como exposto anteriormente, neste período a comunicação exerceu um papel fundamental na formação de conhecimento público, levando as pessoas a refletirem e se posicionarem sobre temas que estavam relacionados à própria vida em sociedade. Por isso, faz-se necessário ressaltarmos a importância desta pesquisa na investigação do jornalismo na sociedade que influencia na produção, mediação e na circulação de informações.

Delimitados os objetivos e hipótese, antes de partimos para o seu desenvolvimento é preciso tratarmos sobre seu referencial teórico que forneça os conceitos e deem suporte aos temas elencados ao longo do trabalho. Por ser um tema amplamente documentado, tanto em âmbito nacional, quanto regional, houve uma necessidade de adotarmos procedimentos para exploração do objeto, uma vez que a cada nova leitura, surgia um novo leque de informações.

Adotamos as indicações de Lima e Miotto (2007) que permite emprendermos uma investigação que contempla bibliografias diversas sobre a temática da censura no Brasil, de âmbito interdisciplinar não somente sobre

⁴ Essa pesquisa adotará a divisão proposta por Brumana (2016) que dividiu a história do periódico em cinco fases, levando em consideração as mudanças no comando do jornal.

uma adequada fundamentação, mas também de reflexão crítica. “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (2007, p.38).

Lima e Mito (2007) asseveram, ainda, que a flexibilidade na pesquisa bibliográfica torna a tarefa do estudioso ainda mais árdua, no entanto resulta em

[...] maior alcance no trabalho dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado (LIMA; MIOTO, 2007, p. 45).

É preciso lembrarmos ainda que a pesquisa em Comunicação tem ampliado suas correntes, seus campos temáticos e objetos de estudos (FRANÇA, Vera V. 2001). Um dos aspectos que atualmente merecem destaque é a aproximação e possibilidade de ampliação do campo da Comunicação Social com outras áreas de conhecimento, que em grande medida auxiliam nas produções científicas - como no caso desta pesquisa.

Segundo França (2001), ao longo do tempo, novas fontes foram sendo descobertas, utilizadas e trabalhadas pelos pesquisadores para a construção de um conhecimento advindo das contribuições das várias áreas como História, Antropologia, Ciências da Informação, Geografia, dentre outras. Um processo complexo, mas como muito bem trouxe a referida autora, a comunicação, nascida de uma dinâmica interdisciplinar, com terreno transdisciplinar, estimula a diluição das demarcações de fronteiras científicas possibilitando que o mesmo objeto esteja submetido a vários pontos de vistas e variadas leituras. “As influências podem e devem vir numerosas; mas é preciso organizar sua absorção em função de um problema específico, de uma questão própria – que é a própria comunicação” (FRANÇA, 2001, p. 13).

Mauro Wolf (2002) também chamou atenção para isto: os estudos sobre a Comunicação se utilizam de teorias sociais elaboradas, mas trabalham com um modelo comunicativo simplista e simplificador, que é o paradigma informacional que entende a comunicação como um processo de transmissão

de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos.

Não é o nosso objetivo traçar um percurso desta discussão que, como sinalizado, é complexo e merece uma revisão mais aprofundada. No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para uma nova abordagem, agora, não mais pelo paradigma clássico de (emissor/receptor), mas como um processo de troca, de ação compartilhada e interação como é proposto pelo jornal Posição.

Por isso, ainda se faz necessário, também, discutirmos as aproximações entre Comunicação e História, uma vez que a partir dessa reflexão teremos embasamento para analisar a influência do Posição na reconstrução e construção dos acontecimentos na sociedade capixaba. Assim, lançamos mão de ideias que dão suporte e fomentam o estudo de campo, principalmente, a partir de autores como Barbosa (2010), Ribeiro (2003) e Marcílio (2013).

A imprensa é uma grande fonte de interpretação. Barbosa (2010) informa que, atualmente, periódicos de diversas naturezas são frequentemente referenciados porque o olhar dos historiadores multiplicou a possibilidade de enxergar, nos mais variados vestígios do passado, para atestar a existência de múltiplos processos. "Nos anos de convivência com a história, aprendi que há mais correlações entre ela e a imprensa, ou, para ser mais ampla, entre os meios de comunicação e o seu estudo, do que inicialmente supunha." (p.17)

Marcílio (2013, p.44) destaca que há um diálogo constante entre a Comunicação e a História, conexões tão próximas a ponto de se interseccionarem. "Ambas estão comprometidas, [...], ainda que a História reivindique um saber científico, e o Jornalismo se dedique à representação da realidade contemporânea".

Os meios de comunicação ganharam importância como fontes de pesquisa, principalmente, após a inserção de novas tecnologias de informação, conforme Ribeiro (2003). Com isso, a História foi perdendo o papel central de constituição e formalização da memória oficial. Pasavento (1991, p. 13) nomeia de "sensibilidades de uma época esses documentos, como a imprensa, os livros literários, que estariam no modo de pensar, sentir, agir, e, sobretudo, de representar o mundo". A mensagem jornalística, então, quando considerada

como o registro histórico por excelência, acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado.

Uma vez registrado nas páginas, o jornalismo é elevado ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos por “[...] não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a testemunha ocular da História” (RIBEIRO, 2003, p. 100).

Vale ressaltar também que, embora autônomas, o discurso, jornalístico e histórico, compartilham de vários traços em comuns que se aproximam na medida em que constroem representações discursivas sobre a realidade nas quais se destacam na capa o que seriam os acontecimentos mais duradouros. As notícias, assim, são construídas não apenas para o presente, mas também para o futuro (BARBOSA; RIBEIRO, 2011).

Construir a história da imprensa é fazer o mesmo movimento da "escrita da história", conforme Gloria (2019) e Barbosa (2010). Sendo assim, quais seriam os fatores metodológicos para a construção de uma história do jornalismo? Barbosa (2010), elenca a demarcação temporal como o mais essencial de qualquer análise a ser realizada. “Uma narrativa que mistura materialidades, mediações e plataformas, produzindo um território, no qual o jornalismo ocupa o cerne da descrição, mas que é antes de tudo um território de práticas humanas” (p. 7).

Assim, enfatiza, então, o que também consideramos importantes nessa dissertação: o jornalismo como processo no qual estão envolvidas múltiplas práticas humanas.

Assim, ao invés de nos determos exclusivamente nas materialidades (as páginas dos jornais), nas gramáticas (o discurso que profere) e na organicidade (as estruturas empresariais, gerenciais e processos produtivos) há que visualizar, sobretudo, os sujeitos envolvidos diretamente nessa história. A história do jornalismo deve ser também uma história das ações humanas. Como se dá o processo de produção jornalística no tempo e num universo cultural específico? Quais são os seus atores centrais? Como se constitui a dimensão interna das empresas? Qual a relação dessa dinâmica interna com o mundo exterior? Ou seja, como se dão as trocas entre um universo e o outro e qual o mundo que está em torno? Como o jornalismo é percebido? (BARBOSA, 2010, p.7)

Essas questões são algumas das provocações que podem ser realizadas para a construção de uma narrativa para visualizarmos essa história como integrante de um processo comunicacional, na qual ganha importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos pelos impressos.

Tendo tudo isso em vista, percebe-se que, para a maior compreensão da cobertura do jornal Posição, é necessário um olhar mais apurado acerca dos conteúdos publicados ao longo das edições. Portanto, decidimos pelo cruzamento metodológico e, assim, trabalharemos com a História Oral e a Análise de Conteúdo. Esta última, é amplamente utilizada para estudar assuntos ligados às mensagens dos meios de comunicação e servirá como instrumento para organizar e compreender as matérias e as mudanças temáticas ao longo do período do alternativo. Sua escolha se deu pela natureza do objeto de pesquisa por permitir uma descrição sistemática de um conjunto de textos jornalísticos, proporcionando uma análise no que diz respeito a tendências, conflitos e ideologias presentes no objeto, assim como nos depoimentos oriundos das entrevistas concedidas e encontradas durante a pesquisa exploratória.

Ao propor desvendar o passado, através do resgate da memória, encontrarmos várias falas dissonantes. Sobre isso, Seixas (2004, p. 39) ressalta que

“[...] a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo – aqui se inscreve a novidade da crítica – em que coloca a história como senhora da memória, produtora de memórias”.

Para contarmos o caso do Posição, buscamos perceber como as mediações do ambiente político da época, jornalístico, social e cultural atuaram na operacionalização das edições, tendo em vista que o periódico não foi a única tentativa de aglutinação contra as forças da ditadura militar. Isso possibilitou a nossa pesquisa ao estudo do modo de vida da época, dos contextos que permitiram a criação do alternativo como meio de comunicação, do seu leitor e das relações com o campo da política.

Para responder nossas preocupações, procedemos com a análise a partir das explicações de Braga (1997), que concentra "a observação no conteúdo e nas relações com o social" e, assim, nos permitiu verificar a estrutura do jornal. Foi possível perceber, como sugere o referido autor, "algumas originalidades" ou diferenças acerca dos outros alternativos da época. Mouillaud (1997) sugere que se observe, também, quem está por trás do que os meios de comunicação informam, se o jornal segue um padrão ou modelo, qual o enquadramento dado aos acontecimentos, como tenta modelar o tempo, espaço e qual o seu "modo de dizer".

Outro ponto observado foram as condições necessárias para que o Posição existisse, os limites em sua estrutura interna e os fatores que contribuíram para o encerramento da sua breve história. Para tanto, foram consideradas as edições e os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica. Isso foi feito em vista que,

“além das posições ideológicas, deve-se levar em conta também as condições materiais da produção; os processos de cooperação (pois um jornal é obra composta); as relações concretas entre as forças em presença; as relações entre os interlocutores” (BRAGA, 1997, p. 321-334).

Pela diversidade de ângulos, buscamos empreender no trabalho o "raciocínio analógico" de que fala Bourdieu (1991) e por indícios referidos por Braga (1997) para uma interpretação acerca do fenômeno da imprensa alternativa e da resistência à ditadura no Brasil. Esta foi a dinâmica encontrada para desempenhar o trabalho de análise interpretativa de documentos, sem cair na leitura corriqueira do senso comum. Significa pensar no jornal como produto, no jornalismo alternativo como experiência e ação social e nas "condições sociais" (BOURDIEU, 1989) que os tornaram possíveis.

Para estudar este caso, ainda, esta proposta tornou necessária a análise interpretativa do acervo digitalizado do Posição. De forma complementar, nos debruçamos no contexto político e social do período, através da pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas realizadas com pessoas que atuaram diretamente ou indiretamente com o alternativo.

Na primeira parte desta dissertação, aborda-se a resistência expressa pelos movimentos em torno dos jornais alternativos e de seu próprio conteúdo. Para tanto, são levantadas questões sobre os rebatimentos da ditadura brasileira no Espírito Santo e o contexto social, político e econômico do período associadas à reflexão sobre o jornalismo alternativo - no qual se enquadra a proposta do Posição. Há ainda uma reflexão sobre as tensões estabelecidas pelo autoritarismo com o campo do jornalismo e a diversidade da resistência em contraponto a um novo jeito de resgate da memória.

Na quarta parte é contada a história do Posição, quando se busca evidenciar suas características específicas, suas relações estabelecidas com o contexto e a ação de seus organizadores. A partir disso, busca-se observar como a história do Espírito Santo é levada aos leitores e, em alguns casos, estendidas ao campo político. Estas análises estão na base das reflexões que apontam ao fato de que a imprensa alternativa atua na constituição da autonomia do jornalismo.

É preciso dizer ainda que, a expressão imprensa alternativa, para fins desta pesquisa, trata do contexto específico do jornalismo alternativo feito durante a ditadura militar brasileira - nesta pesquisa, essencialmente, feito por jornalistas, visando analisar como foi retratada a história através das páginas do jornal criado para contestar a ditadura e seus pilares de sustentação. Neste momento, não há preocupação em provocar uma discussão sobre o jornalismo alternativo como aquele realizado por outras organizações como, por exemplo, de iniciativas privada, partidos, sindicatos ou associações.

2. O GOLPE E SEUS REBATIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

Nos anos que antecederam o nascimento do Posição, grandes transformações estavam em curso pelo mundo como a concentração da população nos centros urbanos, a reestruturação dos meios de produção e da sociedade, as mudanças de comportamentos políticos, o poder da mídia, as manifestações culturais e uma gama de movimentos sociais que se organizaram para defender interesses de categorias e lutar pela conquista de

direitos sociais, civis e políticos. Na América Latina, essas mudanças, particularmente, se expressaram "recobrando questões indígena, nacional, agrária, operária, de gênero e étnica" (WANDERLEY, 2004, p.171). Essas mudanças afetaram a forma de viver, a história, a participação nos domínios coletivos e trouxeram, conseqüentemente, uma expressiva demanda pela modificação dos padrões e questionamento aos valores e normas.

No Brasil, essas transformações demandaram ações específicas dos governos. João Goulart (1961-1964), que assumiu após um processo conturbado após a renúncia de Jânio Quadros (1961), pretendia fazer algumas reformas sociais. Herdeiro político de Getúlio Vargas e da tradição populista, tinha base entre os trabalhadores urbanos e os pobres⁵. Sua plataforma política era apoiada por estes setores e suas organizações, aliadas a estudantes e camponeses. A expectativa das reformas animada alguns setores pelas possibilidades de transformações na estrutura social e alertava outros para um temido caos social⁶. De todo modo, as reformas foram abortadas antes mesmo de serem executadas, pelo golpe de primeiro de abril de 1964, que inaugurou a ditadura que perdurou por 21 anos no país. "Instalou-se então um militarismo antigo, com regimes políticos complexos e periódicos, quase sempre destinados a reprimir o verdadeiro ou o aparente poder dos movimentos sociais, tidos como desordeiros" (VIEIRA, 2004, p.97)

Para uma compreensão mais apurada e contextualizada das condições e motivos para essa tomada de poder e dos seus rebatimentos no Espírito Santo, é importante recuarmos no tempo e situarmos no governo de Jânio Quadros. Eleito por voto direto e com sólida votação, Jânio tornou-se presidente do Brasil em 1961.

Segundo Dreifuss (1987, p. 128), ao assumir, Jânio herdou do seu antecessor, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, um legado de problemas, em virtude da proposta de crescimento acelerado do país. "[...] incluindo a inflação, que se tornava incontrolável, a estagnação agrária, as dificuldades na

⁵ Conforme informações de Silva (2010), apresentada em "Getúlio Vargas e João Goulart: Mestre e Discípulo", Goulart foi muito mais que herdeiro político, pois na política trabalhava para pôr em prática a doutrina trabalhista de Vargas por meio de medidas sociais.

⁶ Essa questão é apresentada por Daniel Aarão Reis Filho em "Ditadura militar, esquerdas e sociedade". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

balança de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens”.

Para contornar a crise, o governo de Jânio adotou, então, uma política de contenção de despesas para reter a escalada inflacionária, o que agradava as classes produtoras. Além disso, na política externa implementou uma posição independente, mantendo relações diplomáticas com países em função dos próprios interesses nacionais (MAZEI, 2011). Ao mesmo tempo, buscou estabelecer relações diplomáticas com a antiga União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS) e, também, enviou o seu vice, João Goulart, à China comunista, apoiando seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU).

Por óbvio, essas ações relativas à política externa resultaram num descontentamento dentro da União Democrática Nacional (UDN), partido que elegeu Jânio e era ligado ao liberalismo, aos militares e à classe média alta. Alinhada a essa crise interna, o plano de governo de Jânio levou ao rompimento das relações entre o Brasil e Estados Unidos (EUA) que, na época, exigiam dos países latino-americanos uma posição de contrariedade com qualquer regime socialista ou comunistas (FAGUNDES E ÂNGELO, 2014).

Em agosto de 1961, Jânio renuncia ao governo. Mas, antes, é importante ressaltar que a crise política não foi o único fator, pelo contrário. A reforma agrária, por exemplo, encaminhada ao Congresso foi um passo para o sucesso da investida militar que, somadas as dificuldades econômicas, as disputas partidárias, as polêmicas entre Executivo e Legislativo, as greves e a inflação, revelaram a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar (PEREIRA; MARVILLA, 2005).

Pelos seus planos não declarados, a renúncia de Jânio não seria aceita pelo Congresso, pelos militares ou até pelo povo. Na avaliação de Jacob Gorender (1987, p. 19), Jânio pretendia, com o seu desligamento, “[...] obrigar o Congresso a castrar suas prerrogativas constitucionais e fortalecer as atribuições do Presidente de República”. Dreifuss (1987, p. 129) complementa essa tese alegando que com a renúncia, Jânio, na verdade, tinha a esperança de que, sob os apelos e apoio da classe média, dos empresários e dos militares, retornasse com plenos poderes.

Essa estratégia, no entanto, não ocorreu como desejado e abriu-se espaço para a posse do vice-presidente, João Goulart. Jango, como era conhecido, na ocasião da renúncia estava em missão especial na China e era visto, sob concepção dos militares e dos setores sociais, associado aos comunistas. Dreifuss (1987), inclusive, enfatiza que tanto as Forças Armadas, quanto a maioria dos congressistas posicionaram-se de forma contrária à sua posse como presidente, buscando alternativas para impedi-la, em favor da ilegalidade. Porém, o que houve foi um movimento para que se cumprisse a Constituição.

A gestão de João Goulart (1961-1964) foi marcada pelas lutas e mobilizações populares que reivindicavam mudanças radicais de ordem estrutural no país. Em resposta, então, foram apresentados o Plano Trienal, para conter a alta da inflação, e as Reformas de Base que incluíam os setores educacional, fiscal, político, urbano e agrário⁷.

Após a ousadia de agir e organizar uma série de comícios como forma de angariar o apoio da sociedade, em março de 1964, a agitação política e os constantes ataques tornaram a situação de Jango insustentável, e um forte apoio popular pedia a sua deposição⁸. “Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista” (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 59).

O historiador Marcos Napolitano conta que essa crise política atingiu o seu ápice em outubro de 1963, quando a conspiração engrossou e transformou a crise em um impasse institucional. "O golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia" (NAPOLITANO, 2014).

⁷ REIS, 2005, p. 24.

⁸ Entre as mobilizações sociais, ocorreu a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" organizada em São Paulo, em março de 1964, levando às ruas 500 mil pessoas com o intuito de inflamar a sociedade à forma de governar de Jango e, assim, convencendo os demais sobre a ameaça comunista. (FAUSTO, 2008).

O embate estava aberto e declarado, mas, evidentemente, que a análise para as razões do golpe de 1964 é uma tarefa complexa. Fico (2004, p.113) sustenta que, para a compreensão desses motivos, lhe parece

[...] evidente que, em se tratando de um fenômeno complexo, todas as variáveis intervenientes, de natureza macroestrutural ou micrológica, devem ser consideradas. As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, o ânimo golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas que devem ser levadas em conta.

A partir do dia 30 de março de 1964, o golpe começava a ser colocado em prática. Sob o comando do general Olímpio de Mourão Filho, as tropas militares marcharam de Minas Gerais até o Rio de Janeiro, cidade em que João Goulart estava. O governo praticamente não impôs resistência. Fico (2001) descreve que no dia 2 de abril de 1964, o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou que o cargo de presidente da República estava vago. O golpe estava consumado.

De imediato, Goulart foi afastado e oito dias depois foi decretado o primeiro Ato Institucional (AI-I), sob o qual mandatos eletivos foram cassados e figuras como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, perderam seus direitos políticos por dez anos. “A partir de 1964, contam-se aos milhares os inquéritos realizados, seja para identificar grupos de esquerda, seja sobre qualquer manifestação contrária ao golpe militar, até mesmo pichações” (MITCHELL, 2007, p. 43).

Alceu Amoroso Lima, em 1964, no *Jornal do Brasil*, constatava que "entre os anônimos que mais sofreram no período pós-revolucionário, estava os estudantes e os operários. Conheceram, uns e outros, o horror da tortura, esta monstruosidade que julgávamos abolida para sempre da história" (apud ALVIM, 1979, p.27). Diante do Ato Institucional I, Edmundo Moniz⁹, no *Correio da Manhã*, indignava-se: "[...] por que a supressão das liberdades públicas? (...)

⁹ Textos da coletânea de artigos publicados nos jornais brasileiros, organizados por Thereza Cesário Alvim que indica que "hoje, como ontem, os melhores nomes da imprensa brasileira dizem NÃO à ditadura, NÃO à violência, NÃO ao arbítrio, NÃO à autossuficiência enciclopédica e infalível" (1979).

"O povo sabe o que representa a liberdade. E nunca a liberdade é tão querida e tão desejada como quando se encontra em perigo" (apud ALVIM, 1979, p.75)

Apesar da cassação das lideranças de esquerda, em abril de 1964, o Congresso Nacional operava sob controle dos militares quando escolheu como primeiro presidente o general Humberto Castello Branco (1964-1967). Seu governo ficou marcado pelos primeiros atos de endurecimento do regime como o AI-2 que, entre as medidas, extinguiu os partidos políticos, impôs eleições indiretas para presidente, além de ampliar a possibilidade de cassação de mandatos parlamentares e suspensão de direitos políticos. Segundo Fico (2001), instrumentos como o AI-2 e o AI-5, transformaram o regime em uma "comunidade ou sistema de segurança", a qual "amparava-se naquilo que podemos chamar de "pilares básicos" de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura".

Tinha-se, com isso, o início de um novo regime que perdurou por 21 anos no Brasil, fortalecido por uma política centralista e autoritária que se iniciou com a alegação de salvar o país da corrupção da subversão e do comunismo, além de restabelecer a democracia¹⁰. Este projeto, que ficou marcado por notórios abusos e violações sustentados por uma estrutura de poder, uniu órgãos dedicados à vigilância social e a militarização das unidades estatais.

Propagando um lema nacionalista de "cumprir um dever patriótico", os militares buscaram difundir uma visão otimista da crença de que o país, em um curto espaço de tempo, poderia integrar a categoria das nações desenvolvidas (FICO, 2004). Para isso, se colocaram como aqueles que iriam combater a ameaça comunista e restabelecer a democracia no país. Porém, na prática, o que se instaurou, de fato, foi um regime de exceção¹¹ lembrado pelo rompimento com as estruturas democráticas e um Estado marcado pelos atos institucionais, editados sob o comando dos militares e, principalmente, a censura, perseguições e interferências aos meios de comunicação.

¹⁰ Essa questão é apresentada por Daniel Aarão Reis Filho em Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 33.

¹¹ Ao termo "regime de exceção" costuma-se atribuir uma situação de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima o Estado sob o regime democrático do autoritarismo. (PEREIRA; MARVILLA, 2005).

Acerca da ação do golpe, Smith (2000, p.33) sintetiza as características do regime militar que tomou o poder em 1964:

Formulou sua própria ideologia de segurança nacional e elaborou novos procedimentos jurídicos e fundamentos institucionais para suas ações. Também procurou exercer controle através da repressão, com uma plethora de órgãos de segurança vigiando, interrogando e torturando. O regime mudou ou menosprezou as leis à vontade, mesmo as que ele próprio instituiu.

Segundo Smith (2000) e Gaspari (2002), nesse momento, multiplicaram-se os órgãos de vigilância e repressão como o Serviço Nacional de Informações (SNI), que atuava investigando o dia a dia de cidadãos considerados "suspeitos", que logo foram tidos como potenciais inimigos à segurança nacional. Com isso, abria-se uma era de prisões, torturas, perseguições e cerceamento à liberdade de expressão, enfim, o que Reis (2000) nomeia como um tempo de "caça às bruxas".

Almeida e Weis (1998, p. 323) refletem que o golpe mudou

radicalmente a vida daqueles brasileiros que não viam motivos para comemorar a derrocada de um governo civil eleito, o qual, mal ou bem, tentava implantar reformas em benefício do povo. Eles acabariam se opondo de distintas maneiras a um regime militar apoiado pelos extratos mais conservadores da sociedade.

Em resposta ao recrudescimento do regime, as organizações sociais, particularmente, as que representavam estudantes e operários, responderam as ações com mobilização. Houve greve em Minas Gerais, protestos em São Paulo e, no Rio de Janeiro, 60 mil pessoas acompanharam o enterro do jovem Edson Luís, morto por oficiais. Em todo o país, seguiram-se conflitos entre estudantes e forças militares. Trabalhadores foram demitidos, outros presos e torturados. Nas universidades, as manifestações de estudantes, que na época haviam balançado os governos pelo mundo, foram controladas pela ditadura que, apesar das organizações clandestinas e da luta armada, acabaram com os principais líderes mortos e, depois de prisões, tortura e inúmeras perseguições, esvaziaram-se (Klein (2008, p. 37).

As ações armadas e o discurso do deputado Márcio Moreira Alves sugerindo o boicote às paradas militares em comemoração à "revolução" tornaram-se justificativa para, em 1968, o governo militar editar o Ato

Institucional V (AI-5) possibilitando fechar as portas do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, cassar os direitos políticos de qualquer cidadão, restringir as liberdades individuais e suspender a garantia do habeas-corpus. Com isso, a censura avançou e censores foram instalados nos principais jornais e alternativos da oposição, nas universidades e demais locais da sociedade que, com suas ações amordaçadas, perderam intensidade (KLEIN, 2008, p.37).

Quando o Congresso foi reaberto, dez meses depois, 94 parlamentares haviam sido cassados, e o general da “linha dura” Garrastazu Médici era o escolhido pela cúpula militar para a Presidência da República no período de outubro de 1969 a março de 1974 (FAGUNDES E ÂNGELO, 2014).

Gaspari (2002) sublinha que, este contexto, foi o “mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”. Ao mesmo tempo, “foi a época das alegrias da Copa do Mundo, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o milagre brasileiro” (GASPARI, 2002). Os porões haviam criado regras próprias, que existiam com a conivência das hierarquias instituídas. Sendo assim, continuando, o referido autor ainda evidenciou as inconstâncias do regime nos modos de repressão. “Havia 60 mil nomes cadastrados pela repressão entre líderes da luta armada e pessoas simplesmente envolvidas nos partidos clandestinos que foram mortas pelo regime”, denominada por Gaspari de “máquina de extermínio das lideranças esquerdistas” (2002, p.494). E a perseguição, conforme o projeto Brasil: Nunca Mais (ARNS, 1996), era alimentada com recursos até mesmo de multinacionais.

Em contrapartida as lutas sociais, era também decorrente uma certa apatia das classes médias, devido ao crescimento econômico, resultado das ações de curto prazo do modelo de desenvolvimento dependente - que anos depois revelou a conta a ser paga (MAESTRI, 1998). Almeida e Weis (1998) indicam que este setor da sociedade, que se engajava na luta armada, em alguns casos, torcia contra a seleção, na Copa de 1970, e se beneficiava comprando bens, pelos frutos que colhia do plano econômico.

É preciso evidenciar também que a partir do desenvolvimento concentrado e o autoritarismo, o governo tentava se afirmar através de uma

política de imagem da ordem e do progresso, do país que vai pra frente sem temer quem se opusesse ao regime. "A propaganda do governo, aliada à censura aos meios de comunicação, explorava ao máximo os fatos positivos da economia, as realizações do governo e eventos circunstanciais, como a vitória do Brasil na Copa do Mundi de 1970" (MANCINI; LAGO, 2007, p.137). A memória positiva do golpe e da Ditadura Militar, em especial no Espírito Santo, ganhava vigor, amparada no pensamento do empresariado (ANGELO, 2019).

Nesse cenário, a década de 1970 começou com o recrudescimento do controle político, onde os militares passaram a exercer férrea censura aos veículos de comunicação. "Acobertada pelo novo instrumento militar legal, a censura atingiu a imprensa, não poupando nem mesmo os jornalistas de maior prestígio" (SKIDMORE, 1988, p. 166). O referido autor complementa que a tensão política foi tão extrema que o movimento para um possível golpe contou com a adesão dos mais importantes meios de comunicação e até mesmo da imprensa. Esta, por sua vez, deixava claro em suas páginas o desejo de mudança, além de reiterar constantemente que havia uma crescente insatisfação também por parte dos civis.

Em março de 1974, o general Geisel chega à presidência, prometendo uma abertura lenta, gradual e segura. No plano político, deu início a esse processo, como define Daniel Reis. "[...] Para isso, Geisel contava com maioria da classe política, com moderados de todos os bordos e com grande parte da sociedade"¹². Em seguida, a censura prévia foi retirada de alguns jornais. As eleições para deputados estaduais e federais foram retomadas e a oposição saiu largamente favorecida, com vitórias nos grandes centros urbanos.

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog é assassinado nas dependências do exército, levando o caso a comoção nacional e a uma das maiores pressões pela abertura política. Lins da Silva reflete que "com o assassinato [...] os jornalistas brasileiros passaram a atuar na linha de frente das instituições da sociedade civil que reclamavam maior liberdade política para o País" (1986, p. 40). A mobilização com o caso consistiu numa das maiores pressões pela abertura política. Lis e Silva (1986) refletem que "com o assassinato [...] os jornalistas brasileiros passaram a lutar na linha de frente

¹² (REIS, 2000, p. 65)

das instituições da sociedade civil que reclamavam por maior liberdade política para o país". Somado a outras ações de morte e violência que se seguiram, os acontecimentos fragilizaram os militares e seus apoiadores por diluir a pretensa unidade em prol dos objetivos da segurança nacional. "Estava-se diante de uma crise militar de proporções desconhecidas", conforme Gaspari (2004, p. 224)

Nos acontecimentos seguintes, entre as ações que insurgiram destacam-se: (i) as eleições municipais, em 1976, que garantiu a vitória da oposição na maioria das cidades urbanizadas; (ii) A revogação do AI-5, em 1978, e o fim da censura prévia em alguns jornais; (iii) e a reorganização do movimento sindicalista, puxado pelas greves dos trabalhadores do ABC-Paulista¹³. Era o início das mobilizações sociais, que tomariam as ruas na campanha por eleições diretas.

3.3 Os rebatimentos do golpe no Espírito Santo

Em termos regionais, às vésperas da declaração do golpe de 1964, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar, eleito em 1962, tendo vencido Jones dos Santos Neves. Chiquinho, como era conhecido, pertenceu ao Partido Social Democrático (PSD) até momentos antes do pleito de 1954, quando saiu eleito pela Coligação Democrática¹⁴.

Nos quadros da Assembleia Legislativa, Chiquinho contava com ampla maioria. O único partido da oposição era o PSD, que possuía 14 dos 43 deputados estaduais, ou seja, "politicamente, vivia-se no Estado o apogeu da polarização entre PSD e as forças reunidas na Coligação Democrática, o que permeou todo o período de 1945-1964", segundo OLIVEIRA (2014). Quanto aos demais partidos que compunham a Coligação, o referido autor elaborou a seguinte tabela:

¹³ As sínteses sobre o período foram feitas a partir de SKIDMORE (1988); GASPARI (2002; 2004); KUCINSKI (2004) e REIS (2000).

¹⁴ OLIVEIRA (2014, p. 37)

Tabela 1 – Nº de representantes, por partido, na Assembleia Legislativa - ES (1963-1966)

PARTIDO	QUANTIDADE DE CADEIRAS
PSD	14
PSP	9
PTB	9
UDN	7
PRP	3
PDC	1
TOTAL	43

Fonte: Oliveira (2014, p.39)

Nas circunstâncias do presente cenário, quando o golpe foi deflagrado a polarização entre a Coligação Democrática e o PSD, no Espírito Santo, representava um conflito ainda maior que garantiu a política capixaba, até as vésperas do golpe, o interesse acima das agitações que ocorriam no plano nacional¹⁵.

No entanto, o Estado não foi "ilha de tranquilidade enquanto a ditadura consumia o Brasil"¹⁶. Houve manifestações a favor de um dos lados da disputa como os posicionamentos do jornal *A Tribuna*, de propriedade do Partido Social Democrático (PSP) de Adhemar de Barros, que se declarou a favor do golpe. Havia ainda posicionamentos "erráticos ou indecisos" como do jornal *A Gazeta*, de propriedade de Carlos Lindenberg e veículo oficial do PSD, que passou a legitimar o golpe às vésperas dos acontecimentos.

No Espírito Santo, na época, havia ainda *O Diário* fundado em 7 de julho de 1955 pelo mesmo grupo político que comandava o jornal *A Gazeta*, com função inicial de promover oposição a Chiquinho. Mazzei (2011) conta que, ironicamente, no ano seguinte da sua fundação, 1956, o governador comprou o jornal, passando a utilizá-lo como meio de enaltecer suas ações e atacar a oposição.

¹⁵ OLIVEIRA, 2014, p.40

¹⁶ BRUMANA, 2016, p.59

Em *Impressões Capixabas 165 anos de jornalismo no Espírito Santo* organizado por José Antônio Martinuzzo (2005, p. 123) essa relação entre jornais e a política se dá como uma prática comum pois "grupos utilizavam os periódicos como arma para combater adversários".

Enquanto veículos oficiais dos principais grupos políticos, em 1964, os jornais capixabas mostravam que o Espírito Santo tinha outras prioridades nos anos iniciais da década, sendo as mesmas muito mais regionais. No jornal *A Gazeta*, por exemplo, Oliveira (2014) sinaliza que os primeiros meses ficaram marcados pelas denúncias e críticas ao governo de Chiquinho e pela campanha de encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), na época responsável pela distribuição de energia no Estado, famosa pela péssima qualidade dos serviços, pelos apagões e altos valores das tarifas.

Diferente do regional, no plano nacional não havia nada que se comparasse à campanha feita por veículos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas que se posicionaram abertamente a favor da tomada de poder pelos militares para salvar o país do perigo comunista. A exemplo, podemos citar *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* e muitos outros. Houve ainda quem se mostrasse contra, como foi o jornal *Última Hora*, comandado pelo jornalista Samuel Wainer, que fez uma vigorosa defesa do governo de João Goulart.

Deflagrado o golpe, no dia 1º de abril, *A Gazeta* noticiava, em tom de tranquilidade, o início do movimento golpista, a partir de nota oficial da presidência e, em 03 de abril, em editorial, legitimaria o movimento.

[...] O que foram os acontecimentos que levaram o Sr. João Goulart a se exilar no Uruguai, todo povo os conhece e deles, se temos a lastimar se tivesse sido necessário da força em lugar do remédio legal do "impeachment" do ex-presidente da República, temos que nos regozijar por dois aspectos. O primeiro, verdadeiramente milagroso, de ter tudo ocorrido sem choque armado. Evitaram-se as lutas fratricidas [...]. O segundo grande aspecto positivo, dominando inteiramente a situação do país, mantendo em suas mãos todo o poder, apressaram-se a entregar ao Congresso Nacional, uma demonstração não apenas de patriotismo e desambição, mas acima de tudo, do desejo de que estão possuídos os militares de que o país reencontre a trilha democrática. (A GAZETA, 1964, p.1)

A mesma edição, trouxe nas páginas seguintes o posicionamento do então governador, das demais forças e lideranças políticas do Estado que, sem resistência, aderiram ao golpe. Cabe ressaltar que, no Espírito Santo, ao contrário do que ocorreu em vários Estados, o governador não foi deposto, assim, como também nenhum deputado estadual foi cassado imediatamente após a deflagração do golpe.

Na Assembleia Legislativa, o presidente Adalberto Simão Nader enviou saudações às Forças Armadas e especialmente ao general presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Seguido de outros deputados, merece destaque Christiano Dias Lopes Filho, que igualmente apoiou o movimento (ATA DA ALES, 1964).

Sobre a manifestação civil, ela foi publicitada nos jornais da época, sobretudo em *A Gazeta*, com a carta de congratulações e apoio incondicional às Forças Armadas e ao novo presidente, Marechal Castelo Branco, exaltando a esperança e depositando confiança aos militares no exercício das novas funções (FAGUNDES E ÂNGELO, 2014).

Nessa esteira, tem-se ainda a união entre a elite empresarial e técnica do Estado, conforme Santos (2018, p.76), que prontamente alinharam-se ao governo e a sua defesa incondicional de linha política, como forma de protagonizar um novo modelo de desenvolvimento para o Espírito Santo.

Assim, conforme Oliveira (2014, p.52), no Estado reproduziu-se

a inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações, e de parte do movimento sindical que, ao fim e ao cabo, não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas.

Como se sabe, apesar do clima de tensão que pairava no cenário político nacional, as forças militares não encontraram resistência no Espírito Santo. Isso porque, conforme citamos, a adesão por parte das lideranças políticas, da elite e sociedade capixaba abafou, naquelas circunstâncias, qualquer movimento que pudesse vir abalar a bases de sustentação do regime no Estado.

Nessas circunstâncias, ao contrário do que aconteceu em outros Estados e seus governadores, Francisco Lacerda Aguiar, não foi afastado imediatamente das suas funções. Talvez por conta do seu aceno positivo aos militares, ele permaneceu no cargo, mas não conseguiu se fortalecer perante a rivalidade dos grupos locais e, em 1966, após passar por um inquérito policial, afastou-se legalmente do mandato e renunciou.

O mandato foi concluído pelo seu vice, Rubens Rangel, que passou o comando do Palácio Anchieta para Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970) que, apoiado pelas elites locais, foi escolhido indiretamente pela Assembleia Legislativa para comandar o Estado empreendendo a lógica autoritária instaurada no país. Seu governo foi primordial para o fortalecimento da narrativa em defesa da ditadura em solo capixaba e, ao assumir, buscou retomar um processo de industrialização e a defender a lógica autoritária como única saída para os problemas econômicos do Brasil e do Espírito Santo (SANTOS, 2018, p.77).

Quando Dias Lopes toma posse, é preciso entendermos, o novo cenário institucional determinado pelo Ato Institucional nº 2, em 1965, que além de reafirmar o que já havia sido promulgado no AI-1 como, por exemplo, a alteração da Constituição de 1946, impôs o bipartidarismo no país. No Espírito Santo, a classe conservadora da política capixaba, reagiu e, conforme Oliveira (2014), parabenizou o presidente Castelo Branco pela iniciativa.

De uma maneira geral, houve concordância e divergência sobre determinados aspectos da medida. Entre os representantes capixabas em Brasília, destacou-se o apoio do senador udenista Eurico Rezende, ao expressar seu contentamento com a medida heroica do Ato Institucional nº 2, observando que ele veio corresponder ao que esperava do Presidente da República (OLIVEIRA, 2014, p. 85)

Publicado o AI-2, pouco tempo depois o AI-4 regularizou o cenário institucional, composto de dois partidos: Arena e MDB. O primeiro, mais forte e ligado ao governo, se tornou a principal ferramenta dos militares para angariar apoio da sociedade civil. Entre as cláusulas que compõem o documento da criação do novo partido destaca-se “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressista que inspiraram a Revolução de março de 1964”, como pontuou Oliveira (2013, p. 18).

Assim como no cenário nacional, no Espírito Santo a Arena não encontrou muitas dificuldades em reunir grandes atores da política local. Afinal, o apoio massivo do governo federal, alinhado aos ganhos políticos se tornaram um fator atrativo para a elite política. Assim, em 1966, filiaram-se a Arena 33 dos 43 Deputados Estaduais capixabas eleitos oriundos de migrações vindas de partidos como o PSD, PTB, PSP E UDN. “Mais uma vez as elites políticas capixabas se uniam para garantir sua cota de poder, numa aliança que garantiu ao partido vitórias, entre 1966 e 1979, nos pleitos eleitorais indiretos de governador” (FAGUNDES E ÂNGELO, 2014, p. 43).

Oliveira (2014) nos traz um dado curioso e extremamente relevante ao se referir a esse momento político. No momento de formação da Arena no Espírito Santo, três dos mais importantes adversários políticos do Estado estavam na mesma legenda: os ex-governadores Jones dos Santos Neves, Francisco Lacerda Aguiar e Carlos Lindenberg.

Assim, a Arena surge como um partido permeado por rivalidades internas, no Espírito Santo, uma vez que as forças políticas que estiveram durante todo o período democrático em lados diametralmente opostos, se filiaram ao partido governista. No outro lado da disputa partidária nasceu o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que não teve os mesmos atrativos que a Arena e contou com poucos filiados. No Espírito Santo, o partido foi formado com a maioria de políticos vindos das fileiras mais conservadoras do PTB. (OLIVEIRA, 2014, p. 103)

Como frisa o referido autor, da bancada federal capixaba os três senadores e 7 dos 8 deputados filiaram-se na Arena, o que dificultou a organização do partido opositor no Estado. No registro de criação, conforme Brumana (2018), havia nomes de políticos que ganharam visibilidade após o fim da ditadura, como o ex-governador José Ignácio Ferreira, além de Adalberto Simão Nader e Hugo Borges.

Assim, apesar das circunstâncias institucionais, no plano nacional buscou-se firmar através de uma política de imagem de ordem e progresso, que no Espírito Santo, para a década de 1970, representou uma conjuntura importante do ponto de vista do desenvolvimento.

Durante toda a década de 60, será esta uma das grandes discussões e essa idéia da necessidade de industrialização – divulgada e apoiada por A Gazeta – vai ser implementada justamente nos anos

70, devido a dois fatores cruciais. De um lado, temos as políticas econômicas nacionais, baseadas no PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que vão gerar um processo de descentralização da industrialização no País, até então concentrada nos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro/São Paulo), sob a orientação da geopolítica do governo militar, no sentido de expandir os pólos de crescimento. Por outro lado, temos a Vale do Rio Doce que, desde a sua criação, vem investindo em infra-estrutura, criando, assim, toda uma logística de transportes que vai gerar crescimento e atrair outros investimentos e empresas para o Estado. (Martinuzzo, 2005, p. 230)

Em tese Santos (2018, p. 36) destaca que, no Espírito Santo, esse desenvolvimento industrial quando comparado ao plano nacional ocorreu de forma tardia, principalmente, quando comparamos com os demais Estados da região Sudeste. "Não foi somente em virtude da crise do café, mas também em razão de especificidades políticas e da visão de personalidades políticas ligadas aos latifúndios [...]".

Essa visão positiva, acerca do boom econômico, é um pensamento recorrente tanto para aqueles que fizeram parte do movimento golpista quanto para muitos que, em determinado tempo, fizeram oposição. No entanto, Ângelo e Fagundes (2014) ressaltam a importância de lembrar essa fase como uma construção positiva do golpe feita pela elite política e empresarial beneficiada pelos frutos da época.

[...] no presente, a memória construída pelos grupos que apoiaram a ditadura foi herdada por segmentos e entidades empresariais num processo de construção de uma espécie de memória do triunfo. Nesta versão, que procura hegemonizar o debate sobre o significado do passado capixaba, a memória da década de 1970 é apresentada sempre em tom de celebração (ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 152).

Se por um lado os grandes projetos trouxeram desenvolvimento industrial ao Estado, do ponto de vista histórico, há a necessidade de se observar ainda a normalização das inúmeras torturas, perseguições e prisões desferidas as pessoas envolvidas ou não com a oposição. "Em nome da repressão, ditadura havia criado uma verdadeira anarquia militar que nem sequer o presidente da República conseguia controlar" (CAVALCANTE, 2005, p. 57).

Por isso, não podemos deixar de lembrar das marcas deixadas pelas perseguições, torturas e mortes empreendidas no território capixaba pelos

militares, como o caso da dentista Laura Maria Coutinho¹⁷. Na época presa, Coutinho estava grávida quando foi submetida a sessões de tortura que a levaram sofrer um aborto.

Fui torturada com palmatória, com choque na vagina, com choque no seio, com choque na língua. Fui ao pau-de-arara e só aguentei cinco minutos lá, desmaiei, e fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na cela onde a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado, e de madrugada quando cheguei fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento, nem nada, mas com muita dor e de manhã quando foi aberta a cela para que a gente fosse ao banheiro eu senti um peso descendo, era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura (COUTINHO, 2014).

Ainda podemos citar os casos como da jornalista Míriam Leitão e do ex-marido Marcelo Netto contados na obra *“Em nome dos pais”* de Matheus Leitão (2017) e tantos outros que não deixam dúvidas que as marcas causadas pelo regime são sentidas até os dias atuais. Isso se faz necessário para que, conforme Brumana (2018, p.50), não caiamos na ingenuidade de achar que no Espírito Santo o regime tenha sido diferente dos outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

3.4 Tensões com o autoritarismo e diversidade da resistência

Durante o regime, a mídia e os militares tiveram uma relação bastante dúbia. Por um lado, muitos jornais, revistas e rádio sofreram com as ações de censura. Do outro, alguns dos grandes veículos de comunicação tinham vínculo com os militares. Sobre essa questão, Abreu (2003) salienta que, neste período, os empresários, donos dos meios de comunicação, foram beneficiados com financiamento e cerca de 30% das receitas eram obtidas através dos anúncios de propaganda oficiais do governo, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado.

Os empresários da mídia, dentro do projeto de modernização dos meios de comunicação, foram beneficiados pelos militares. Foram concedidos financiamentos para a construção de novos prédios, agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão das redações. (ABREU, 2003, p. 55)

¹⁷ Para saber mais sobre este caso leia: "Relatório final Comissão da Verdade", coordenado por Pedro Ernesto Fagundes.

Klein (2008, p. 50) conta que o processo de modernização da imprensa contou com muitas formas de apoio do Estado. A começar, pelo subsídio das taxas de juros para exportação de equipamentos e materiais. "No final dos anos 1970, os equipamentos da televisão brasileira ainda eram de origem fundamentalmente estadunidense, e a TV mantinha quase 50% da programação com programas estrangeiros". Assim, articulavam-se o Estado autoritário e os grupos econômicos para viabilizar, de certa forma, o projeto político e econômico do regime por rádios e televisões.

Em prática, Mazei (2011, p. 30) conta que o regime, assim, explorou os meios de comunicação para divulgar mensagens contendo uma simbologia das práticas que soassem naturais e espontâneas, "cuja finalidade seria a de que os demais cidadãos brasileiros interiorizassem naturalmente tais representações como se fossem suas".

Figura 1: Slogan publicitário proposto pelo regime militar brasileiro.



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/brasil-ame-o-ou-deixe-o-regime-divide-sociedade-com-exilios-e-cassacoes>

É importante lembrar que os proprietários dos meios de comunicação em grande parte, devido à dependência econômica que tinham do Estado, se submeteram à censura, o que determinou a ocorrência da autocensura por parte de diretores de empresas jornalísticas e funcionou como amortecedor de

uma possível oposição. O cancelamento de anúncios de instituições ligadas ao governo, que prejudicava a organização financeira dos meios de comunicação, era outra ferramenta utilizada para pressionar a publicação ou não de alguns assuntos (Abreu, 2002, p.48).

Ainda dentro desse projeto, Richard Romancini e Cláudia Lago (2007, p. 122) refletem sobre este cenário: “o ambiente militar, via crescimento econômico, colabora indiretamente para o crescimento da imprensa, mas o ambiente repressivo do regime militar tenta controlá-la para legitimar-se”.

Atendendo as expectativas dos setores econômicos e, é claro, políticos, a velocidade e profundidade da modernização da imprensa brasileira no pós-golpe “aprofundaram as relações capitalistas no Brasil, impuseram transformações correspondentes aos meios de comunicação de massa” (HERZ, 1985, p. 82). Tese também avaliada por Filho (1988) que reforça essa transformação como uma decisão política: “a televisão passava a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder” (1988, p. 33). Porém, vale ressaltar que, num quadro em que o Estado se coloca como o propulsor do crescimento econômico, via modelo de dependência, ser submetido a dar as versões do governo, Arena e MDB não correspondia a uma independência do jornalismo. Pelo contrário.

Victor Gentilli (2018 p.2), ao analisar as transformações no jornalismo brasileiro avalia que, na política e na imprensa, a década de 1970 foi uma época extraordinariamente rica e definidora do sistema midiático como hoje conhecemos. “Foi um período em que a imprensa sofreu muito. Mas talvez tenha sido, no decorrer de todo o século XX, o período em que a imprensa mais mostrou o seu potencial”. Ele chama atenção para o fato de que, na perspectiva estrita da imprensa, embora tenhamos movimentos importantes que iriam culminar nos anos 70 como Última Hora, Estadão, Correio da Manhã e tantos outros, em termos orgânicos nada nada foi comparável à década de 1970.

A repressão existiu e na ditadura militar ocupou lugar de destaque na hierarquia do poder político tornando a censura à imprensa a face mais visível de repressão, principalmente, entre 1968 e 1974, quando o amordaçamento

tomou forma através de bilhetinhos, telefonemas, visitas das forças policiais às redações e até presença física dos censores ou exigência do envio dos jornais para as autoridades.

[...] preocupação dos governos militares, a partir de 1964, atingiu a outra face da mesma moeda do setor de comunicação social: a informação veiculada aos cidadãos. Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida (AQUINO, 1999, p. 15).

Dentro das redações, outros problemas se apresentavam como a imposição da utilização de mensagens publicitárias com tons ufanistas, valorizando a causa brasileira e apontando o comunismo e socialismo como inimigos a serem combatidos, com a intenção de angariar apoio e adesão do restante dos cidadãos brasileiros. O regime, assim, explorava os meios de comunicação como forma de buscar legitimação das suas ações (GASPARI, 2002).

Engana-se quem pensa que era preciso apenas falar sobre política para ser alvo de censura. Como atestou Vasques (2007), na publicação da tirinha do Rango, que denunciava a miséria no contexto do "milagre econômico", falar sobre pobreza também era um problema sério.

Richard Mancini e Cláudia Lago (2007, p. 129) avaliam que “embora, no conjunto da imprensa brasileira, os órgãos submetidos à censura prévia tenham sido numericamente reduzidos, o instrumento tinha relevância simbólica, sinalizando para outros veículos essa violência”. Tal situação leva os autores à avaliação de que a autocensura

[...] foi bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande imprensa e consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. Cabia aos jornalistas suprimir estes temas de pauta de assuntos publicados, sob o risco de represálias (2007, p. 132).

Para Gentilli (2018, p. 3) o sistema de censura era seletivo. "Alguns, apenas recebem recados da Polícia Federal. Outros, contam com censores dentro da redação". Na sua avaliação, para o regime o importante era não

deixar a sociedade perceber que a imprensa estava censurada. Mas, para isso, era preciso contar com a complacência dos proprietários, que em sua grande maioria, aceitaram sem reservas.

Em São Paulo, o grupo O Estado de S. Paulo resiste. Se não é possível enfrentar a censura, que ela se torne ostensiva, então. Em agosto de 1972, a censura retorna ao jornal com toda a força, depois da presença ostensiva logo após a promulgação do AI-5. Pois os diretores decidem que, no espaço destinado às matérias censuradas, sairiam poemas de Camões (Os Lusíadas) em O Estado de S. Paulo e receitas culinárias no Jornal da Tarde. (GENTILLI, 2018, p.4)

Como enfatiza Eugênio Bucci (2004, p. 128), o jornalismo tem o dever de defender a democracia e, em meio as restrições, efetua um combate em legítima defesa. Quando as liberdades democráticas estão ameaçadas, o jornalismo assume o lado da defesa do Estado de Direito. [...] Quando as liberdades são tolhidas, o jornalismo já não pode mais ser apartidário: assume o partido da liberdade”. Tese complementada por Mota (2002) e Silva (2004) de que, apesar do vínculo com o poder, a imprensa foi, e ainda é, igualmente, um dos instrumentos principais da oposição e da resistência política em qualquer época.

Nas trincheiras da resistência, o campo do jornalismo foi um dos mais visados pela oposição. Jornalistas, em diversos casos, tentaram resistir à censura, seja explorando brechas e contradições dentro dos próprios veículos em que trabalhavam ou se reunindo em projetos alternativos que visavam divulgar, dentro do possível, as informações que as empresas jornalísticas omitiam (ou por autocensura ou por adesão à ditadura).

Essas resistências objetivavam divulgar aspectos da realidade social, política e econômica que estavam sendo ignorados ou mascarados pelas empresas de mídia. Para isso, os profissionais tentavam realizar conteúdos (entrevistas, artigos, charges, poemas, fotografias, etc.) que evidenciassem os conflitos e os problemas vividos pelas diferentes classes sociais em plena época do chamado “milagre econômico”. (MORAES, 2014, p.3)

Limitar a circulação de informações e restringir a autonomia das formas organizativas das relações sociais e políticas interfere na noção que cada pessoa forma sobre o tempo e seu mundo. Isso porque, conforme Silverstone (2022, p. 91), as questões levantadas pela mídia atuam na construção do

cotidiano, na formação de impressões sobre o mundo e nas possibilidades de ação imaginadas e realizadas.

Ao impor medidas autoritárias, as circunstâncias propiciaram que a imprensa se tornasse um lugar de contestação e resistência que, não necessariamente, se deu por um combate armado. Conforme Klein (2008), ao tentar controlar temáticas na discussão do espaço público, desenvolve-se uma resistência a tentativa de homogeneizar a o país. Isto porque o jornalismo é uma "forma de conhecimento social da realidade, a partir da reconstrução cotidiana do mundo" (KARAM, 1997, p.48) e, com a política distante do cotidiano, sendo apenas as organizações dominantes garantido o acesso às esferas de decisão e a participação nos relatos dos acontecimentos, entende-se a aproximação entre atores sociais dos campos do jornalismo e da política, particularmente nos alternativos, como resposta a uma demanda específica de um dado momento da vida em sociedade. Assim, buscando romper o controle visado pela ditadura se dá a procura pelo jornalismo como forma de resistência - mesmo sob restrições.

Esta aproximação entre jornalismo e política revela-se intensa no *Posição*, objeto desta pesquisa. Isso porque, conforme Klein (2008), os alternativos fazem parte do que é chamado de resistência cultural embricados à própria tendencia dominante a qual se voltam contra.

A resistência muitas vezes trabalha com características do sistema diante do qual se posiciona contrariamente, por ter que parecer obedecer às regras impostas ou usar as mesmas estratégias na tentativa de defender-se. O uso das estratégias do "campo dominante" coloca em processo a própria ideia da resistência, que nunca é uma só e pode até ser uma manifestação etérea. Mas neste processo se cruzam atores e campos sociais, instituições e sistemas que, ao confrontar-se e misturar-se, acabam por definir a si mesmos. (KLEIN, 2008, p.44)

Durante a ditadura militar no Brasil, existiam formas distintas de enfrentamento a resistência: a organização da população nas pastorais, movimentos sociais, as iniciativas de guerrilha, as reuniões dos partidos de esquerda (na clandestinidade), as pichações nos muros das cidades, a militância nas instituições formalmente permitidas, a composição de músicas, teatro, livros, revistas, poemas, jornais, rádios, por exemplo.

Esses diferentes "espaços" de se fazer resistência se encontravam em muitas ocasiões. Nos jornais alternativos de cunho político, a relação com diretrizes de movimentos sociais e dos partidos clandestinos era claro. No *Posição*, por exemplo, entre os textos destacavam-se noções de democracia e a participação do povo muitas vezes escritos por pessoas vinculadas à vida acadêmica, à militância política do MDB, aos movimentos sociais, especialmente o estudantil e, também, aos setores progressistas das igrejas, particularmente Católica.

Diante da necessidade de fazer frente ao discurso triunfalista do governo e de construir espaços diferenciados de fala para setores da intelectualidade e mesmo da militância política que não conseguiam colocar-se na grande imprensa, o jornalismo alternativo constrói como diferencial um jeito diferente de falar sobre os problemas sociais, ao mesmo tempo em que atua na denúncia do controle da informação e da violação de direitos humanos e políticos. (Klein, 2008, p. 45)

Sobre o jornalismo de resistência, Kucinski (2001) refere-se como aquele feito no período de 1970 a 1975, quando os alternativos não eram símbolo, mas a própria resistência travada diante da ditadura. Este fazer jornalístico empreendido pela oposição e que alcançou grande repercussão (e até tiragem, em alguns casos) influenciou no surgimento de práticas diferenciadas, que acabaram expandindo-se para muitos jornais burlando a censura e trazendo versões sob os ângulos mais variados.

Embora a sociedade inicie a década de 70 amordaçada, os anos subsequentes a 1975 são marcados pela reabertura política, quando ainda vigorava o AI-5, que perdurou até 1978. Neste período, aconteceram ataques brutais como as mortes violentas do estudante Alexandre Leme, em 1973, e do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Também cresceram, em 1976, os movimentos estudantis com a emergência das greves operárias a partir de 1978. Na imprensa, além do sistema e do abrandamento da censura, há a explosão dos jornais alternativos, a perseguição dos jornalistas com base na Lei de Segurança Nacional e criação da Associação Nacional dos Jornais (CAPARELLI, 1980).

Assim, da relação entre sociedade, mídia e política neste período, desatacam-se algumas semelhanças: (a) a simpatia do empresariado pela

Ditadura Militar e seus entrelaçamentos com militares pelo desenvolvimento do setor da comunicação; (b) a censura imposta pelo Estado, que restringiu temas além da política; (c) a indisposição de jornalistas, intelectuais e outros setores da sociedade levaria a explosão do jornalismo alternativo. São três âmbitos em que a relação e o tensionamento entre os campos do jornalismo e da política se mostram de forma mais acentuada. Os jornais alternativos, particularmente, marcam um posicionamento de discordância com o tipo de atividade proporcionada pelos padrões vigentes na imprensa de referência, se afirmam como espaço alternativo para a discussão política e tratam da contestação da ditadura, aglutinando, como esperado, os grupos da oposição.

4 PLURALIDADES DO JORNALISMO ALTERNATIVO

Paralelamente as ações repressivas que marcaram a Ditadura Militar no Brasil, o jornalismo brasileiro presenciou o surgimento de novas formas de se comunicar que tinham como bandeira de luta a resistência e o compromisso com a informação. Com a Imprensa Alternativa, a história até então censurada ganhou novas versões e visibilidade nas páginas dos jornais, inovando no modo de fazer jornalismo e tornando-se uma importante fonte histórica para quem busca recuperar esse momento da história brasileira.

A imprensa alternativa no Brasil, no período da ditadura militar, se firmou, como lembra Álvaro Benevenuto (2007), num momento de "situação política delicada, com os militares conduzindo o programa de desenvolvimento nacional, desrespeitando as instituições política e usando a força e tortura para eliminar a oposição". Mas, é preciso lembrar, que os processos alternativos de comunicação remontam os pasquins do período regencial (1831-1840) e aos jornais anarquistas publicados pelos operários entre os anos de 1880 e 1920. Suas publicações surgiam na medida em que o espaço para a crítica se fechava cada vez mais na grande imprensa, fazendo com que intelectuais e jornalistas se unissem em torno dos projetos alternativos.

Os estudos sobre os jornais alternativos vêm sendo realizados desde a década de 1980 por diversos pesquisadores e instituições que buscam compreender suas dimensões jornalísticas. Apesar da amplitude desses

estudos, devido a sua pluralidade, sua definição conceitual ainda enfrenta obstáculos, em virtude da dificuldade de um único conceito englobar todos os periódicos que fizeram parte desse movimento.

A fim de evitar eventuais confusões conceituais, convém destacarmos algumas tentativas de conceituações que se inicia pela proposta da pesquisadora Leila Miccolis que ao organizar o Catálogo de Imprensa Alternativa em 1986 classificou os periódicos em nanicos¹⁸, – aqueles que eram mimeografados, com pequenas tiragens, de traço artesanal – e de alternativos, os tabloides, com tiragem maior, de médio porte dotados de esquemas de produção e distribuição. A definição de Miccolis (1986) toma como base a resistência em sentido amplo para diversos fins.

Kucinski (1991), uma das principais referências quando se trata de jornalismo alternativo, adotou como critérios o discurso alternativo, o trabalho jornalístico e o grau de autonomia de cada periódico. Segundo ele, a palavra nanica foi dada por publicitários que associavam ao tamanho dos jornais, geralmente pequenos em formato tabloide por conta da imaturidade e falta de organização empresarial dos que faziam os jornais. Já o termo alternativo é definido como “algo que não está ligado a políticas dominantes” e que simbolizava o “desejo das gerações de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 1991, p. 14).

Estima-se, conforme Kucinski (1991), que mais de 150 periódicos alternativos circularam nas capitais entre os anos de 1964 e 1984 abordando diferentes temáticas e com uma "postura de oposição intransigente ao regime militar" (1991, p. 10). Esses jornais muitas vezes eram formados por jornalistas, intelectuais, estudantes universitários e políticos afastados pelo regime. "Pessoas que buscavam espaço para expor suas ideias, já que, na grande imprensa, estes espaços haviam sido fechados pela censura e pela autocensura" (KLEIN, 2005, p. 63). Articulação chamada por Ana Maria Nethol (apud KUCINSKI, 1991, p. 15) de “campo permanente de tentativa de construção de uma contra hegemonia ideológica”, que seria diferente de um “campo conjuntural de resistência à ditadura”.

¹⁸ Segundo Braga (1991) a expressão “nanica” foi criada por João Antônio, quando publicou o artigo “Aviso aos nanicos” no Pasquim nº318, em 1975. Já a expressão “imprensa alternativa” foi lançada por Alberto Dines, em janeiro de 1976, também em uma publicação no Pasquim.

Conforme Klein (2008), é preciso ressaltar que, além dessa função contra hegemônica, há no jornalismo alternativo uma dimensão de resistência muito particular que é a sua própria entrada em cena, rompendo com o silêncio que recaía sobre a grande imprensa, expondo regras do jogo do campo político, questionando a relação de dominação/subordinação entre os ditadores e o campo do jornalismo.

Outro ponto que caracteriza a imprensa alternativa é a definição do Fórum de Mídias Alternativas da Argentina citada por Moraes (2008), que diz respeito a democratização da palavra e a informação é o objetivo maior dos veículos que integram a comunicação alternativa, especificamente o jornalismo alternativo. Sua atuação está no campo popular, voltado para “um projeto de transformação social” (MORAES, 2008, p. 44).

Para a cientista política Maria Paulo Araújo (2000), a imprensa alternativa ramifica-se em três linhas, a dos jornais de esquerda, as revistas de contracultura que negavam todo um esquema comercial e as publicações de movimentos sociais “englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas” (ARAÚJO, 2000, p. 21).

Fernandes (1987) caracteriza os alternativos pela livre vontade de produzir, longe de coerções ou dos padrões impostos pela grande imprensa.

A imprensa alternativa a gente geralmente sempre vê como tabloide e como uma coisa feita marginalmente, fora do sistema industrial e fora do sistema de imprensa normal. Mas acredito que a imprensa alternativa, o espírito alternativo é realmente um estado de espírito, é realmente uma vocação intelectual e uma vocação psicológica de não se deixar envolver de maneira nenhuma pelas ideias que estão em torno de você e que tendem a tolher de você uma visão verdadeira do que está acontecendo (FERNANDES, 1987, p.12).

Esse caráter polêmico, contestatório e inovador, é tido como o diferencial dos jornais alternativos, que cativam públicos também heterogêneos. Segundo Kucinski (2003) o jornalismo alternativo tem suas fases no período da ditadura militar e o que inicialmente eram tidos como instrumento de resistência, num segundo momento torna-se o espaço público de discussão rumo à abertura política.

Braga (1991) aponta que a imprensa alternativa preenche um espaço vazio deixado pelas grandes empresas em virtude das condições políticas dos anos 70, e mais “a repressão feita pelo regime sobre a imprensa em geral criou as condições nas quais estes jornais ocuparam um espaço deixado vazio pelo conformismo dos grandes jornais” (1991, p. 236).

Surgiu não só como uma crítica a demasiada repressão militar, mas também à indústria cultural, onde fez repensar as relações comerciais e econômicas com os veículos propagadores de informação e ideais contra hegemônicos. Segundo Kucinski (1991, p.19), “havia entre as concepções vigentes uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional”.

Na visão de Abreu (2002, p.19) a imprensa alternativa

surgiu quando se tornou visível o fracasso da luta armada, e foi através dela que muitos jornalistas, intelectuais e ex-militantes tentaram construir um espaço legal de resistência política, além de uma frente de trabalho alternativo à imprensa comercial.

Muito mais que uma resistência política, a imprensa alternativa também representou grupos de minorias, revoluções culturais e comportamentais, dentre outros anseios de uma parcela da sociedade que não se via representada pela grande imprensa e pelos ideais do regime militar.

Indo além das definições conceituais, algumas características da imprensa alternativa se fazem pertinentes. A começar pela sua durabilidade e a existência ou não de periodicidade¹⁹. A vida curta da maioria dos jornais alternativos era dada por uma série de fatores: ao negarem as características hegemônicas da imprensa capitalista, muitos não tinham lucros e a manutenção do jornal gerava prejuízos, o que não dava condições de concorrer no mercado.

As publicações surgiam na medida em que o espaço de crítica se fechava, fazendo com que a oposição se unisse em torno dos projetos alternativos, como afirma o historiador Mendes (2012, p.38), “o objetivo em geral não era o lucro, mas a divulgação de suas ideias”.

¹⁹ Dos mais de 150 jornais alternativos publicados na época, segundo Kucinski (1991), um em cada dois não chegava a completar um ano de existência.

Outra característica que resulta na sua efemeridade é que, geralmente, os alternativos eram compostos por colaboradores, que sem vínculo empregatício contribuíaam sem receber nada em troca. Assim, a dispersão da equipe era sentida meses depois do lançamento das primeiras edições, pois muitos colaboradores se dedicavam a outros projetos pessoais e profissionais.

A dimensão da imprensa alternativa pode ainda ser dada pela sua relação contextual visto que, a situação chamava por mudanças e, nesse contexto, a prática alternativa representava muito mais que uma mudança no modo de fazer jornalismo, era visto como uma reação da sociedade amordaçada pelo regime militar.

Como tudo estava trancado, Eros amordaçado, a produção imobilizada sob forte censura – livros, peças de teatro, filmes, canções consideradas suspeitas e até a apresentação do balé Bolshoi foi proibida na televisão porque o grupo era russo -, isso nos obrigava a desenvolver outras formas de comunicação, a decifrar enigmas e aquelas estranhas receitas culinárias ocupando as colunas dos jornais e os elípticos editoriais das revistas e as letras de músicas com duplo sentido. No teatro, gritava-se mais pelo silêncio do que pelo declarado, algo como “entenda o que eu não falo” (DIAS, 2003, p.50).

Em linhas gerais, a imprensa alternativa foi uma aliada vital dos movimentos sociais, principalmente porque feita, sobretudo por lideranças de movimentos populares, estudantis e sindicais, jornalistas-intelectuais, ativistas políticos que agiam na clandestinidade em defesa da democracia, muitas vezes, pela comunicação. “Foram muitos os casos que, como AMANHÃ, PIF-PAF e INFORMAÇÃO, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições” (KUCINSKI, 1991, p. 24). Contra hegemonia, esta imprensa se opôs à versão oficial, assumindo oposição as instituições conservadoras, adotando a comunicação de resistência para desvendar fatos até então obscuros do regime militar.

Conforme Berger (1991, p. 15), é aqui que se encontra a noção decisiva para compreender a condição de ação social do jornalismo alternativo. "O surgimento da imprensa alternativa ocorre como resultado de uma "comunicação de resistência", que mesmo sob a repressão militar resistiu sob as mais diversas formas de expressões.

Observa-se, assim, que a imprensa alternativa existiu para falar, de um modo alternativo, sobre a atualidade. Uma atualidade da qual faziam parte vários contextos, cenários, atores, mas cuja apresentação e construção pela grande imprensa não oferecia visão de alguns acontecimentos e sujeitos específicos.

Os diversos autores que tratam de definições para o termo imprensa alternativa levam em consideração quem fazia estes jornais, o público a que se destinavam, as características de cada jornal e as condições econômicas de sustentação das propostas. Em geral, o consenso se estabelece em torno da definição de algumas características: a imprensa alternativa engloba jornais feitos por grupos de esquerda (ligados a várias tendências políticas), impressos em formato tabloide (e até mini- tabloide), contra o padrão *standard* da imprensa de referência – e daí a alcunha *nanica* –, em geral com circulação limitada, organização empresarial deficitária, poucos anúncios e tempo de circulação muito curto.

Kucinski (1991), dividiu os jornais alternativos basicamente em duas correntes: aqueles que privilegiavam o discurso político e os jornais desvinculados ao discurso ideológico. Aqueles que privilegiavam o discurso político geralmente não faziam uso das entrelinhas, sempre que conseguiam publicavam matérias diretas, denunciando os abusos do regime. Já aqueles ‘cansados do discurso ideológico’ atacavam o autoritarismo através das críticas que giravam em torno dos costumes e do moralismo dos setores médios, inspirados pelos movimentos de contracultura norte-americanos e pelo existencialismo. Estes jornais organizaram um jeito diferente de falar, de fazer, de construir o leitor e tinham como norte a perspectiva de transformação da realidade.

Além dessas duas grandes correntes alternativas, surgiram, ainda, alternativos identificados com o novo jornalismo americano da década de 60, que se aproximavam dos aspectos literários e do jornalismo narrativo, entre eles o *Bondinho*, *Ex* e *Versus*. Podemos citar também os alternativos “que procuravam novas categorias explicativas da vida e dos conflitos humanos, que ousaram desafiar a moral pudica dos marxistas ao abrir a discussão sobre a homossexualidade e o prazer” (KUCINSKI, 1991, p.181). Entre esses jornais

estavam Lampião da Esquina, dirigido por Aguinaldo Silva, que discutia abertamente a homossexualidade; Mulherio, Brasil Mulher e Nós Mulheres, inspirados nos textos de Simone de Beauvoir e nos movimentos feministas franceses.

No Espírito Santo, em especial no centro de Vitória, o jornal Posição, cuja proposta incomodou a elite política da época, surgiu no contexto da explosão do sentimento de que estava na hora de acabar com o regime e com o que ele representava. Com o assassinato de Vladimir Herzog, “rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho na grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes” (KUCINSK, 1991, p. 24). Nesses novos jornais é que Kucinski situa o Posição, assim como Brumana (2018), para quem o alternativo chegou às bancas como um grito de resistência.

3.1 Um jeito diferente de fazer e falar

É inegável que o regime militar lançou mão do recurso da violência e da repressão arbitrária como forma de manutenção do poder, especialmente, na década de 1970, quando o clima foi efervescente e muitos conflitos sociais eclodiam em diversas partes do país. No governo Médici (1969-1974), por exemplo, jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão passaram pelo controle da censura do governo (FAGUNDES e ÂNGELO, 2014, p.32).

Inflamados por esse contexto, não era suficiente acessar uma imprensa que não estampava a arbitrariedade original do regime. Era preciso falar dos casos relacionados a tortura, à violação dos direitos humanos, os crimes cometidos por policiais, inúmeros desaparecimentos, perseguições e outros temas cerceados pelo regime. Mas, era preciso falar diferente e a imprensa alternativa foi o lugar para este exercício.

Anamaria Fadhul (1991, p. 28), ao tratar sobre comunicação popular, escreve: "a importância dessa nova prática de comunicação, indissociável da

questão política, fica muito clara quando se percebe o seu papel central na temática e discussão da problemática econômica, política e social da América Latina”. Por isso, não só leitores ou quem pesquisa a imprensa alternativa vê nela um caráter de contrariedade ao regime, mas, também, “a imprensa alternativa se vê como jornalismo de oposição” (BRAGA, 1991, p. 228).

É com o intuito de falar diferente e construir análises sobre a realidade que surge o jornal Posição, com intenção exposta no primeiro editorial.

[...] É também porque queremos que, desse jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder. Escrevendo crônicas, poesias ou reportagens, desenhando ilustrações, criticando o nosso trabalho ou estimulando a nossa posição. Desse diálogo entre leitor e jornalista nascerá, com certeza, uma notícia mais representativa das aspirações do leitor (POSIÇÃO, ed. 1, p.2).

O compromisso feito com o leitor é uma característica do próprio do jornal e dos demais alternativos. Além disso, o trecho apresenta a ideia de alternativa a imprensa tradicional onde podemos visualizar algumas divergências: (a) quanto ao estilo da notícia; (b) quanto ao fato de não englobar as aspirações do empresariado; (c) quanto à ausência de notícias sobre certos fatos (e de sua correspondente denúncia).

Mas como fugir dessa onda silenciadora que predominava na sociedade? Uma ferramenta utilizada pelos jornais alternativos foi o humor visual. Charges, cartuns e quadrinhos refletem questões devidamente contextualizadas com o momento vivenciado. Segundo Déa Fenelon (1993, p. 77), essas novas fontes precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas.

O Posição fez uso de charges, cartuns, quadrinhos e caricaturas para criticar a arbitrariedade do regime. Abaixo um dos quadrinhos representando a reportagem "Caso das Painelas", publicada na 11ª edição, que revelou a alta periculosidade de Flávio Pereira de Souza, sentenciado a prisão devido a uma dívida decorrente da compra de painelas realizada em 1972.

Figura 2: Recorte interno da charge “Caso das Panelas” do jornal Posição publicada na 11ª edição



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Os recortes feitos no Posição permitem identificar elementos presentes em outros jornais que afirmam a ideia de alternativa ao "discurso dominante". Entretanto, a leitura dos alternativos não determina a exclusão da interação com outros jornais (ABRAMO, 1998). O interessante não era que o leitor deixasse de procurar a imprensa de referência, mas que lesse os alternativos para saber quais ângulos eram eliminados por um discurso dominante. Ou seja, a imprensa alternativa faz a crítica da imprensa de referência, mas toda a crítica é feita com referência a algo, que precisa ser conhecido para que haja sentido em propor uma coisa diferente. Assim, costumeiramente os alternativos faziam referência a notícias veiculadas em outros jornais.

A proposta de construir "uma notícia mais representativa das aspirações do leitor" (POSIÇÃO, ed. 1, p. 2), levou o alternativo a buscar a informação por outros caminhos ao trazer discussões ainda inéditas como as questões referentes as invasões de terra e da política habitacional, o desfavelamento, além de problemas do cotidiano como a falta de remédios e transporte público, até casos mais sérios como o relato de vítimas de tortura e exilados, tudo tinha espaço no alternativo. Assim, iniciando de forma cautelosa, o Posição tocou em assuntos que não tinham espaço na mídia tradicional, expondo aquilo que o regime queria esconder.

Desde o início, ficou evidente a relação do Posição com o leitor que, descontente com a objetividade do jornalismo tradicional, participaria do

alternativo, inclusive dos debates sobre o aumento no preço de venda ou das questões financeiras, na construção de uma linha editorial que levassem em conta o que a classe média e as camadas populares estavam dispostas a ler e, é claro, a partir de assuntos de caráter regional, diferentemente dos outros jornais independentes que se debruçavam na amplitude nacional.

Foi por aí que começamos. Dirigimos, é claro, o jornal para atingir a classe média (hoje) descontente – pois é justamente esse o setor da sociedade que lê jornal. E mantínhamos a posição de, através de um processo lento, seguro e gradual, passar a dirigir nossa atenção para as reivindicações das camadas populares (POSIÇÃO, ed.39ª, p. 09)

Conforme Braga (1991, p.229), não se tratava de emitir juízos ou opiniões sem veiculação com a realidade. Mas, sim, "ultrapassar uma postura de simples suporte de uma opinião, em benefício de um trabalho mais complexo de apuração e de análise sobre a diversidade social". A maioria dos alternativos encontrou o ângulo político como possibilidade de manifestar suas análises sobre a diversidade, mas, o Posição, foi diferente trazendo ao centro de discussões temas além da política com uma linha editorial puxada primeiramente pelo editor-chefe, Jô Amado, os diretores de redação, Rogério Medeiros e Pedro Maia, e uma turma de colaboradores amigos e militantes, tendo à frente Robson Moreira. Com Conselho de Redação, composto por jornalistas que estavam à frente da publicação, e o Conselho Editorial, do qual faziam parte alguns leitores. Os dois conselhos atuavam em consonância.

Na década de 1970, havia muitos jornalistas que não podiam atuar livremente na grande imprensa, devido a redução da dimensão crítica dos meios de comunicação em razão da censura. Da parte da mídia, esses foram os pontos que motivaram a organização em torno dos projetos alternativos (BRAGA, 1991). Conforme, Klein (2008, p. 73), havia, ainda, as restrições ao campo político, expressa com maior intensidade nas cassações dos mandatos dos parlamentares, mas que atingiam a organização de base dos partidos de esquerda e a articulação dos movimentos sociais. Diante disso, esses grupos necessitavam de formas de circulação de informações e mesmo de articulação e organização próprias.

Respondendo a essas demandas, esses grupos encontraram apoio na imprensa alternativa.

Jornalistas-militantes, ou críticos ao regime, ao lado de intelectuais e políticos, encontraram espaço para agir politicamente e oferecer novas propostas de informação e cultura através da imprensa alternativa (KLEIN, 2008, p. 70).

No dia a dia da redação, jornalistas e intelectuais muitas vezes trabalhavam em regime de colaboração, sem vínculo com o jornal e quase sempre sem receber nada, conforme Braga (1991, p. 229). Segundo o autor, é desse tipo de relação, onde não há a dualidade entre patrão e empregado, que se caracteriza a imprensa alternativa "e tornam-se, por sua prática, uma crítica à imprensa indústria".

No Posição, apesar de Walter Pereira ser o diretor administrativo, na época responsável por pagar as contas, o aluguel e o contador, os jornalistas mantinham vínculos como um grupo de amigos, engajados por um objetivo em comum.

Esse tipo de organização, segundo Klein (2008), traz consigo um modelo administrativo deficitário. Marconi (1980, p. 309), por exemplo, destaca a tiragem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como O Pasquim, Movimento, Em Tempo; falta de esquema empresarial com trabalho semiartesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro adequado, caracterizada pela inexistência de anúncios comerciais.

Ao longo das edições analisadas, o Posição dá pistas sobre o seu funcionamento. Em um primeiro caso, já na estreia, o editorial observa "O nosso jornal é um jornal independente. [...] Mas, em compensação sem uma estrutura empresarial sólida, nos será muito mais difícil sustentar o jornal". Em outro trecho, ao falar sobre as condições financeiras a equipe continua "[...] dependeremos essencialmente do leitor. Assim, quando o dinheiro gasto pelos leitores na aquisição do jornal for suficiente para parar a edição, melhoraremos o jornal".

As mudanças na equipe de produção também são manifestadas. Na nona edição, por exemplo, após a saída de Rogério Medeiros, para integrar os

quadros da equipe do Estadão, o editorial lamentou a migração dos bons jornalistas para outros Estados, onde a imprensa tradicional, na visão do Posição, se mostrava mais combativa. Esse mesmo caminho foi trilhado por alguns nomes do jornalismo capixaba, entre eles Miriam Leitão, Paulo Torres, Jorge Luís de Souza, Marcelo Amorim, conforme Brumana (2016, p. 96).

Para Kucinski (1991), tal volatilidade é reflexo do caráter voluntário da maior parte dos profissionais. “O alternativo é diferente não só nas suas ideias contracorrentes, também na sua organização, em que predominam o voluntarismo e a cooperação não monetária, e no envolvimento emotivo dos seus jornalistas” (1991, p. 1). O autor ainda expõe que

[...] no alternativo, jornalistas e intelectuais não são pagos para defender ideias dos outros, são mal pagos para dizer exatamente o que pensam. No alternativo, a notícia não é mercadoria: é valor de uso e não de troca. Não há nada mais anticapitalista do que isso, ainda que o alternativo tenha que pagar alguns salários e aluguéis, usar alguma publicidade (1991, p.1).

De outro modo, percebe-se que a imprensa alternativa não pode ser vista como mera extensão da atividade política. Os jornais não fazem propaganda ou não se detêm a dar visibilidade a grupos políticos, não restringem sua preocupação a esta temática, não fazem a descrição simplista das atividades, prerrogativas ou vislumbres de tais grupos, não constituem, resumidamente, um veículo institucional do partido, seja ele qual for. Este é também o caso do Posição, que manifesta sua militância política ao mesmo tempo em que se dedica a construir reportagens e notícias sobre a realidade do Espírito Santo.

3.2 Um novo jeito de resgatar a memória

Tendo em vista a atuação dos alternativos, em especial, o Posição, na história do jornalismo capixaba durante a década de 1970, eis que surge a questão: será mesmo o jornal uma fonte histórica?

Considerado antes uma fonte insegura, a presente pesquisa considera o jornalismo não somente como uma mera fonte histórica, mas como um elemento de construção e resgate de memória. Conforme Luca (2006), na

década de 1970 havia certa relutância em utilizar os impressos para se escrever a história da imprensa, em ter os jornais como fonte. Isso porque a história tradicional buscava fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, distanciadas do seu próprio tempo, algo que para aquela época não correspondia com o jornalismo por ser considerado apenas relatos fragmentados permeados de subjetividades, distorções e parcialidades.

Com o tempo a abordagem das pesquisas históricas ganharam novas dimensões e com a Nova História, surgiram uma série de possibilidades ao se fazer história, permitindo assim o jornalismo e muitos outros instrumentos sociais a serem considerados objetos de estudo.

Na avaliação de Capelato (1988), por exemplo, afirma que a imprensa trata-se de um “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”, pois “[...] registra, comenta e participa da história”. Em O Bravo Matutino, em que trata sobre o jornal O Estado de São Paulo, a referida autora, em conjunto com Maria Lígia Prado, ainda ressalta que

[...] a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, 1980).

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA, 2006, p. 141).

A atuação dos jornais alternativos configura uma prática social que compõem a história do jornalismo, inseridos na sociedade e com práticas diferenciadas dos demais meios de comunicação, sua relevância está no modelo de jornalismo proposto e o que deve ser repensado. Até que ponto os interesses governamentais e financeiros das empresas de comunicação comprometem a prática jornalística? Como os alternativos conseguiram

preencher essas lacunas deixadas pela omissão da grande imprensa? Essas e muitas outras perguntas perpassam pela atuação dos jornais alternativos que conseguiram fazer história na história do jornalismo e da sociedade durante o regime militar brasileiro.

A prática dos grandes jornais põe em xeque o jornalismo e seus verdadeiros interesses. Como Romancini e Lago (2007, p.12), o jornalismo é uma prática social que não se resume às suas tecnologias e técnicas de produção, na verdade, o fenômeno global do jornalismo está profundamente ligado ao contexto sócio-histórico, com o qual interage. Ao mesmo tempo em que reflete características deste contexto e noticia os fatos correntes, o jornalismo atua nos acontecimentos e no processo histórico, numa relação complexa.

Como prática social, o jornalismo alternativo, em especial aqui o jornal Posição, também constitui um lugar de memória, que sacraliza momentos, fatos e dialogam com a narrativa histórica, alimentando a consciência de uma memória que muitos buscaram silenciar. Segundo Nora (1993, p.13) “não há memória espontânea”, portanto se faz necessário o uso de instrumentos, “lugares de memória”, assim como define o autor, que alimente essa memória. A verdade se institui através de memórias, num jogo entre minorias e majorias, em que o jornalismo alternativo acaba por dar voz a minorias, fazendo um contraponto ao discurso da maioria.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p.13)

Sendo assim, o jornalismo além de um lugar de memória, capaz de resguardar fatos por muitos outros lugares de memória silenciados, também é uma das instituições sociais que alimenta a memória coletiva. Um verdadeiro campo de disputas, em que memórias individuais, memórias oficiais do

Governo e memórias reproduzidas nos jornais estão em constante processo de negociação.

Essa memória 'proibida' e, portanto, 'clandestina' ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado, que pretende dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (Pollak, 1989, p.5)

Algo que nos remete a um outro conceito, trabalhado por Pollak (1989), de memórias subterrâneas que consistem em discursos não-ditos silenciados pelo discurso oficial do Estado. Esse intricado campo de disputa revela que a memória coletiva é também tida como um instrumento de poder, resultado de uma luta entre dominados e dominantes, entre o que merece estar vivo na memória da sociedade e o que deve cair no esquecimento ou silêncio.

Ter os jornais alternativos como lugares de memória, reconhece-se aqui o papel importante desses meios na conjuntura sócio, política e cultural de determinado momento histórico, como instrumento de intervenção e representação social dos fatos. Como Nora (1993) ressalta, cabe ao pesquisador problematizar essa memória, esses lugares de memória.

A atuação do Posição marcou a história do jornalismo capixaba com seu formato criativo e dinâmico no ato de informar, entreter e comunicar proporcionando espaço livre para manifestação de opiniões sobre diversos assuntos, principalmente, os temas censurados. Como contraponto à imprensa oficial, interferiu no rumo da história introduzindo narrativas diferenciadas dos demais documentos da época, se tornando uma fonte privilegiada de informações, revelações e significações do passado.

Considerando que esses jornais hoje servem como fontes históricas de estudos, é através das produções alternativas que se percebe que a realidade não era da forma como os jornais tradicionais divulgavam. As críticas,

cobranças e ironias das produções alternativas nos fazem rever esse momento histórico, algo que revela a importância desses veículos.

O narrar, ver e sentir do historiador se assemelha com o narrar ver e sentir do jornalista no ponto em que ambas as narrativas dão vida ao acontecimento, por serem lugares de produção de sentidos. A ditadura militar por exemplo, possui várias camadas de sentido, produzidas desde o início do momento histórico, o que permite uma confrontação de memórias em que uns preferem os esquecimentos, outros o silenciar e o manifestar.

Como se trata de um período conturbado, em que se buscava maquiagem a realidade e deixar a sociedade excluída dos reais acontecimentos, os jornais alternativos se tornaram um meio no qual a sociedade teve acesso a abordagens diferenciadas de vários temas ligados à cultura, política, educação, esporte, literatura e muitos outros.

Nesse sentido é que se deve buscar compreender as práticas empreendidas pelo jornalismo alternativo, no intuito de construir e desconstruir fatos, acontecimentos e memórias do passado que constitui a história do jornalismo e do país. Para isso, além de considerar as discussões que regem a pesquisa, como a relação interdisciplinar entre História e Comunicação e as percepções do jornalismo como prática social e lugar de memória, é válido também considerar o momento histórico que este movimento estava imerso e que assim interfere em suas práticas.

5 POSIÇÃO: UM JORNAL FEITO PARA O LEITOR

As páginas que se seguem tentam contar o que foi o jornal Posição, qual seu papel como jornal alternativo, alinhado a resistência à Ditadura Militar e suas relações contextuais estabelecidas. Para isso, foi preciso fazer aproximações com outros demais jornais alternativos, feito de duas formas: pela leitura flutuante de outros jornais, especialmente o *De Fato*, lançado em Belo Horizonte, e o *Coojornal* de Porto Alegre, e por pesquisas acerca de outros jornais alternativos.

O Posição nasceu como meio alternativo de resistência numa fase já mais definida de reabertura política. O autoritarismo no Brasil - e até mesmo no Espírito Santo, poderia durar mais alguns anos, mas era evidente para todos que o regime começava a ruir e o Posição, em terras capixabas, se tornaria uma das principais vozes a contar essa História.

Sua chegada às bancas é tratada como uma produção jornalística particular, mas ao mesmo tempo inserida em um amplo movimento de luta pela redemocratização do Brasil na década de 1970. Da sua principal característica de “ser um jornal independente, democrático e com aspirações populares” (POSIÇÃO, ed. 1, p.2), se evoca a tentativa de se fazer um jornal feito, essencialmente, por jornalistas, sem obedecer a imposição de “interesses estranhos aos do jornalismo” (POSIÇÃO, 1 ed., p. 02).

Dos três anos que circulou no Espírito Santo (1976 - 1979), o Posição se destacou pela alta qualidade na produção de reportagens, pelo regionalismo e posicionamento independente e, é claro, pelo comprometimento com as pautas populares. Nesse pouco tempo, o alternativo rapidamente se tornou referência para os capixabas, principalmente, estudantes universitários, lideranças políticas e intelectuais, alcançando índices recordes de exemplares quinzenais e tendo chegado perto dos maiores jornais da época, como *A Gazeta* e *A Tribuna*²⁰.

A formação inicial do Posição surgiu da demissão de Robson Moreira e Jô Amado do jornal *A Tribuna*. Antes, porém, de adentrarmos nas tramas e nos enredamentos que envolvem o alternativo, consideramos válido oportunizar uma breve contextualização do grupo que encabeçaria o periódico.

Jô Amado exercia sua profissão regularmente como jornalista em *O Globo* e contribuía com o *Opinião*, quando iniciou as conversas para a criação de um jornal independente. Entre os profissionais que compraram a ideia estava Robson Moreira, jornalista experiente e com passagens por *A Tribuna* e *A Gazeta*. Ambos na época recém-demitidos após uma reportagem que desagradou o governador Élcio Alvares.

²⁰ BRUMANA, 2018.

Quando a gente saiu de A Tribuna, o Jô estava bastante adiantado com a ideia do Posição. Já pensava em sócios para ajudar, para conseguir algumas cotas de dinheiro. Isso foi em outubro de 1976. Eu tinha 23 anos, o Jô tinha uns 35. O jornal seria para imprensa alternativa, difícil de ser feito, complicado na sua execução, um misto de curiosidade e vontade. Eu e o Jô nos comprometemos a garantir que o jornal sairia toda quinzena e nos entregamos ao Posição (MOREIRA, Robson apud POSSEBOM; GONÇALVES, 2006, p. 117).

Conforme Brumana (2018, p.86), na busca pelos jornalistas combatentes da imprensa, um dos nomes emblemáticos da primeira edição era o do jornalista Rogério Medeiros. "Correspondente do Jornal do Brasil, com passagem pelos grandes jornais capixabas, era um velho conhecido da repressão [...]"²¹. No alternativo, assumiu a função de diretor-responsável como um contrapeso para viabilizar a circulação do Posição, permanecendo na função apenas até a 9ª ed., quando se mudou para São Paulo.

No início, ficou por ali, mas é da característica dele coordenar, ele não põe a mão na massa, e o nome dele acabou saindo no expediente. Isso porque achamos que era outra coisa que podia ajudar o jornal a deslanchar. No entanto, por mais que ele diga que trabalhou no *Posição*, a participação dele não passou de uma contribuição efêmera. Todo mundo que trabalhou no *Posição* sabe disso (MOREIRA, Robson apud GENTILLI, 2018, p. 220).

Dos três, Robson Moreira foi um dos participantes mais ativos do Posição. Só não ficou nos últimos meses da publicação, quando o jornal esteve sob o controle de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Antes, participou do período em que a publicação foi produzida essencialmente por jornalistas, e, posteriormente, de quando incorporou outros profissionais – como intelectuais e integrantes de movimentos sociais.

Kucinski (1991, p.9), observa que, muitos intelectuais que vieram colaborar com a imprensa alternativa eram mais jovens, oriundos na maioria dos movimentos estudantis do final da década de 1960.

Concluimos que ao optar por noticiar sobre assuntos da oposição, o alternativo não só se mostrou comprometido com o seu papel na difusão de informações daquilo que consideram relevante à sociedade como, também, fez história ao tratar de forma crítica problemas existentes no Espírito Santo,

²¹ MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016.

relacionados à economia, à política e às condições de vida dos que eram mais pobres.

Assim, definido o registro da imprensa e resolvidos todos os trâmites administrativos, o Posição foi estruturado. Como diretores de redação assumiram Rogério Medeiros e Pedro Maia, Jô Amado era redator-chefe; Walter Pereira, diretor administrativo, e a redação era formada, basicamente, por colaboradores como Amélia Carolina Gama, Antônio Carlos Campos, João Amorim Coutinho, entre outros, alguns permanentes. Havia ainda dois Conselhos na estrutura do jornal: o de Redação, composto por jornalistas, e o Editorial, do qual faziam parte leitores.

Instalado na Avenida Governador Bley, no terceiro andar do Edifício Glória, no Centro de Vitória, em seu primeiro editorial o Posição sinalizava a linha que iria tomar com o intuito de ser uma alternativa de leitura para a população capixaba, que oferecesse informações e prestasse serviços, de forma independente e sem quaisquer ligações com industriais ou empresários, comprometido com um caminho mais democrático ao contrário do que adotado pela chamada grande imprensa que existia na época, ambos com ligações com grupos políticos: o jornal *A Gazeta*, vinculado ao político Carlos Lindenberg, do Partido Social Democrata (PSD), e o jornal *A Tribuna*, com conexões ao político paulista Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP).

O alternativo chegou às bancas no típico formato de imprensa alternativa com doze páginas, formato tabloide, com reportagens divididas em três ou quatro colunas mantendo as características gerais preservadas, que poucas vezes contou com 16 ou 20 páginas. Há uma configuração no estilo das páginas, tipos de fonte das manchetes de capa, das notícias, a presença do nome do jornal em todas as páginas com data, editoriais ou seções específicas. Estão presentes notícias e reportagens sobre política, invasões de terra e saúde, entrevista, pouca publicidade e uma fotografia na capa, como ocorre na maioria das demais edições²². Isso denota uma delineação prévia do projeto gráfico e editorial do jornal.

²² Poucas vezes o alternativo optou pelas ilustrações nas capas. Quando eram utilizadas, foram feitas pelo cartunista capixaba Milson Henrique, conforme Brumana (2018).

A diagramação, por um tempo, ficou a cargo de Tânia Mara Ferreira, que por mais de um ano, colaborou com o periódico e descreveu o processo como trabalhoso.

A diagramação era um processo bem artesanal e toda a equipe ajudava até a fase final do jornal, levava para a gráfica, esperava imprimir para juntar as páginas e dobrá-las, tudo para baratear o máximo. Todos faziam um pouco de tudo, diagramação, discussão de pautas e serviços de boy, levando material aqui e ali (MARA, Tânia apud MARITINUZZO, 2005, p. 231).

Sua estrutura operacional era extremamente precária. Além de não possuir um maquinário para impressão das edições, o alternativo teve que enfrentar dificuldades para compor e imprimir o jornal. "Em Vitória, não achamos gráfica. A Gazeta se recusava, A Tribuna também, e conseguiram fazer a cabeça das gráficas de Vitória. Ninguém aceitava rodar nosso jornal", pontuou Robson Moreira (Moreira, Robson apud Gentilli, 2018, p. 221).

A solução encontrada para este dilema e, é claro, driblar a censura da ditadura militar, foi ir a Minas Gerais.

O início do Posição foi muito interessante, porque era escrito em Vitória e, por questões de grana, imprimíamos em Belo Horizonte. Nós tínhamos um amigo, que se chamava Zinho. Ele tinha uma Composer. Nós escrevíamos o jornal em Vitória, mandávamos pela [Viação] Itapemirim para Belo Horizonte, para ele compor. Zinho devolvia para fazermos a revisão e mandávamos de volta para ele fazer as emendas. Ele tinha um amigo em Juiz de Fora, que rodava o jornal e depois mandava de ônibus pela Itapemirim e nós pegávamos na rodoviária". (MOREIRA, Robson apud Gentilli, 2018, p. 221)

Isso, inclusive, é assinalado na estreia para ressaltar os porquês de ser um jornal quinzenal e "atrasado".

A gráfica que nos ofereceu o melhor preço é distante... e isso nos obriga a terminar cada edição com o adiantamento de uma semana. Assim, o que o leitor está lendo agora já foi preparado, no início, há uma semana. Assim, o que o leitor está lendo agora já foi preparado, no mínimo, há uma semana. Esse obstáculo, infelizmente, nos parece insuperável, pelo menos por enquanto. Contamos, pois, com a sua confiança e paciência (POSIÇÃO, ed.1, p. 2).

Conforme cita Brumana (2016), engana-se quem supõe que os colaboradores do alternativo dispunham de tranquilidade quanto ao prazo para apuração de suas reportagens. "Como a composição e a impressão ocorriam

em Minas Gerais, o tempo médio para a elaboração e o cumprimento de uma pauta chegava a, no máximo, uma semana", assinala.

Nessa odisséia de cruzar os Estados, algumas vezes ocorriam imprevistos. Na quarta edição, publicada 17 de dezembro de 1977, por exemplo, o editorial intitulado "Ao leitor" justificava a demora de uma semana na distribuição devido a uma série de fatos importantes como o resultado das eleições daquele ano, denúncias contra o ex-governador Christiano Lopes (1967-1971) e um atentado contra o vereador Roberto Valadão.

O enfoque das notícias sobre atividades e fatos do dia a dia eram diversos: política, educação, cultura, economia, jornalismo, habitação, trabalho, religião, saúde, segurança, cultura e direitos humanos. A maioria com dimensões críticas ou análises que permitem pensar as relações estabelecidas entre os acontecimentos mais imediatos a partir da abordagem das grandes temáticas a que se referem como questões trabalhistas, invasões de terra e insegurança no campo, conflitos sociais, perseguições, aumento no preço dos alimentos e do custo de vida, perseguições, questões de imprensa, política e tantos outros.

O *Posição* conseguiu chegar a 24 municípios capixabas. Além da Grande Vitória, circulava em cidades como Venda Nova do Imigrante, Baixo Guandu e Iconha, onde era distribuído pelos apoiadores, que sempre eram listados no expediente do jornal. Havia ainda uma equipe de colaboradores nas maiores cidades do interior capixaba: São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina. E, segundo Brumana (2016, p. 101), o periódico ainda circulava fora do Espírito Santo na Livraria Entrelivros, no Catete (RJ), no Centro Acadêmico do Curso de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e, também, em São Paulo, como na Livraria Muro, no Butantã.

O jornalista, Rogério Medeiros afirma, que, o jornal sempre vendeu bem.

A edição esgotava em poucas horas depois de chegar. A fala é destacada pelos outros integrantes do alternativo que destacam a boa aceitação do jornal pelos leitores. "Muita gente ficava esperando o jornal. Com o resultado da venda avulsa, do pequeno número de assinantes e da participação, pequena, da publicidade, a edição era paga e ainda sobrava alguma coisa, para fazer frente às outras despesas.

Um marco em todas as edições, o editorial do Posição ocupava a metade superior da segunda página com três funções: (a) tratar assuntos do próprio jornal - ajuda financeira, avisos de atrasos nas edições ou mudanças na equipe²³; (b) expor reflexões sobre os principais temas tratados nas reportagens; (c) e estabelecer um diálogo direto com seus leitores. Na defesa da democracia, os primeiros editoriais traziam também assuntos relacionados ao MDB. Após as eleições municipais de 1976, por exemplo, as edições 2 e 3, trouxeram a intenção do alternativo de fortalecer as ações do partido, cobrando coerência nas ações dos seus membros e da oposição (BRUMANA, 2018).

Mas, infelizmente, o MDB do Espírito Santo deixou-se enamorar pelo seu crescimento numérico. Este trabalho – do qual destacamos a importância a e o papel de Argilano Dario – é sem dúvida essencial ao partido, mas não menos essencial é a preocupação com as ideias, fator normalmente menosprezado. De que adianta os candidatos do MDB lerem pela cartilha do partido durante o período pré-eleitoral, exigindo liberdade de expressão, democracia plena, revogação do AI-5 e do decreto-lei 477, fim da violência e do arbítrio, se, como partido, eles não se mostram capazes de procurar uma ligação real com as aspirações e preocupações do povo? (POSIÇÃO ed.2, p.2)

Nos editoriais, havia até mesmo críticas ao próprio regime militar. Brumana (2018) cita que pelo menos 18 edições abordaram esse assunto no espaço reservado para a opinião do alternativo. “[...] o alternativo trouxe uma reflexão sobre as perspectivas econômicas do Brasil prevendo recessão para aquele ano. Alguns meses depois, passou a atacar os representantes locais da ditadura, em especial os governadores biônicos (BRUMANA, 2018, p.98)”.

Havia ainda outros temas que variavam de acordo com as pautas do jornal que, por sua vez, acompanhava a trajetória das bandeiras da oposição. Assim, além de política, outros assuntos foram recorrentes nos editoriais do alternativo como meio ambiente, disputa por terras, movimento estudantil e repressão na Ufes, educação, condições trabalhistas e temas ligados ao jornalismo. Tudo isso, é claro, abordado quase sempre com tom crítico e, na maioria das vezes, estampados na capa da edição.

A Coluna Recortes era outro marco do jornal que, diferentemente de outras seções, se manteve firme até a última edição utilizando-se do tom

²³ Um exemplo foi às saídas de Rogério Medeiros, na nona edição, e de Luiz Rogério Fabrino, na quinquagésima segunda.

irônico, de caráter informativo e crítico sobre temas que a imprensa tradicional optava por não noticiar ou para alfinetar políticos.

Resende (2011, p. 163), ao tratar sobre as capas do Posição, nos mostra que foi criado um layout durante as edições que, geralmente, viam acompanhadas de ilustrações, fotos e com chamadas que contrariavam a versão oficial do governo. "[...] uma crítica recorrente àquilo que o regime mais prezava, às vezes, feita de forma ácida, às vezes, recorrendo ao cômico, através de desenhos que retratavam situações nem sempre risíveis, mas que levavam à reflexão".

Do nascimento ao apagar das luzes da redação do alternativo é possível perceber fases distintas que caracterizam o seu percurso, onde cada uma delas trouxeram consigo novas visões e novos colaboradores. Na bibliografia consultada, Martinuzzo (2005), assim como Resende (2011), dividiu a história em três momentos de acordo com o comando do jornal. Trajetória mantida por Brumana (2016), porém, caracterizada em cinco fases.

Apesar das diferenças, os referidos autores são categóricos - e aqui nós também concordamos, sobre a "mudança radical e profunda" a partir da edição 52, quando os membros do PCdoB assumiram o espaço no jornal, tornando-o uma das principais frentes de ação do partido e provocando mudanças não só na linha editorial, mas também na forma de apuração dos fatos.

A conjuntura mudou. Assim, não faz sentido continuarmos os mesmos [...] A conjuntura política, social e econômica mudou. O Brasil de hoje não é mais o Brasil de há dois anos. O 'milagre' acabou. A crise do petróleo, a crise do capitalismo internacional, a crise econômica interna do país, aliados a 'fissuras' e 'rachaduras' internas do sistema, somados às pressões populares, trabalham todos, rapidamente, para quebrar e arrebentar com tudo isso. Para quebrar e arrebentar com a ditadura. (POSIÇÃO, 1978, ed. 53, p.2)

O periódico chegou, assim, a 65 edições firmando-se com uma linguagem mais ousada regionalizando assuntos, com o objetivo de mostrar que, ao contrário do que diziam governo e mídia o Brasil, em primeiro lugar, e o Espírito Santo, em particular, tinham sérios problemas, mascarados por um discurso otimista e que, como os governistas estavam trabalhando pela sociedade, não deviam ser objetos de crítica.

Autores contemporâneos, sobre os quais nos debruçamos neste estudo, também discutem a importância deste papel e, neste caso, do jornal *Posição* no cenário alternativo. Segundo o mestre em História Social, Luiz Fernando Brumana (2016), o alternativo capixaba se tornou um veículo fundamental para a manifestação das organizações sociais que, naquele momento, encontravam dificuldades para resistir contra o regime. Através do posicionamento crítico, contra as tensões existentes instaladas em todos os setores da sociedade, o historiador confere ao *Posição* grande valia para a luta por democracia e por justiça às vítimas da repressão.

O jornal alternativo capixaba *Posição* foi lido, comentado e incomodou bastante. Essa evidência é a primeira que claramente se alcança quando se aprofunda na história de um dos periódicos mais ousados que circulou pelas ruas do Espírito Santo durante a década de 1970 (Brumana, 2018, p. 215).

Na contramão da grande mídia, Lino Resende, assim como Gonçalves e Alicio (2014) destacam que o *Posição*, explorou, e muito, o contexto social, partindo de problemas existentes no Espírito Santo, relacionados à economia, à política e às condições de vida dos que eram mais pobres. Status também conferido por Kucinski (1991, p.62) que foi além destacando a importância do alternativo na produção de notícias regionais que, mesmo de forma independente e com pouca publicidade, manteve um alto padrão de qualidade nas reportagens publicadas.

Termômetro no enfrentamento da repressão militar no Espírito Santo, Ademar Possebom e Flávio Gonçalves (2006) observam o papel do *Posição* como “experiência democrática de produção jornalística”.

Esse era o *Posição*, que durou pouco mais de três anos e foi um bom termômetro do reinício do enfrentamento da repressão militar no Espírito Santo. Lançado para fazer um tipo de jornalismo que a ditadura, com apoio de grandes grupos políticos e econômicos censurava, mas também para ser uma experiência democrática de produção jornalística, ele retratou a época, apurando fatos e refletindo sobre situações presentes. (POSSEBOM; GONÇALVES, 2006, p. 115)

Tese também afirmada por Brumana (2016), em seu estudo sobre o alternativo.

Expoente da luta contra a repressão e a censura em território capixaba, a publicação de 12 páginas foi fruto do trabalho de homens

e mulheres insatisfeitos com as decisões as quais o Espírito Santo e o Brasil estavam sendo submetidos. Pessoas que haviam sido de alguma forma prejudicadas pelo sistema de exceção, que foi imposto ao País na virada do dia 31 de março e 01 de abril de 1964, e que buscavam uma forma de fugir às amarras que se estendiam já havia 12 anos. (BRUMANA, 2016, p. 16).

O referido autor ainda comenta que, o Posição, noticiou aquilo que não tinha espaço nas bancas, tocando em assuntos espinhosos e expondo uma face do governo e da política capixaba que não era apresentada à sociedade, ou seja, aquilo que o regime queria esconder.

Martinuzo (2004) comenta que o alternativo se tornou um dos principais interlocutores das pautas de interesse popular.

O principal exemplo dentro do jornalismo capixaba é, certamente, o Posição. [...] Apesar de sua curta duração, foi extremamente representativo para a luta social contra o regime, sendo, seguramente, o marco principal de resistência da imprensa capixaba à repressão dos militares.

Para Kucinski (1991), tal desejo de cobrir as necessidades de uma classe mais popular é coerente com uma "nova geração de jornalistas oriundos das escolas de comunicação instituídas pela legislação autoritária de 1968 que impôs a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão".

Essa geração, em sua maioria, eram jornalistas que passaram a atuar na área por interesse na imprensa, até mesmo pela ampla oportunidade de trabalho. Pessoas de origem popular, que vivenciavam as aflições comuns e não de famílias abastadas ou ligadas a grupos empresariais. Isso fica evidente até mesmo quando nos aprofundamos nas condições financeiras que o Posição se dispôs.

Sobre a condição do Posição como imprensa alternativa, Peruzzo (2006, p.120) esclarece que,

No Brasil, a expressão "imprensa alternativa" tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. Também chamada de "nanica", foi lançada no mercado a partir da

década de sessenta, para tornar-se mais frequente e variada nos anos setenta. Ela "identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos setenta, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais nos grupos de oposição em frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político. São exemplos dessa época, entre outros veículos: Posição, Movimento, Pasquim, Coojornal, Versus, Extra.

E continua: "Não há consenso quanto a uma tipologia da imprensa alternativa. Uns entendem por ela só os jornais que tiveram origem especificamente essa variante, como Movimento e Posição" (PERUZZO, 2006, p. 122).

Outro ponto que consideramos importante ressaltar é a recorrência com que tanto os autores lidos como os colaboradores do alternativo têm declarado que o jornal Posição foi uma "escola de jornalismo". Adilson Vilaça comenta que era uma prática comum participar de todas as fases da produção do jornal. "Quem, por exemplo, só escrevia, ajudava um pouco na montagem do jornal, ajudava depois da dobragem, até na distribuição"²⁴. O referido autor ainda enfatiza que o periódico encabeçado por Jô Amado propiciou grande aprendizado a muitos profissionais.

Não diferente de uma série de jornais independentes que nasceram na década de 1970, o Posição foi influenciado por periódicos do eixo Rio-São Paulo. Resende (2011) e Brumana (2016) observam, inclusive, que em média o jornal capixaba no seu auge chegou aos 10 mil exemplares, mas manteve, ao longo da história, uma tiragem média de três mil exemplares, caindo metade na parte mais difícil de sua vida.

Gonçalves e Alicia (2014), nos revelam que entre as características do alternativo capixaba estava a retratação do momento político e histórico de maneira humorada. Por outro lado, Adilson (2018) também recorda que o periódico não dava simplesmente a notícia, mas sim opinião e na maioria das vezes trabalhava rosnando.

Nós não tínhamos a mesma linha do Pasquim. Não éramos um jornal de muita brincadeira. Era um jornal de denúncia, que dava voz aos

²⁴ VILAÇA, Adilson apud Gentili, 2018, p. 240

diversos grupos de esquerda que estavam clandestinos, sem fazer restrição se era MR8, PCR, PCBR, PCB, PCdoB. Todo mundo tinha direito de se manifestar pelo jornal. Mas, de vez em quando, como foi nesse caso, batia na gente senso de humor muito grande, uma irreverência e um jeito de driblar os casos de uma maneira engraçada (VILAÇA, Adilson apud Gentili, 2018, p. 223).

O jornalista ainda nos relata que o teor crítico e, muitas vezes, ácido das notícias exigia dos colaboradores, evidentemente, que elas escrevessem bem, mas que também fossem politizados e que, de certa forma, estivessem engajados. "Não era qualquer um que caía lá e escrevia. O cara tinha que ter compromissos, uma visão histórico-política não só do Brasil, mas do mundo em que a gente estava vivendo", ressalta.

Dos Anjos (2005, p.233), por exemplo, em *Impressões Capixabas*, conta que embora não tenha trabalhado, era envolvido com o *Posição* e reforça esse caráter de denúncia do periódico.

O *Posição* era um jornal de esquerda que denunciava, criticava e fazia oposição àquela situação política do País. Batia nisso com força. Eu me lembro de uma matéria de capa que me marcou muito, sobre o prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa. O título da matéria era assim: 'Éta corruptozinho de merda', referindo-se ao fato de ele ter sido apanhado numa pequena transação desonesta mal-feita. Então, era um jornal que misturava humor com agressividade política, e era um espaço de combate mesmo.

A atmosfera de trabalho do jornal *Posição* é recorrentemente citada tanto pelos autores consultados, como pelos próprios fundadores. Robson Monteiro foi enfático em classificar o dia a dia com a equipe como

[...] uma loucura, porque não tinha muito dinheiro. Nós comprávamos umas folhas de *letraset*, um tipo de letra que se cola a partir da água. Como aquilo acabava logo, recortávamos letras de revistas e colávamos pacientemente. Passávamos noites inteiras fazendo o jornal (Robson Monteiro apud Victor Gentili, 2018, p. 219).

Como oposição, Brumana (2016, p. 91) cita que o periódico se dedicava a diversas reportagens exaltando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e suas lideranças. "Era o momento para tentar dar musculatura ao único partido contrário ao regime", conta. Tanto que coube ao senador gaúcho Paulo Brossard a primeira reportagem do periódico intitulada "A Lição", realizada durante a visita ao Espírito Santo para ministrar uma palestra na Assembleia Legislativa do Estado (Ales), organizada pelo Setor Jovem do MDB.

O apoio ao partido era uma das intenções do alternativo para promover o fortalecimento da oposição. Tanto que, segundo Brumana (2016, p. 96), a cobrança ao MDB chegou a pautar 10 editoriais, sempre exigindo e questionando a postura do partido em relação ao combate ao regime. Informação confirmada por Robson Moreira (2018) que explica, que essa abertura se deu, em primeiro lugar, a oposição constituída ao Estado, mediante a abertura do jornal ao partido, que na época tinha pouco acesso à grande imprensa.

Para Resende (2011, p. 133), Umberto Martins²⁵ é mais claro quando fala da ligação do Posição com os movimentos sociais. “O jornal”, afirma, “buscava representar anseios e opiniões dos movimentos sociais, bem como do MDB e personalidades que faziam oposição ao regime militar”.

Concluimos que ao optar por noticiar sobre assuntos da oposição, o alternativo não só se mostrou comprometido com o seu papel na difusão de informações daquilo que consideram relevante à sociedade como, também, fez história ao tratar de forma crítica problemas existentes no Espírito Santo, relacionados à economia, à política e às condições de vida dos que eram mais pobres.

4.1 Relação com o leitor

A tentativa do Posição de esclarecer os leitores sobre temáticas específicas eram feitas ora por meio de reportagens, notícias e por seu editorial, ora por artigos, crônicas e entrevistas, que viam num acontecimento a oportunidade para discutir o tema. A política, por exemplo, foi trabalhada de diferentes formas e esteve presente para discutir questões relacionadas a disputa por territórios, a instalação das multinacionais, consequência da modernização que não era discutida pela mídia tradicional, enfim, era um espaço pluralista sustentado por ideias que se ancoravam no interesse pela informação, como notou Kucinski (1991).

²⁵ Participou do último ano de edição do *Posição* como editor e colaborador na área de economia. VILAÇA, Adilson apud Gentilli, 2018, p. 249.

De acordo com Klein (2008), a relação estabelecida pelos alternativos com os leitores era diferenciada focada num público mais amplo e com perspectivas de análise, modos de ver a realidade "[...] mesmo que com enfoque mais direcionado a grupos específicos".

Raimundo Pereira (1986, p. 75), que associa a imprensa alternativa à imprensa popular e de partidos populares, afirma que os jornalistas assumiam um compromisso essencial com seus leitores, "de apoiar-se na realidade objetiva, na vida concreta que os leitores têm diante de si e que pretendem compreender para libertar-se. A realidade objetiva é, e não pode deixar de ser, o ponto de partida".

José Luiz Braga ao se referir à procura por "perspectivas mais globais sobre o social e o político" da imprensa alternativa, diz que "o texto tende a ser muito acadêmico para o leitor médio. [...] os jornais produzem assim, frequentemente, uma visão teórica das coisas e têm a tendência de se afastar da realidade imediata" (BRAGA, 1991, p. 233). Para escapar a tal, a saída buscada pelo Posição foi ser um jornal quinzenal. "Nossa opção por um jornal quinzenal foi também considerando que, dessa forma, o repórter terá mais tempo para apurar a notícia. E sua notícia será seguramente mais próxima da verdade" (POSIÇÃO, ed. 1, p.2). O alternativo, assim, tratava sobre fatos da atualidade, porém, já na estreia deixou claro que sua veiculação ocorreria quinzenalmente e que, por isso, as reportagens seriam mais bem elaboradas.

O Posição falava do povo e acabou por dar voz à oposição, que tinha pouco acesso à imprensa local. Quanto a esse perfil, Robson Moreira afirma que

A proposta era encontrar um jeito de incluir os movimentos sociais nos meios de comunicação, para eles serem os personagens. Participávamos de tudo o quanto era reunião de comunidade, de comitês, lavradores e todos nos respeitavam, porque contávamos as histórias deles (MOREIRA, Robson apud POSSEBOM; GONÇALVES, 2006, p.118).

Era ainda comprometido com as aspirações populares", como sinalizava o primeiro editorial do Posição.

Será o Posição um jornal diferente? Sim. Porque é um jornal de jornalista. E não de um industrial, de um empresário. E também porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder... O nosso jornal é independente. Mas o que isso significa? Uma vez mais, isso vai depender de nós, jornalistas e de você, leitor. A ideia de fazer um jornal de jornalistas parece inegavelmente boa. Boa porque, desta forma, a notícia divulgada não obedecerá a interesses estranhos aos dos jornalismo propriamente dito. Mas, em compensação, sem uma estrutura empresarial sólida, nos será muito mais difícil sustentar um jornal. Dependeremos essencialmente do leitor. Assim, quando o dinheiro gasto pelo leitor na aquisição do jornal for suficiente para pagar a edição, melhoraremos o jornal: aumentaremos o número de páginas de cada edição, aumentaremos o número de informações e de notícias (POSIÇÃO, ed.1, p. 2).

No editorial de estreia, intitulado “O Jornal do Leitor” o Posição criticou o jornalismo diário por sua superficialidade e falta de autenticidade em decorrência do *deadline* e, por isso, deixou claro que sua veiculação ocorreria quinzenalmente.

Um outro aspecto que deveria ser comentado na apresentação é o do jornal ser quinzenal. Pode parecer banal, mas para nós tem um significado maior, profundamente ligado a nossa concepção de jornalismo. [...] Vivemos na época dos press releases, ou seja, boletins previamente preparados pelas grandes empresas, pelas secretarias, pelas autarquias ou pelas autoridades, com o objetivo de serem a notícia. Vivemos também na época do off, ou seja, quando a informação nos é comentada ou fornecida ao pé do ouvido sob a condição de não ser citada a fonte. Em ambos os casos, o grande inimigo do repórter é o tempo. Trabalhando para um jornal diário, ele fica literalmente sem tempo para apurar a autenticidade dos dados fornecidos pelo release ou para verificar a honestidade da informação dada em off. Nossa opção por um jornal quinzenal foi também considerando que, dessa forma, o repórter terá mais tempo para apurar a notícia. E sua notícia será seguramente mais próxima da verdade. [...] (POSIÇÃO, 1ª ed., p. 2).

Dessa forma, as notícias poderiam ser mais bem apuradas, as matérias elaboradas e o “jornalismo como concebemos poderá, assim, desenvolver ao trabalho do repórter pelo menos um pouco de dignidade e decência” (POSIÇÃO, 1ª ed., p. 2).

Enfim, nos permitimos transcrever parte dos primeiros editoriais, uma vez que, ele contém as principais características que irão marcar a trajetória do periódico como (i) o constante convite ao diálogo com o leitor; (ii) a crítica à consagrada forma de se fazer jornalismo e (iii) ao poder político-econômico que

ditava o tom aos veículos tradicionais, que vão se manifestar nos próximos editoriais, nos textos, nas ilustrações, entrevistas e nas reportagens.

O diálogo entre a redação e os eleitores refletia-se na pauta, opondo-se ao regime militar e levando para as bancas uma visão diferente da que oferecia a grande mídia, intimidada por pressões econômicas e pela censura, esta última que também afetou a imprensa alternativa.

Foi por aí que começamos. Dirigimos, é claro, o jornal para atingir a classe média (hoje) descontente – pois é justamente esse o setor da sociedade que lê jornal. E mantínhamos a posição de, através de um processo lento, seguro e gradual, passar a dirigir nossa atenção para as reivindicações das camadas populares (POSIÇÃO, ed.39, p. 09).

Ademar Possebom e Flávio Gonçalves (2006) observam que o *Posição* foi um termômetro no enfrentamento da repressão militar no Espírito Santo e ressaltam o seu papel como “experiência democrática de produção jornalística”.

Esse era o Posição, que durou pouco mais de três anos e foi um bom termômetro do reinício do enfrentamento da repressão militar no Espírito Santo. Lançado para fazer um tipo de jornalismo que a ditadura, com apoio de grandes grupos políticos e econômicos censurava, mas também para ser uma experiência democrática de produção jornalística, ele retratou a época, apurando fatos e refletindo sobre situações presentes (POSSEBOM; GONÇALVES, 2006, p. 115).

Umberto Eco observa que “um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa. Em outros termos, um texto é emitido para alguém que o atualize” (1986, p. 37). Nos alternativos, presume-se como leitor alguém ao menos parcialmente identificado com a motivação de origem da própria publicação, que é justamente falar diferente. O Posição era “um jornal do leitor”, o que se refere, diretamente, a um público amplo, mas com uma característica em comum: o interesse pelos assuntos que, por imposição da censura oficial ou da autocensura, não era abordado.

Nos anos 1970, o público de leitores se ampliava, mas, ainda assim, a circulação era restrita. Em tais condições, “é evidente, por exemplo, que jornais como Movimento, Coojornal, Versus, não eram acessíveis à imensa massa de trabalhadores, pouco acostumada até a ouvir o pasteurizado noticiário político da televisão e que não incluía em seus hábitos nem a leitura habitual dos

jornais popularescos de crimes e escândalos” (PEREIRA, 1986, p. 67). Mas, conforme Resende (2005), apesar de se enquadrar nessa perspectiva, o Posição teve uma circulação significativa.

De acordo com Medeiros, considerando-se que a média de leitura de um jornal é de cinco pessoas por exemplar, Posição chegou, em alguns momentos, a ter 50 mil leitores. O próprio Medeiros, no entanto, comenta que, no caso do jornal, o número de leitores por exemplar era maior e isso podia ser medido pela repercussão das matérias por ele publicadas. Estes números, no entanto, nunca foram aferidos por um instituto de pesquisa, como ocorre hoje em relação à leitura dos jornais diários (RESENDE, 2005, p. 120)

Nesse esforço, percebe-se que a organização de um novo meio (para falar de temas que não eram falados ou do que eram, talvez, distorcidos por outros) se faz necessário a presença de leitores atentos, que não sejam moldados pelas notícias e, pelo contrário, que fazem parte de discussões permanentes em grupos diversos. Por isso, em seus textos, o Posição dirigia-se a todos os capixabas, mas, principalmente, a um público composto por jornalistas, estudantes e simpatizantes das correntes da oposição.

4.2 O fim sem despedida

Como dito anteriormente, desde o início, ficou evidente dois pontos chaves do Posição: o comprometimento com a participação do leitor, que participaria como quisesse, e a relação entre publicidade e o jornalismo. No primeiro editorial, inclusive, a publicação já pontuava: “Hoje em dia vivemos em uma era que, infelizmente, para o leitor e para o jornalista profissional, o jornalismo e a publicidade se confundem”²⁶.

Isso porque a publicidade nos Anos de Chumbo²⁷ em forma de anúncios teve um papel fundamental na vida financeira da grande maioria dos veículos, conforme Alzira Alves de Abreu (2003).

A maioria dos veículos de rádio, televisão, revista e, por sua vez, do jornalismo tornaram-se dependentes do Estado, seja na liberação de empréstimos ou recebimentos de anúncios publicitários. Por conta dessa

²⁶ POSIÇÃO, ed. 1, p.2

²⁷ GASPARI, Elio. 2002. *Período da Ditadura Escancarada, das perseguições e repressão desencadeadas pelo golpe.*

dependência, acabavam por acatar as determinações oficiais sob o risco de sofrerem retaliações. "Estabelecia-se, assim, uma relação assimétrica de poder sobre aquilo que era publicado e divulgado pelos veículos de comunicação", conta Mazzei (2011).

O objetivo era asfixiar financeiramente os meios de comunicação, com o intuito de fazer com que eles não sobrevivessem ou parassem de bombardear o regime com matérias que desagradassem a política vigente. Por isso, a cautela do Posição para que assuntos comerciais não dificultassem sua forma de fazer jornalismo sem "interesses estranhos"²⁸.

Durante toda a sua existência, o Posição em raros momentos usufruiu de um equilíbrio financeiro em suas contas. Sem dinheiro, Monteiro (2018) comenta que no início, ele e Jô tinham apenas o fundo de garantia da demissão de A Tribuna e que, para viabilizar a circulação do periódico, foi necessário buscar por assinantes.

Precisávamos de assinantes, e aí fomos buscar pessoas de oposição. Pessoas de esquerda, digamos assim, que topassem fazer uma assinatura do que não sabiam o que era, para começarmos a viabilizar o jornal, dar início ao projeto. Outra coisa que fizemos foi nos associar à cúpula de imprensa alternativa que estava se expandindo por todo o país. O *Posição* era parte do pacote, porque você fazia uma assinatura e recebia todos os jornais alternativos, como Movimento, Opinião, O Jornal. (MONTEIRO, Robson apud Gentili, 2018, p. 221)

Daí a necessidade de buscar meios que lhe custassem o mínimo. Sem dinheiro, contando com pouco financiamento externo, o Posição era escrito em Vitória e impresso em Belo Horizonte, até começar a ser rodado em Jucutuquara.

Fizemos um tempo isso, mas chegamos à conclusão de que era inviável todo esse trabalho. Conseguimos convencer um rapaz que tinha uma gráfica em Jucutuquara, por meio de Valter, um cara que não era jornalista, e sim do setor comercial. Ele tinha passado pela Gazeta. Saiu e se juntou a nós no departamento do Posição. Era uma pessoa muito respeitada que conhecia o rapaz da gráfica. Foi quando começamos a rodar o jornal em vitória (MONTEIRO, Robson. apud Gentili, 2018, p. 221).

²⁸ POSIÇÃO, ed. 1, p.2

Em depoimento Vilaça, lançou uma nova reflexão sobre as finanças do Posição.

Viver na época, principalmente do Posição, era uma coisa extremamente difícil. Fiquei seis meses trabalhando só no Posição. Acontecia de, em um determinado mês, não ter pagamento. Às vezes, falavam que podiam pagar dois. Dois mais sacrificados, mais apertados, eram indicados e o coletivo concordava. Nesse período de seis meses, devo ter recebido uns três salários (VILAÇA, Adilson apud Gentilli, 2018, p.242).

Robson Moreira, que esteve à frente na criação do jornal, diz que

na verdade, não sei dizer do que a gente vivia, porque o *Posição* era realmente uma coisa fantástica. Não tínhamos salários, não tínhamos dinheiro. Vendíamos o jornal na universidade, nos bares, nos bairros, mas só ficavam uns trocados para tomar um café. Não existia uma retirada mensal (MOREIRA, Robson apud Gentilli p. 219).

Sobre o pagamento de salários, Brumana (2018) revela que é uma questão controversa. Isso porque muitos garantem que não recebiam nada, mas outros dizem que recebiam pequenas quantias. "Varia muito de acordo com a fase do jornal e quem era o colaborador" (p. 106). Informação confirmada por Medeiros (2018), que, contou, que quem não tinha emprego regular recebia ajuda financeira, e ressaltou que o lado financeiro foi determinante para o fechamento do Posição.

Diante do confronto com o exposto pelos colaboradores do alternativo e as fontes bibliográficas, é possível concluir que a remuneração não era uma regra. Às vezes ocorriam, às vezes não. Mas então, o que motivava continuar trabalhando nessas condições? O mesmo jornalista responde, não só por ele, mas também pelos demais colegas, alegando que ao fazer parte da equipe do Posição, eles estavam batalhando por um sonho que, hoje, faz parte da história da imprensa capixaba.

Não diria que foi um ato de heroísmo, porque não estávamos fazendo nada de heroico, estávamos batalhando por uma coisa com a qual sonhávamos, que imaginávamos que tinha que crescer. Fizemos com toda dedicação possível. Faz parte da história da imprensa capixaba, não é favor nenhum dizer isso. E o jornal marcou época (MOREIRA, Robson apud Gentilli, 2018, p. 228).

Vilaça confirma essa realidade que enfrentaram ao afirmar que aceitaram colaborar com o Posição ciente das dificuldades, mas, que, "não era fácil viver somente do Posição. As outras pessoas todas tinham outros

empregos. Tinham que ter"²⁹. As dificuldades eram tremendas, e para manter o veículo nas bancas era preciso agir com criatividade. Uma das estratégias tomadas foi o "pacote da Democracia", do qual o alternativo aderiu e que foi divulgada na 27ª edição.

A proposta era simples: ao assinar um jornal de imprensa independente, o leitor poderia optar por outras publicações. Assim, eram ofertados dois planos. O primeiro custava 750 cruzeiros e dava o direito ao Posição, mais três jornais durante o ano. Já a segunda opção saía por 950 cruzeiros e garantia ao leitor mais seis outros jornais. As opções eram: Coojornal, Versus, Movimento, Brasil Mulher, Esteio, De Fato, Inéditas, Revista do CEAS.

Como relatam seus integrantes o apoio financeiro vinha de cinco frentes: a venda avulsa, as campanhas de assinaturas e apoio, os anúncios de pequenos empresários, propagandas de prefeituras e a ajuda financeira de profissionais liberais.

Como dito anteriormente, no auge da sua maior popularidade, o Posição chegou a 10 mil exemplares vendidos. Na oitava edição, datada de 6 de março de 1977, a primeira tiragem de 3 mil se esgotou em pouco mais de 48 horas, o que levou os colaboradores a voltar à gráfica para colocar nas ruas mais 2 mil exemplares.

Esta foi - e isso nos honra - a segunda vez que um jornal capixaba é obrigado a voltar à gráfica para aumentar, extraordinariamente, a sua tiragem: a primeira, ao que consta, foi quando o jornal O Diária, em 1969, teve que aumentar sua edição, que noticiava a descoberta do Esquadrão da Morte Capixaba (Posição, ed. 9, 1977, p.2).

As vendas ocorriam de porta em porta pelos próprios colaboradores, sendo que uma boa parte ia para assinantes na Grande Vitória e em outros 24 municípios capixabas, além de algumas bancas que aceitavam vendê-lo. Robson Moreira conta:

Pegávamos o jornal e saíamos de madrugada distribuindo, vendendo nos botecos. Eu levava para a Universidade e Jô para os bairros. Com 2 mil exemplares, colocávamos 500 na banca e distribuíamos 1.500 nas comunidades, de mão em mão.

²⁹ VILAÇA, Adilson apud Gentilli, 2018, p. 242.

Martinuzzo (2005) lembra que, nesse período, A Gazeta era o jornal capixaba com maior vendagem. A Tribuna, que há três anos havia feito o seu relançamento, ainda buscava aumentar a quantidade de exemplares vendidos. Com apoio popular, o Posição chegou a se tornar o segundo no ranking de vendagem. Motivo de orgulho, que chegou a pautar uma das edições com o seguinte destaque: “Assine e anuncie em Posição. O 2º jornal de maior vendagem de Vitória” e “Quinze mil pessoas leem Posição a cada quinzena. Pense nisto antes De fazer um anúncio”.

Os anúncios publicitários eram outra importante fonte de financiamento para o periódico. Publicados pela primeira vez na quinta edição, contabilizavam, em média, oito anúncios por edição, sempre custeados por pequenos empreendimentos ou empresas de serviços. Assim, como a relação entre os colaboradores do periódico alternativo, os anunciantes mudaram diversas vezes no decorrer da trajetória do jornal. Alguns exemplos de quem aparecia nas páginas eram a Gutempres Editora e Indústria Gráfica, o salão de beleza Super Sauna Esplanada, o Cartório do 1º Ofício Registro de Imóveis, a Casa dos Telefones, entre outros. Havia, ainda, propagandas do ramo educacional como do Colégio Martim Lutero, Americano Batista e do pré-vestibular do Salesiano, bem como, anúncios de serviços de uma série de profissionais como dentistas, médicos e advogados.

Figura 3: Recorte interno da 5ª edição do jornal *Posição* publicada no dia 03 de janeiro de 1977

JOS ◦ PROFISSIONAIS ◦ SERVICOS ◦		COLÉGIO MARTIM LUTERO O CAMINHO CERTO PARA A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE 2º GRAU PROFISSIONALIZANTE E PRÉ-VESTIBULAR Rua Fábio Ruschi, s/nº – Vitória – ES
FAUSTO TANCREDI ODONTOPEDIATRIA <i>dias úteis das 13:30 às 18:00 hrs.,</i> Edif. RuralBank sl. 1808 tel.3-4001 – Vitória	EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES Causas cíveis, criminais e trabalhistas Edif. "A Gazeta" sl. 313 – Vitória	
LENITA MERIZIO ODONTÓLOGA Rua da Alfindega, 22 – Ed. Sarkis – s/ 504 Vitória - E.S.	AMADEU SANTOS FILHO CIRURGIÃO DENTISTA <i>2ª e 6ª a partir das 19 hrs.</i> Edif. RuralBank sl. 904 – Vitória	

POSIÇÃO 03/01/77 5

Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Sobre esses profissionais, havia uma peculiaridade: a maioria havia tido algum problema com a ditadura.

A gente tinha uma verbinha publicitária que era bancada por profissionais liberais, advogados, médicos, que se posicionavam em favor da democracia e tinham a coragem de pagar uma publicidade no jornal *Posição*. Na maioria das vezes, repassavam quantias consideráveis para o periódico, acima do valor cobrado se fossem publicadas na imprensa tradicional.³⁰

Mesmo dependendo de anúncios de empresas privadas para manter a saúde financeira do periódico, já que o governo não era uma opção viável, anunciar no *Posição* não influenciava na sua linha editorial. Isso ficou evidente quando uma reportagem acusou o cursinho BAC, um dos primeiros anunciantes do jornal, de oferecer um serviço de má qualidade.

O *Posição* não escapou da censura. Conforme Brumana (p.115), os jornalistas e colaboradores foram convocados inúmeras vezes à sede da Polícia Federal para que explicassem a publicação de reportagens que colocavam em xeque a credibilidade do regime militar, mas não houve prisões efetivamente por causa do alternativo. Uma das únicas exceções aconteceu em junho de 1977, quando Robson Moreira seguia para Minas Gerais com os originais da 14ª edição.

³⁰ VILAÇA, Adilson. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, 19 de maio de 2016.

O trajeto já era conhecido do jornalista. Desde a primeira edição ele havia acompanhado e participado da elaboração do periódico, ficando a cargo dele a composição, que ocorreria na capital mineira, e a aquisição do papel para a impressão, que era comprado na mesma cidade. Seguiu viagem em um ônibus no dia 3 de julho devidamente credenciado pela empresa Edições do Leitor Ltda. e portando todos os documentos que se faziam necessários. Porém, na madrugada do dia 4, seu percurso foi interrompido por policiais federais. Era a primeira vez que o material gráfico do Posição era apreendido. O jornalista foi detido e levado para interrogatório, depois posto em uma cela com outras 90 pessoas. Foi liberado 24 horas depois.

Fui retirado do ônibus em que viajava para Belo Horizonte no amanhecer do dia pela polícia Metropolitana, antes de chegar à capital mineira. Mesmo antes de sair de Vitória, eu já sabia que seria preso, pois no ônibus entraram agentes da polícia federal pedindo que eu me identificasse e que mostrasse a eles o material que estava levando. Ou seja, alguém havia me dedurado. E eles me advertiram que não seria bom que o material chegasse ao seu destino final. Fui interrogado e ameaçado à exaustão, por 24 horas ininterruptas, para que revelasse com quem eu tinha ido me encontrar em BH. Não revelei e eles acabaram me soltando talvez com a ideia de que poderiam me seguir e que eu iria me encontrar com essa pessoa. O que não aconteceu

Moreira revelou, em entrevista à revista Vozes da Democracia do Intercom, que foi levado para Metropol106 e foi interrogado com as matérias do jornal em cima da mesa. “O delegado dizia assim: ‘Quem escreveu isso?’. ‘Eu sei lá, não lembro, tanta gente que escreve’, respondi”. Era uma noite chuvosa e fazia frio na capital mineira, deixaram o jornalista numa cela sem teto e de pé.

Mesmo rápido, já que a prisão durou apenas 24 horas, o episódio não iria passar em branco para o jornal. Duas ações foram tomadas pelo Posição, a primeira delas ocorreu logo depois da soltura do jornalista. Para evitar que os leitores estranhassem a demora na publicação, uma nova edição foi elaborada, com o número 14 bis. Na capa, em tons de preto, o famoso avião com o mesmo nome, construído pelo brasileiro Alberto Santos Dumont. Vendido por 50 centavos, o exemplar contava apenas com uma folha frente e verso, na qual era informado o que ocorreu com a 14ª edição e destacado que o fato se

sucedeu às vésperas do Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, comemorado em 7 de julho.

Levar o periódico às bancas custava caro e as propagandas de pequenas empresas, possibilitam, ao fim do mês, um respiro ao financeiro do jornal que, na edição 34, viveu o seu pior desempenho com apenas quatro anúncios publicados.

Outros anúncios vinham das prefeituras que eram comandadas pelos membros do Movimento Democrático Brasileiro, como Cariacica que tinha a frente Aldo Alves Prudêncio e Clovis José Siqueira, como vice. Entre outras cidades como Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, publicados a partir da quinta edição, datada de 3 de janeiro de 1977. Nas páginas, eram publicados sobre o pagamento dos impostos municipais ou alguma mensagem à população, como “Cachoeirense: Participe da sua comunidade. Colabore com a prefeitura”³¹.

Quando entrava mais dinheiro dos anunciantes, uma das ações do jornal era aumentar o número de laudas. Isso ocorreu em 14 de setembro de 1977 quando foi publicada a vigésima edição. “Saíamos com 16 páginas porque tivemos mais dinheiro em forma de anúncios”³², dizia o editorial que tocou em um assunto controverso: o pagamento dos jornalistas.

O aumento no valor do jornal, que era previsto desde a primeira publicação, demorou, mas ocorreu e veio se efetivar na 39ª edição, após um ano e meio de existência, em 20 de julho de 1978. Quase se desculpendo com o leitor, o valor que custava cinco cruzeiros, foi reajustado para oito e não ocorreu sem uma explicação, a qual ocupou uma página inteira da edição. Com a manchete: “Atenção, leitor. A crise está aí, vamos arregañar as mangas”³³, admitiu o Posição.

Na reportagem, os editores chamam a atenção para o aumento dos preços e do custo de vida que os brasileiros vivenciavam. Apontavam que o salário-mínimo havia aumentado 120%; a alimentação em mais de 300% e os

³¹ POSIÇÃO, ed. 16, p.8

³² POSIÇÃO, ed. 20, p.2

³³ POSIÇÃO, ed. 39, p. 9.

aluguéis estavam submetidos a reajustes a bel-prazer da ganância dos proprietários. Além disso, o preço do papel havia sido reajustado em 200% e os jornais tradicionais já haviam reajustado seus valores, em alguns casos, em 150%.

A hipótese de mantermos nosso preço de capa em 5 cruzeiros tornou-se insustentável...O número de assinantes, o número de jornais vendidos, o número de anúncios feitos, entretanto, não bastaram para manter a nossa independência. Apenas mais uma vítima da política econômica do governo... Hoje, o custo real do jornal nos sai a 5 cruzeiros por exemplar, enquanto a receita real do jornal nos sai a 3,50 cruzeiros, por exemplo. Temos uma dívida imediata e uma dívida permanente (*POSIÇÃO*, nº 39, p.9).

Os esforços em garantir um respiro ao caixa do Posição não paravam por aí. Para driblar a crise, houve ainda o reajuste no valor da assinatura, que passou a sair por 200 cruzeiros anuais. Mais tarde o aumento voltaria a acontecer novamente, agora, em 16 de março de 1972, na 52ª edição, com o valor de 10 cruzeiros, mas sem uma justificativa ao leitor.

Paralelamente ao primeiro reajuste, a equipe do jornal apelou aos amigos e colaboradores que se compromettesse "a uma contribuição mensal de uma quantia não inferior a 200 cruzeiros para superar as nossas dívidas permanentes"³⁴. Alegavam que aquele pedido não era uma simples doação, "mas como uma participação política para uma oposição independente, da qual o jornal *Posição* é um instrumento"³⁵, tentando afastar qualquer viés capitalista ou publicitário para a mudança.

O Posição era feito por jornalistas, mas, acima de tudo, pelos leitores. Por isso, havia uma preocupação com os assinantes que, semanas antes do primeiro reajuste, receberam uma carta sinalizando para "a crise aguda e mais grave da história do jornal"³⁶. No apelo publicado na ed. 39, os editores, logicamente, falavam da importância da ajuda financeira, mas pediam sugestões para superar a crise. Em menos de 24 horas após o envio, a resposta do leitor Romão Acioli dos Santos chegou sugerindo o lançamento de um Livro de Ouro para percorrer os assinantes e que o valor doado não poderia

³⁴ *POSIÇÃO*, ed. 39, p.9.

³⁵ *POSIÇÃO*, ed. 39, p.9.

³⁶ *POSIÇÃO*, ed. 39, p.9.

ser inferior a 500 cruzeiros, além de aumentar o valor avulso ou assinaturas em 100% e pedir aos assinantes que indicassem amigos que pudessem também contribuir.

Ao final, Acioli ainda sinalizava que "independentemente das minhas alternativas, estou disposto, a colaborar de uma forma ou de outra, para que esta luta que também é minha não seja em vão"³⁷, reforçando a credibilidade da população pelo jornal, mesmo após a sua estreia nas bancas.

A crise ainda levou a mudanças estruturais no jornal que precisou mudar de endereço saindo do Edifício Glória, para se instalar em uma sala do Sindicato dos Estivadores, na avenida República, nº1, sala 507, 5º andar. Posteriormente, a equipe passaria por outra mudança, agora, em uma casa na Rua Santa Cecília, também em Vitória.

Fazer jornalismo independente e de oposição na Ditadura não era fácil e por passar tanta dificuldade para se manter circulando, a cada aniversário de criação do Posição uma edição especial era produzida e a data comemorada. No primeiro aniversário, por exemplo, uma coletânea com as 23 capas até então publicadas foi exposta com a seguinte mensagem:

Há exatamente um ano - no dia 29 de outubro de 1976 - o Posição circulava pela primeira vez no Estado do Espírito Santo. Na capa, assim como nas 22 edições que se seguiram, uma frase - "um jornal dependente do leitor" - lembrava que a independência da informação e o exercício de informar democraticamente seriam determinados pela aceitação e pelo incentivo que os leitores de Posição lhe viessem a dar numa luta difícil: a de ser o único jornal independente (e, portanto, de oposição) no Estado. Sobrevivemos. E hoje, podemos dizer, somos mais fortes. A vitória foi coletiva. Mas, sobretudo, foi a vitória do leitor. (Posição, ed. 23ª, p. 2)

No ano seguinte, em 29 de outubro de 1978, seria uma das últimas comemorações do periódico com a redação ainda em funcionamento. Dessa vez, a edição chegaria às bancas com a capa com o fundo vermelho, trazendo reportagens especiais sobre as lutas operárias e denúncias contra a Aracruz Celulose. A edição contava ainda com uma reportagem intitulada "*Resistência e Luta*", ressaltando os operários e os objetivos do jornal, além de expor o que mudou nos dois anos de exercício. Nos meses seguintes, os problemas

³⁷ POSIÇÃO, ed. 39, p.9.

financeiros chegaram a um ponto insustentável, os custos para publicar o jornal, algo que sempre assombrou a equipe, se tornou irreversível e até o pagamento do aluguel da sede do periódico estava comprometido³⁸.

A última edição do Posição chegou às bancas praticamente com um grito de liberdade pelos trabalhadores operários. A data é de 07 a 14 de setembro, com as tradicionais 12 páginas, a edição 64 traz já no editorial a situação inflamada da classe operária contra a ditadura capitalista que, além do Espírito Santo, se estendia por mais cinco estados brasileiros. Nas páginas seguintes, nenhum sinal de “despedida”, ou alguma informação de que o alternativo pararia de circular. O foco era na questão trabalhista e na temática o teor das reportagens eram os mesmos dos demais números e sem sinal. Vale ressaltar que havia doze anúncios, sendo três do próprio Posição e os outros de pequenos empreendedores locais como o serviço de marmitas Marleide e Márcia e o Bar do Carioca.

Figura 04: Capa da edição 65 do jornal Posição publicada em setembro de 1979.

³⁸ BRUMANA, 2016, p. 111.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Apesar da normalidade da edição, o fim do alternativo já vinha sendo acumulado por um problema "silencioso" há tempos: os problemas financeiros, que chegariam a um ponto insustentável. Não há registro de dívidas ou empréstimos, porém sabe-se que o alternativo ao seu final de vida tinha problemas financeiros em várias áreas: com o pagamento dos funcionários, aluguel do local de empreendimento, mas a maior dívida se tratava justamente a de se autossustentar, edição por edição e chegar as bancas.

Um pouco antes dessa situação, ocorreu uma tentativa por parte do governo do Espírito Santo de aproximação com o periódico, através de anúncios e propagandas. Essa história começou após a publicação de uma denúncia envolvendo a filha de Carlito Von Schilgen, ex-vice-governador do Estado e, na época, prefeito de Vitória. Na capa da edição 53, o jornal anunciava: "Denúncia de contrabando envolve também prefeito de Vitória e

presidente do Tribunal de Contas"³⁹, acompanhada das respectivas fotos dos envolvidos.

Quem conta é Adilson Vilaça (2018):

Quando saiu a denúncia, o governador nos convocou, por meio do editor-chefe, Luzimar Nogueira, e propôs uma negociação com o jornal. Nós tínhamos um gasto mensal com o jornal. Ele ofereceu, semanalmente, em publicidade, o que gastávamos por mês. O Luzimar levou isso para uma reunião e colocou em votação. Sim era aceitar a proposta do governo, não era fazer a última edição e fechar.

Por unanimidade o jornalista conta que o não venceu. Na edição seguinte, o alternativo trouxe novos fatos sobre a denúncia e entraria num aperto financeiro sem volta. "Algumas pessoas ainda anunciavam, principalmente profissionais liberais, e o governador ligou para os anunciantes e pediu para que não anunciassem. É claro que quem fizesse teria dificuldades", conta.

Com a recusa do Posição em aceitar a aproximação financeira, novas denúncias foram publicadas, mas, dessa vez, o Palácio Anchieta revidou. "Algumas pessoas anunciavam, principalmente, profissionais liberais, e o governador ligou para os anunciantes e pediu para que não anunciassem. É claro que quem fizesse teria dificuldades", pontuou o jornalista Adilson Vilaça, que participou principalmente do Posição no último ano.⁴⁰

O jornal então, entraria num aperto financeiro, mas, antes de adentrarmos nos acontecimentos que marcaram o seu fim, acreditamos ser necessário contextualizar o cenário político nacional que, por óbvio, respingou no Estado, a fim de suscitar possíveis conclusões.

Ao final de 1978, o Brasil vivia a revogação do AI-5, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo General Geisel, em um indício claro de que o país caminhava para um processo de abertura política. Esse seria o primeiro fato, dos vários que iriam marcar o ano seguinte, como a Lei de Anistia, a liberação de parte dos presos políticos da época e a Reforma Partidária, que

³⁹ POSIÇÃO, ed. 54, p. 01

⁴⁰ VILAÇA, Adilson apud Gentili, 2018, p. 237.

decretou o fim da Arena e do MDB permitindo, assim, que novos partidos fossem criados.

O Brasil, assim, caminhava-se efetivamente para uma democratização e paralelamente a esse processo a imprensa tradicional deixou de ser censurada e as denúncias de irregularidades no governo, que era uma função quase exclusiva dos periódicos alternativos, ganharam as capas dos jornais.

"A imprensa alternativa tinha cumprido o seu papel e não havia mais espaço para esse tipo de jornalismo engajado. Estava superado, isso foi de uma época, não tinha mais sentido existir. Foi superado. Felizmente, a imprensa tinha recobrado seu poder de informar, tinha acabado a censura prévia, não significava mais nada ter esse tipo de jornal". (VILAÇA, Adilson apud Gentili, 2018, p. 241)

Com uma situação financeira insustentável, e incluindo-se aí o cenário da política nacional no país, só restou ao jornal *Posição* fechar as portas, após quase três anos de jornalismo marcante no Espírito Santo. Assim, sem um editorial de despedida ou algum outro sinal, o periódico publicava sua última edição com a redação ainda em plena atividade e encerrava suas atividades diárias em setembro de 1979, com a edição 65.

O Coojornal que surgiu como uma resposta dos jornalistas gaúchos às limitações e constrangimentos criados pela censura aos órgãos de imprensa, assim, como o Brasil Mulher, de temática feminista, foram algumas dessas experiências independentes que surgiram. Mas, apesar do inimigo em comum e se propondo a defender a democracia, "[...] esses jornais não atuavam em conjunto inicialmente. Isso só veio a acontecer meses depois dos seus lançamentos, quando decidiram estipular uma rede de incentivo mútuo, por meio da troca de anúncios", conta Brumana (2018).

Brumana (2018) observa que a década de 1970 era um momento promissor para se aventurar no lançamento de um periódico alternativo. Tese encontrada em Kucinski (1991) que conta que a década de 1970 foi um momento promissor para se aventurar no lançamento de um jornal independente que, evidentemente, vinha dando certo em outras regiões. "Somente em 1975 foram criados cinco jornais alternativos de peso. Outros

sete foram lançados em 1976, e mais nove nos três anos seguintes”, descreve (1991, p. 15).

O alternativo, em suas primeiras edições, chegou a listar outros periódicos. “A imprensa independente é a única alternativa. Leia, assine, empreste e divulgue”⁴¹, afirmava o anúncio, que trazia 20 nomes de publicações que foram criadas contra o sistema: Movimento, De Fato, Versus, Opinião, Boca de Inferno, Pasquim, Cobra de Vidro, Lampião, Paca Tatu Cutiã, Nós Mulheres, Ficção, Inéditos, Informação, Escrita, Ovelha Negra, Dois Pontos, O Saco, O Bicho, Poeira, Brasil Mulher.

6 A LEITURA DO PASSADO PELO PRESENTE

Em outubro de 1976, o Posição chegaria as bancas do Espírito Santo com uma nova postura do que caracterizava, até então, o jornalismo alternativo. Conforme editorial da nona edição, foi crescente o interesse pelo alternativo que fez com que as vendas chegassem a cinco mil exemplares, para atender aos eleitores do interior do Estado. O sucesso, então, fez com que o alternativo chegasse a 24 municípios capixabas, alcançando um público ainda maior dos que viviam na capital, ampliando, assim, a variedade temática das matérias. Quase todo jornal está em tom de política, que está presente nas capas, charges, editoriais, notícias, reportagens, entrevistas, artigos e textos resgatados de outras épocas. E não é por uma redução simplista de que tudo que tem a ver com a vida pública tem a ver com política. Trata-se da realização de reflexões, de análises que têm como guia a política.

Além da política propriamente dita, os assuntos mais frequentes referem-se a trabalhadores, questões de imprensa, habitação, vida no campo e nos bairros suburbanos, cotidiano dos sujeitos sociais e saúde pública. Há também discussões sobre agricultura, economia, meio ambiente, religião, movimento estudantil, educação, sindicalismo e esporte. Porém, boa parte destes assuntos são vistos relativamente aos problemas que apresentam, com o que se analisa a inadequação do modelo político e econômico para resolve-

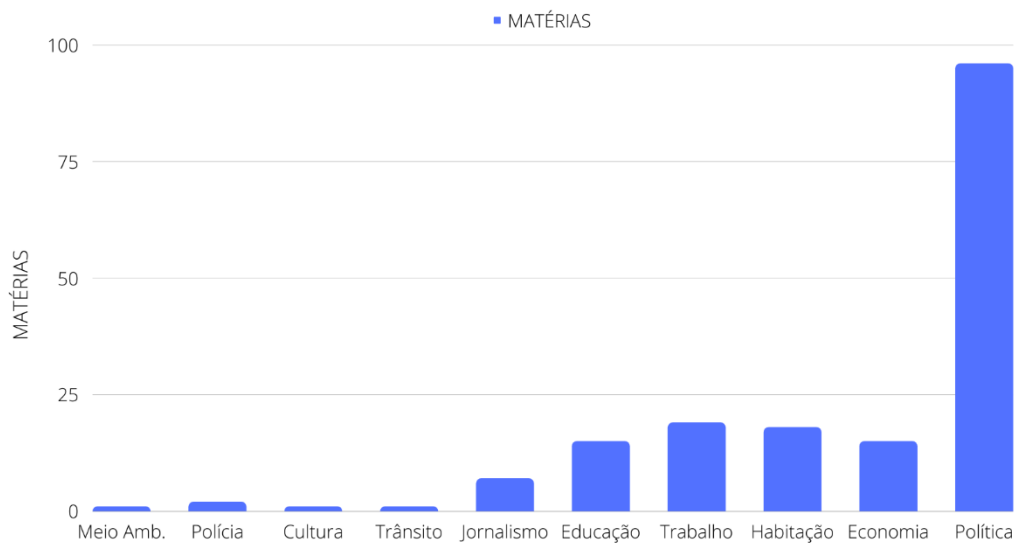
⁴¹ POSIÇÃO, 1976.

los. Já as questões relacionadas à Igreja têm a ver com o engajamento de setores na defesa dos presos políticos, luta pela anistia e posicionamento em prol da democratização.

Neste capítulo, fazemos um recorte que se inicia na primeira edição, datada de outubro de 1976, e vai até a 52ª edição, período em que o editor-responsável pela publicação foram os jornalistas Rogério Medeiros, Pedro Maia e Luiz Rogério Fabrino, que permaneceu até a 51ª edição. A partir da 52ª edição, o cargo é assumido por Luzimar Nogueira Dias que, com aproximação ao PCdoB, tornou o alternativo uma das principais frentes do partido. A partir daí, o *Posição* deixou de ser elaborado puramente por jornalistas, passando a assumir perspectivas mais partidárias.

O *corpus* desse período é composto por 175 textos oriundos das chamadas das capas. Nesse conjunto, o principal tema é Política, com 96 aparições; Trabalho, 19; Habitação, 18; Economia e Educação, 15; Jornalismo, sete; Polícia, dois; Meio Ambiente, Mobilidade e Cultura, um. É possível conferir no gráfico a seguir a relação total.

Gráfico 1: Principais temas oriundos das capas do *Posição* entre a 1ª e a 52ª ed.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

É evidente que o tema de maior enfoque neste período é, justamente, o qual tornou o *Posição* mais conhecido ao longo da sua trajetória: o político, que é explorado em suas diversas facetas, sendo que a maioria delas traz uma preocupação com a temática local. Neste período inicial, da estreia nas bancas a 52ª edição, o alternativo se consolidou como um veículo politicamente importante para o cenário capixaba e na contraposição à imprensa local, desconstrução do discurso oficial de pautas nacionais e regionais das mais diversas áreas.

A chegada às bancas do *Posição* deu início a uma nova postura do que caracterizava, até então, o jornalismo alternativo marcado pelas reportagens regionais e por uma disposição mais contestatória, independente e pela propensão ao ativismo⁴². Nesse sentido, o conteúdo ampliava assuntos locais para além da questão do cenário nacional, abrangendo problemas e questões relativas ao território capixaba.

⁴² KUCINSKI, Bernardo. 1991, p.24.

5.1 UM NOVO JEITO DE SE COMUNICAR

As reportagens publicadas pelo Posição abrangeram uma pauta extraordinariamente variada de temas que faziam referência, direta ou indiretamente, a temas de cunho social, à condição política, de trabalho, falta de saúde, cultura, a educação, disputas por terra, assuntos policiais, econômicos, questões da imprensa e pelo universo de informações que compunham o referencial informativo imediato do seu público leitor. Dentro dessa variedade temática, uma característica em comum foi a apresentação do ângulo de visão que rompia com o padrão convencional do jornalismo informativo da época e, obviamente, tendo em vista o projeto em que o periódico fundava a sua proposta.

Dentro dessa proposta, ao longo das edições, o Posição ao mesmo tempo em que constrói o oponente, manifesta, explícita ou implicitamente, sua opinião sobre o que o oponente é/diz/faz, com o que edifica a proposta política da democratização e o modelo que deve sustentá-la. O mesmo ocorre com as denúncias: ao apresentá-las, o jornal tece sua opinião, sustentando o projeto de transformação social –vinculado com o propósito anterior, da democratização.

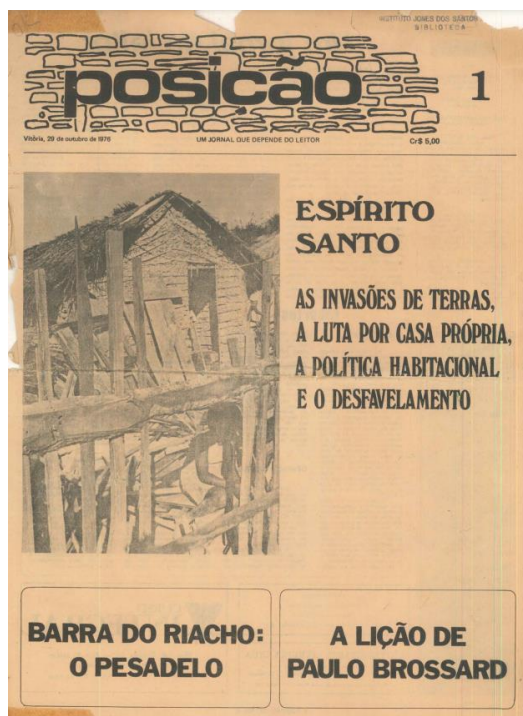
Como se sabe, a sua chegada às bancas deu início a uma nova postura do que caracterizava, até então, o jornalismo alternativo marcado pelas reportagens regionais e por uma disposição mais contestatória, independente e pela propensão ao ativismo⁴³. Nesse sentido, o conteúdo ampliava assuntos locais para além da questão do cenário nacional, abrangendo problemas e questões relativas ao território capixaba. Marcado pelas reportagens regionais e por uma disposição mais contestatória, independente e pela propensão ao ativismo, o *Posição* ampliava assuntos locais para além da questão do cenário nacional, abrangendo problemas e questões relativas ao território capixaba.

Não é à toa que um dos grandes destaques da primeira edição é a manchete *Espírito Santo*, que trata sobre as invasões de terra, da política habitacional e o desfavelamento. A reportagem ainda explora um assunto até

⁴³ KUCINSKI, Bernardo. 1991, p.24.

então novo, mas não destacado pelo noticiário local: a questão da organização de um movimento de resistência pelos moradores que viviam nesses territórios.

Figura 5: Capa da primeira edição do jornal *Posição* publicada no dia 29 de outubro de 1976.



Fonte: Acervo Digital do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Esse tema segue explorado nas próximas edições, buscando expor problemas decorrentes da exploração e uso da terra como fatores sociais, econômicos e político. Assim, na 23ª edição, especial de aniversário, o alternativo explorou em seu editorial essa questão ao falar que, 10% dos donos de terras tinham 50% da posse da área rural total Estado.

Da concentração da posse da terra numa oligarquia rural nasce o êxodo do homem do campo para a cidade. Em decorrência desse êxodo, nascem problemas como habitação, saúde, educação. Sem recursos e sem instrução, o homem do campo limita-se a lutar pela sobrevivência na cidade. Não tem casa: faz barraco no morro. Não tem água encanada: bebê do rio ou da baía. Dessa marginalização social, desse desemprego, desse desespero nasce também a criminalidade - consequência apenas lógica desse processo social. Nasce a prostituição - alucinante, a considerar os números de menos prostituídas por razões essencialmente econômicas (POSIÇÃO, ed. 23ª, p.2)

Vale lembrar que estamos debruçados acerca de um período em que a discussão de temas como distribuição de terras, planejamento urbano, o movimento monopolista das grandes empresas e êxodo rural, entre tantos outros temas, eram assuntos sensíveis para o governo do militar.

O *Posição*, assim, na maioria das vezes, registava, comentava e participava da história ao mostrar os problemas que iam de encontro ao que o regime dizia e, ao mesmo tempo, chamava a atenção para temas que contrariavam a imagem que a gestão do governo queria passar aos capixabas, estampados esses assuntos na capa da publicação, muitas vezes, com ilustrações e fotos.

5.2 OS ENREDAMENTOS COM A POLÍTICA E AS RELAÇÕES COM O LEITOR

Da estreia do *Posição* ao fim da sua existência, outros assuntos do cenário local compuseram o arsenal de reportagens. A política é uma delas e é o que aparece de modo mais constante ao longo da trajetória do alternativo e no período aqui analisado consta com 96 matérias da chamada de capa seguindo essa linha. O tema ganhou destaque já na estreia, com a cobertura da vinda ao Estado do senador gaúcho pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Paulo Brossard. No texto, o título “A Lição” anunciava o que estava por vir: uma síntese sobre Direito Humanos, Cultura e o cenário político nacional, temas até então sensíveis ao regime e ignorados pelo noticiário tradicional.

A tematização da política ocorreu em diferentes níveis: político-partidário e a relação com o governo; político-eleitoral; discussão dos problemas causados pelo regime autoritário (falta de participação, violência policial e direitos humanos); discussão da política em termos históricos, conjunturais e conceituais (incluindo política internacional); abordagem da temática da cidadania e do drama social.

O nível político-partidário é posto pela análise de posturas e discursos de deputados, estaduais e federais, e de lideranças do MDB, pela reprodução de documentos, repercussão de eventos ou atividades do movimento de oposição. O nível político-eleitoral é visto desde as questões da política local (em diferentes municípios do Espírito Santo), das relações entre MDB e Arena,

da legislação eleitoral. O nível da cidadania e drama social observa a responsabilidade do modelo-econômico do regime militar pelo aumento do custo de vida; e a responsabilidade do sistema político pela persistência de situações de semiescraavidão e de exploração – pela deficiência de fiscalização das relações de trabalho –, ausência de participação popular e deficitária implantação de políticas públicas: redes de água e esgoto, educação, saúde.

Na defesa da democracia, muito se abordou sobre as eleições tanto municipais quanto ao Palácio Anchieta e, por isso, o periódico trazia frequentemente reportagens com políticos do MDB. Em notícias, artigos e entrevistas, o jornal afirma a necessidade do leitorado em votar no partido, porém escolhendo candidatos com propostas claras para mudar o sistema político e econômico. De outro modo, há uma crítica sistemática à Arena, pela forma como foi construída a disputa eleitoral e pela tentativa de tornar a eleição uma disputa paroquial, sem importância política.

Ao longo da sua trajetória, figuras importantes para a política capixaba apareceram nas páginas do Posição, tais como Élcio Guimarães, Hélio Manhães, e Gilson Carone. Um dos destaques nessa linha política, com ideias progressistas para a campanha política da época e, é claro, denúncias da arbitrariedade das eleições naquele período é datada em 12 de novembro de 1976, publicada na 2ª edição.

Figura 6: Capa da segunda edição do jornal Posição publicada no dia 12 de novembro de 1976.



Fonte: Acervo Digital do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Nesta edição, o assunto eleições municipais esteve presente em nove das 12 páginas publicadas e é o momento em que o alternativo traz suas primeiras críticas ao regime, ainda que de forma cautelosa. Entre as notícias, as páginas seis e sete trouxeram uma entrevista com os candidatos emedebistas das cidades de Cariacica, Vila Velha, Guaçuí e São Mateus. Há também críticas à propaganda eleitoral que proibia a divulgação das ideias dos candidatos ou fixação de propaganda eleitoral em locais públicos e fechados, por exemplo.

Se a Lei Falcão - e o seu post-scriptum do STS - representou um retrocesso considerável na campanha eleitoral do MDB, outros fatores contribuíram para torná-la ainda mais difícil, como as irregularidades, os abusos e as arbitrariedades constantemente cometidos contra os candidatos de oposição (POSIÇÃO 2ª ed., p. 3).

Na mesma publicação, o alternativo trouxe denúncias do cenário político de Colatina que anunciava a “*Corrupção Eleitoral: um método institucionalizado*”, sobre a distribuição de verbas públicas, doação de material

de construção, aluguel de táxis e outras práticas irregulares para angariar votos ao candidato da Arena. Arbitrariedade que não ocorreu, exclusivamente, em Colatina, pelo contrário. O noticiário ainda mostrou que em Cachoeiro a Justiça Eleitoral autorizou a candidatura do ex-deputado José Tasso de Andrade ao cargo de prefeito da cidade que, na época, havia sido indiciado por falsificação ideológica.

As eleições voltaram a pautar o jornal com destaque no dia 03 de dezembro de 1976. Na capa, a fotografia de uma multidão carrega um caixão com a manchete *A tragédia de Cachoeiro*. Nas páginas seguintes, é noticiado o atentado contra o vereador mais votado do Espírito Santo, Roberto Valadão, e o assassinato do irmão do então prefeito da cidade, Gicélio Manhães (MDB), pelo ex-deputado Oséas Nascimento. O atentado ocorreu quatro dias após a oposição vencer as eleições da cidade e mobilizou cerca de 15 mil pessoas para o cortejo.

Figura 7: Capa do jornal Posição publicada no dia 03 de dezembro de 1976.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

O *Posição* remonta a trajetória dos acontecimentos da Ditadura Militar, quase que ao mesmo momento em que aconteciam, mas em âmbito regional, e o cunho político, como já evidenciamos anteriormente, é o que move a maioria das reportagens analisadas. Isto é, em plena censura, o alternativo apostou em grandes reportagens que traziam notícias dos acontecimentos da oposição contra o regime, ou de assuntos abafados pelos censores e ditadores da época. Por exemplo, a matéria “*Élcio Álvares 1975-1977: O devedor de promessas*” da 9ª edição, do mês março de 1977, que explora essa temática ao explicitar que, ao completar dois anos de mandato, o então governador do Espírito Santo, Élcio Álvares não havia cumprido suas promessas de campanha.

Digna de menção, o embate entre a equipe do *Posição* e Élcio Álvares, então governador do Estado, trouxe, muitas vezes, questionamentos e/ou polêmicas relacionadas ao governo que direcionaram a produção de informações via alternativo para divulgação de matérias e reportagens sobre grandes problemas da gestão. Na 32ª, por exemplo, o alternativo anunciava “*Três anos de propaganda e publicidade. Élcio Álvares, o homem de 1,5 milhão de dólares*”, publicada em março de 1978. No editorial, o alternativo lembrou da ed. 9ª, em resposta aos dois anos de mandato, quando cobrou a realização das “fantásticas e inalcançáveis promessas que ele fez durante seus dois primeiros anos de mandato” (*POSIÇÃO*, ed. 32, p.2) e, continuou, ao longo das páginas da ed. 32ª revelando, por meio da análise de dados, os gastos astronômicos com publicidade e propagando.

Figura 8: Capa do jornal Posição publicada no dia 22 de março de 1978.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

A partir de casos envolvendo vantagens com o dinheiro público o jornal investiga a corrupção no governo do Estado. Podemos destacar duas reportagens: uma da 39ª edição que, com o título “Viação Alvorada, Viação Planeta e o governador: a grande mamata”⁴⁴, denuncia o monopólio do transporte público e outra sobre “Mar de lama (acusações): os pacotes da corrupção”⁴⁵, que traz as denúncias de corrupção no Estado trazidas a luz pelo então deputado estadual, Nyder Barbosa (MDB).

Quando observamos a temática religião com destaque no Posição é sempre com foco em expoentes do catolicismo. O assunto é abordado também com um viés político, destacando a influência desses personagens. Na 13ª ed., por exemplo, há uma página intitulada "A igreja indigitada", que discorre sobre a situação da igreja e a subversão de bispos. Na ocasião, o arcebispo de

⁴⁴ Posição, ed. 39, p. 3

⁴⁵ Posição, ed. 37, p. 5

Diamantina, Geraldo Sigaud, deu uma declaração afirmando sobre a infiltração comunista na igreja.

Vale ressaltar que levamos em conta não apenas a política no sentido de partido político, ou de negociações políticas, mas em um sentido mais amplo, abarcando questões ligadas também a democracia, a liberdade, os direitos humanos, a censura, a resistência, à memória do período em que o alternativo circulava. Ao longo das edições analisadas, encontramos diversas facetas do tema que se complementam, juntamente com questões de disputa de terras, por exemplo, invariavelmente políticas, como é o caso da matéria "*O Estado está dando terra de presente*" e "*Nos mangues e nos morros continuam a luta por um palmo de terra*", publicadas na 11ª edição, de abril de 1977. O tema seria explorado nas páginas de outras edições do alternativo, com destaque na 23ª, especial de aniversário, e na 52ª edição, de março de 1979, publicada com exclusividade pelo alternativo com a matéria "*A falência da colonização oficial em Rondônia*", que trouxe uma denúncia do deputado mais votado da região pelo MDB, Jerônimo Garcia Santana⁴⁶, sobre a inoperância do Estado nos processos de colonização, durante as operações em que deveria comandar.

⁴⁶ Jerônimo Garcia foi um advogado e político, que militou na política rondoniense por mais de trinta anos, tendo sido eleito prefeito de Porto Velho em 1985 e governador de Rondônia em 1986. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-garcia-santana>

Figura 9: Capa do jornal Posição publicada no dia 16 de março de 1979.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Há também, no segmento das questões sociais, a matéria "*Tráfico de menores, corrupção, bestialidade. Eles!*", da 41ª edição, de agosto de 1978 que, em resposta a *A Gazeta* que tratou sobre os efeitos do tema, trouxe as causas.

O problema, evidentemente, não está propriamente na criança marginalizada, mas na inexistência de condições sociais e econômicas que proporcionem um desenvolvimento saudável da população. O problema está na desigualdade e injustiça social que, automaticamente, marginaliza da vida da nação mais de 80 por cento dos brasileiros. O problema, enfim, está na inexistência de critérios democráticos na distribuição da riqueza. (POSIÇÃO, ed. 41, p.6)

A tematização destes elementos conceituais ou reflexivos sobre o contexto do Espírito Santo na ditadura militar não é feita a partir de falas ocasionais de fontes oficiais, mas da própria construção dos textos do jornal, como parte de sua lógica de funcionamento. Fausto Neto, ao tratar do campo do jornalismo, observa que este "no próprio momento em que teoriza sobre o

seu fazer”, dando visibilidade ao que “virtualmente se encontra segregado” (1995, p. 165). É o que ocorre, em âmbito restrito, no Posição. Pela maneira como constrói as notícias e reflexões, o jornal pauta o que era necessário para compor um circuito de debates, que defendia como necessário.

5.3 COMPLEXAS FACETAS DA COBERTURA DO POSIÇÃO

Além dos assuntos políticos como corrupção, articulação e críticas ao regime, o jornal cobria também a área trabalhista, denunciando a falta de emprego, os maus tratos, ameaças e até perseguições. Na 2ª edição, por exemplo, o alternativo denunciou as condições precárias para o transporte de operários na caçamba de caminhões para os canteiros de obras que, na época, já haviam causado ao menos a morte de cinco trabalhadores. A reportagem trouxe falas do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito e voltou às páginas do alternativo na edição publicada no dia 21 de janeiro de 1977.

Na 6ª edição, em “*Seu jornal está em dificuldades?*”, o alternativo denunciou a demissão de 34 jornalistas pelo jornal *A Tribuna* às vésperas do *réveillon*. No texto, além da dispensa, o jornal chamou a atenção para “[...] um problema mais amplo: o restrito mercado de trabalho, praticamente dividido em por dois jornais, e as próprias condições de sobrevivência dessas pessoas no exercício de sua profissão”. E, ao final, chamava a atenção para o retrocesso evidente que as demissões representavam para a imprensa capixaba e, conseqüentemente, a perda na luta pela liberdade de expressão.

Figura 10: Recorte interno da 6ª edição do jornal Posição publicada no dia 21 de janeiro de 1977.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

A notícia sobre a demissão em massa continuou na página seguinte e trouxe depoimentos de Sérgio Egito, redator-chefe, Antônio Rosetti, diretor responsável, Marcelo Rossoni, editor de política, Hesio Pessali, secretário de redação, Roberto Junquillo, editor de política, Oswaldo Oleari, presidente da Associação Profissional dos Jornalistas, Luís Trevisan, Tilda Messias e Adam Czartoryski, esses últimos demitidos do jornal *A Tribuna*.

A questão trabalhista voltou a pontuar o alternativo. Na 8ª edição, por exemplo, a manchete na capa já anunciava “Operários torturados e humilhados como se fosse lógico (procura-se uma explicação)”. O texto era uma resposta a matéria “Tarados são presos na Ilha do Boi”, publicada pela *A Gazeta* e caracterizada no texto como “falsa, difamatória e canalha”⁴⁷. Na edição, o *Posição* narrou os fatos e deu voz a defesa dando espaço aos depoimentos dos operários, do representante sindical e do proprietário da obra.

⁴⁷ POSIÇÃO, ed. 8ª, p. 4.

Outro ponto que o jornal por vezes trazia era a habitação e a luta por terras, a questão das invasões e ações de reapropriação de terra são abordadas, assim como da migração dos trabalhadores do campo para a cidade. Assuntos, também, essencialmente políticos e de conflitos sociais.

Figura 11: Recorte interno publicado no dia 07 de fevereiro de 1977.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Presente em 15 reportagens oriundas das capas, a Educação é uma das áreas explorada pelo *Posição*, sempre com enfoque nas condições de trabalho dos professores, através de uma perspectiva crítica ao governo estadual. A reportagem "*Afonso Cláudio: Saem 16 professores, entra Arena-2*"⁴⁸, é bem elucidativa pois evidencia a demissão de 16 professores devido a questões

⁴⁸ POSIÇÃO, ed. 9ª, p.04.

políticas, que foram substituídos por monitores aliados à política do então governador Élcio Álvares.

Um olhar crítico sobre as condições para se fazer jornalismo também permeia o *Posição*, uma vez que o objetivo principal do periódico é ser um jornal feito por jornalistas. Não é à toa que a profissão esteve presente no levantamento, problematizando o mercado de comunicação capixaba, criticando as demissões e perseguições aos jornalistas, e informando sobre a situação e as condições da categoria. Entre as matérias de destaque está a da segunda edição, publicada na primeira quinzena de novembro de 1976, intitulada “A cooperativa da classe”, que além da notícia sobre a mudança da Associação dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo para Sindicato e trouxe a da formação de uma cooperativa que agiria “como braço assistencial do Sindicato, principalmente no atendimento daqueles que, por não possuírem seu registro profissional, estão impedidos de se filiarem”.

Na economia, matérias que ganham destaque no período são aquelas de cunho mais analítico, com foco nas condições econômicas do Brasil, o que pode ser percebido na reportagem “Custo de vida: quem paga o pato”, da 7ª edição, do mês de fevereiro de 1977. A reportagem traz as consequências das medidas adotadas pelo governo na racionalização de combustível para o aumento do custo de vida da população mais pobre. Na mesma página, “Os alemães não estão descendo. A verdura vai subir”, falava sobre o aumento dos produtos hortifrutigranjeiros que chegavam à cidade via gasolina.

Presente em seis reportagens, a Cultura também é uma das áreas exploradas pelo *Posição*, mas quando aparece em destaque é em uma grande entrevista com o ator capixaba Joel Barcelos que, também, caminhou para o lado político trazendo questões relativas ao período ditatorial, sobre cinema, música e a questão racial.

conforme já constatamos anteriormente, que o grande tema do jornal é a política regional, ao evidenciar assuntos marcantes dos bastidores na mesma época em que aconteciam e, desse modo, desvendar os fatos até então desconhecidos sobre este período histórico brasileiro. Ao longo das edições, políticos perseguidos tiveram a oportunidade de falar e os cidadãos comuns puderam narrar suas versões dos fatos sobre temas que foram silenciados, ocultados e excluídos das páginas dos jornais da chamada grande imprensa. O *Posição*, assim, contava e refletia sobre a história recente do país que se mantinha oculta em função da censura oficial por parte da ditadura.

Revisitar a atuação do jornalismo alternativo durante a ditadura militar que, apesar de todas as dificuldades, investiu em reportagens investigativas políticas e de denúncia, é uma tentativa de manter viva a memória para que os erros do passado não se repitam. Por isso, ainda hoje a experiência e esse tipo de fazer jornalismo são inspirações para o jornalismo contemporâneo.

5.4 O presente pelo passado

O jornal *Posição*, ao abrir espaço para seus opositores, escreveu e reescreveu a história recente do Espírito Santo. Através das suas inúmeras notícias e reportagens, o alternativo trouxe a luz temas até então obscuros para a imprensa tradicional e ao mesmo tempo atuais para discussões recentes se firmando não só como uma importante fonte para sua época, mas, também, como fator definidor acerca da função do jornalista.

Ler o *Posição* é também problematizar uma questão que passa pela identidade. Por exemplo, é comum muitas vezes escutarmos que no Espírito Santo não houve violência, censura, perseguições ou disputa de poder durante a ditadura militar. Entretanto, a história e os registros encontrados no alternativo mostram como tomou forma a oposição e a resistência contra a ditadura.

A seguir nos dedicamos a contar essa história, a partir das reportagens mais emblemáticas do alternativo que abordaram temas até então negligenciados pela imprensa tradicional. Desde questões sociais, como a

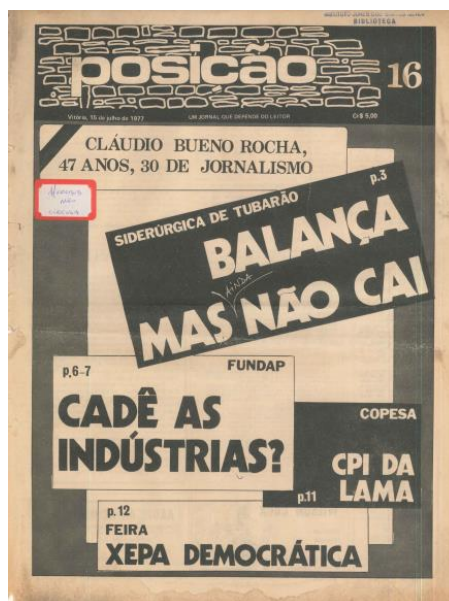
desigualdade e a violência urbana, até questões ambientais e culturais. Ao longo das edições o Posição trouxe à tona discussões que mais tarde se tornariam centrais na agenda pública do Espírito Santo e do Brasil.

Sob o título "Tubarão: siderúrgica, onde a pressa é inimiga da urbanização", que circulou na 3ª edição, em 03 de dezembro de 1976, trouxe aos leitores capixabas as consequências sociais, econômicas e de habitação que estavam por trás da instalação do complexo siderúrgico. Com fotos e apuração de Luzimar Nogueira Dias e Ronald Mansur, a matéria se destacou em duas páginas pela ousadia e coragem em contestar o otimismo do Estado com o projeto, mostrando aos leitores o que os outros jornais da imprensa tradicional de Vitória não fazia.

Enquanto os recursos definidos pelos técnicos no simpósio na casa de verão do governo não chegam, no bairro Branco, por exemplo, um amontoado de aproximadamente 300 barracos ("casa mesmo só umas dez", afirma seus moradores), uma escola em condições precárias, crianças sub-alimentadas, ausência de escotos sanitários e água. [...] Um sub-produto da implantação do Civit e da expansão industrial no planalto de Carapina, o bairro Branco tem seu crescimento acelerado, e desordenado, justamente a partir de 1973, quando o governo anunciava a possibilidade de possuir uma siderúrgica, destinada a promover a redenção econômica estadual, trazendo novos empregos e cerca de 200 empresas satélites. Lá, como em toda periferia de Vitória, está o resultado do esvaziamento da zona rural, da procura dos benefícios trazidos pela industrialização (POSIÇÃO, 3ª ed., p. 6-7)

A siderúrgica foi destaque em outras edições. Na 16ª edição, por exemplo, em "Tubarão: a hora da verdade" o alternativo alertava que o projeto siderúrgico se esbarrava no desequilíbrio fiscal e econômico do Estado, com riscos de atraso.

Figura 13: Capa da 16ª edição do Jornal Posição.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

O tema voltaria as páginas do alternativo. Agora, sob o viés da exploração eleitoral buscando, na 23ª edição, a reportagem “Saturação Eleitoreira” trouxe as aspirações do então secretário Theodorico de Assis Ferraço de fazer "centros industriais" no interior. O objetivo, segundo a notícia, era obter votos. O alternativo, assim, finaliza a matéria sinalizando que

[...] com o Estado praticamente falido, com uma dívida bilionária contraída com o governo e sem perspectivas imediatas de poder saldá-la, falar em "interiorização industrial" é muito pouco convincente - até para eleitores do interior" (POSIÇÃO, 23ª ed. p. 19)

Em 29 de outubro de 1977, o Posição comemoraria um ano desde a sua estreia. Pra celebrar, a 23ª edição chegou às bancas com 20 páginas, uma capa ilustrativa colorida e um editorial que transmitia certo alívio dos colaboradores. "Enfim, a questão agrária" (POSIÇÃO, p.2), dizia.

Figura 14: Capa da 23ª edição do Jornal Posição.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

Segundo o noticiário alternativo, 50% da área rural total do Espírito Santo estava sob domínio de 10% dos proprietários rurais. Tal desigualdade, dava origem a problemas sociais, econômicos e políticos.

Da concentração da terra numa oligarquia rural nasce o êxodo do homem do campo para a cidade. Em decorrência desse êxodo, nascem problemas como habitação, saúde, educação. Sem recursos e sem instrução, o homem do campo limita-se a lutar pela sobrevivência, na cidade. Não tem casa: faz um barraco no morro. Não tem água encanada: bebe do rio ou da baía. Dessa marginalização social, desse desemprego, desse desespero nasce também a criminalidade - consequência apenas lógica desse processo social. (Posição, 23ª ed., p.2)

Na mesma edição, o Posição trouxe outra problemática capixaba da época: a prostituição adulta e infantil por razões essencialmente econômicas. Afinal, sem casa, comida, educação e trabalho era preciso buscar renda de outras formas. Para falar sobre o assunto, o alternativo apresenta o caso a cidade de Carapeba, localizada a 12 quilômetros de Vitória onde, hoje, se localiza o bairro de Novo Horizonte, na Serra.

Na época, o local se tornou um dos maiores centros de prostituição do país. Foi assim que de um matagal se fez uma cidade que possui hoje a maior renda "per capita" do Espírito Santo". Uma cidade que, em contrapartida, se transformou no maior foco de doenças funéreas do Estado. Carapeba lembra uma cidade de faroeste de cem anos

atras. As ruas não têm pavimentação e os carros levantam nuvens de poeira quando passam. A maioria das casas, de tijolo, tem só um andar e as janelas não têm vidros. As gretas das janelas e as portas são abertas. As moças ficam à janela ou então junto a porta, tentando seduzir os homens que passam a acompanhá-las para dentro (POSIÇÃO, ed. 23ª, p. 5)

Em “Corrupção de Menores: um beco sem saída”, na mesma edição comemorativa, o alternativo ainda denunciou que onde a pobreza era mais dura a prostituição infantil era ainda mais acentuada e que o problema tem por causa principal a migração maciça do campo para a cidade.

É importante salientar que o Posição também trazia matérias ligadas aos movimentos populares. Na 25ª edição, por exemplo, em “Grandes Esperanças” o alternativo trouxe notícias do bairro Jardim Marilândia, em Vila Velha, onde o povo criou um movimento e conseguiu água, ônibus, luz e até escola. “A vontade de lutar pelo melhoramento do bairro parece que parou no tempo. Os moradores foram se acostumando a depender das autoridades, esquecendo que o Movimento Comunitário pode ter vida própria” (p.12), dizia o jornal.

Ainda em Vila Velha, pelas páginas do Posição os leitores eram avisados “Chuvas de Verão: as enchentes de sempre”. Ao longo da reportagem, o alternativo trouxe o drama dos moradores dos bairros Soteco, Boa Vista e outras regiões da cidade que sofriam com a falta de saneamento.

“Alias quem mora não apenas em Soteco, mas na grande maioria dos bairros periféricos de Vila Velha tem que ser malabaristas. Tem que saber passar pelos cantinhos das ruas (?), impressado numa ou em outra cerca, sem cair na lama ou nas enormes valas féticas, de água podre, que existem por todos os cantos” (POSIÇÃO, ed. 25ª, p.7), denunciava o alternativo.

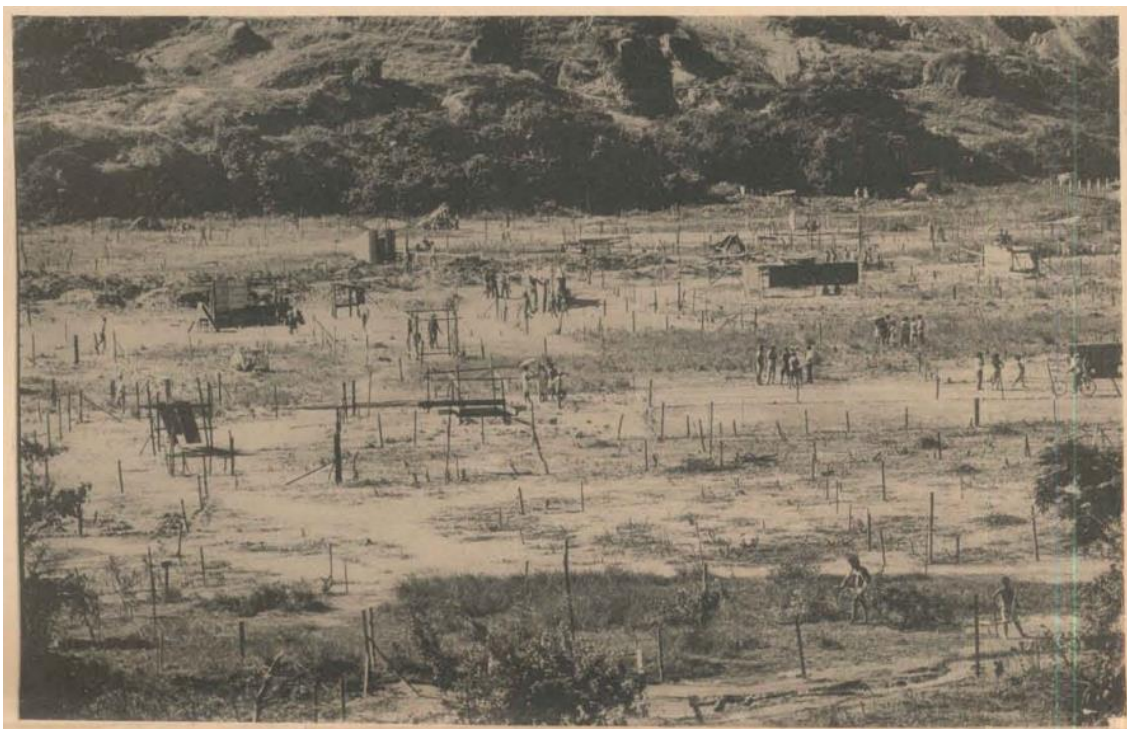
Figura 15: Foto do bairro Aribiri publicada na 25ª edição do Jornal Posição.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

O Posição também foi local de pauta para a reforma agrária. Na 32ª edição, o alternativo em três páginas chamou de "Rasga Coração" o sofrimento de cerca de duas mil pessoas que ocuparam uma área da Companhia Vale do Rio Doce, desocupada por 17 anos. "Pessoas sem casa e sem recursos tentaram ocupar aquela área para morar. Acabaram escorraçados, expulsos e maltratados pela política da Vale" (p.6), denunciava o alternativo.

Figura 16: Foto do bairro Aribiri publicada na 25ª edição do Jornal Posição.



Fonte: Acervo Digitalizado do Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

O drama da terra voltou a pautar o alternativo em outras edições. Na 39ª, por exemplo, o alternativo trouxe uma entrevista com Salvador Bonomo, líder estudantil e que viria coordenar a campanha das diretas-já no Espírito Santo. "Tem que haver uma reforma agrária autêntica", sinaliza a matéria. Ao longo da entrevista, Bonomo expõe qual é essa autenticidade que começa, primeiramente, da distribuição de terras.

CONCLUSÃO

Se aprofundar na história do Posição que, ainda hoje, se configura como um importante periódico para a imprensa alternativa, possibilitou compreender a conjuntura de um tempo e o espírito de uma época que se refletem nas páginas do alternativo e, agora, neste trabalho, que deseja ser só mais um caminho para estudos de todos aqueles que se interessarem pelo tema.

Conforme procuramos demonstrar, desde o seu surgimento, o *Posição* tinha como propósito se constituir em um espaço democrático, onde seria realizado um jornalismo que teria como principal característica, não só a informação crítica, mas, também, o diálogo com o leitor. Nascendo com uma espécie de "resposta" à experiência dos jornais da grande imprensa, o *Posição* vislumbrava ser um jornal que não teria patrão e empresário, sendo regido, assim, por concepções de propriedade coletiva e cooperativismo. Além disso, em constante diálogo com o leitor, buscou ser um periódico com uma linguagem mais acessível, de apuração democrática e reportagens aprofundadas.

O jornal, mesmo após tantos anos do fim da sua circulação, permanece no imaginário dos jornalistas, principalmente do Espírito Santo, por ser uma proposta quase única: um jornal impresso de cunho alternativo oriundo de um grupo de jornalistas, recém-demitidos, durante a ditadura militar. Continua relevante devido a sua notória história de independência editorial aliada a uma tentativa de autonomia financeira. Consequentemente, segue também sendo objetivo de pesquisa acadêmica e de inspiração para projetos, como essa monografia demonstrou.

Frente a situação do seu tempo, o *Posição* se posicionou desde suas primeiras publicações contra o regime chamando a atenção para temas que não eram divulgados. Prova dessa questão foram as inúmeras matérias que colocaram o debate político no centro de suas preocupações. Ao traçamos a linha do tempo do alternativo, ainda foi possível entender as diversas facetas das narrativas de suas páginas que, na contramão da imprensa tradicional regionalizou sua discussão para tratar de temas, como: a ampliação de favelas como consequência, principal, do êxodo rural, más condições trabalhistas dos trabalhadores, questões relacionadas à democracia, aos direitos dos trabalhadores, as questões de terras e habitação, reivindicação salarial, movimento sindical, greves etc. Temas ainda novos e inexistentes para o contexto, através da formação de uma rede de colaboradores que se reuniram em torno da ideia atrativa pela liberdade e independência.

Assim, vislumbramos a construção da história a partir das páginas do *Posição*, assim, como também quem escrevia, o perfil do leitor e, sobretudo, as

interpretações que conseguimos realizar a partir dos indícios do corpus dos textos, uma leitura que contribuiu para o fio condutor desta narrativa.

Discorrido sobre a proposta, é preciso ater-se, ainda, aos objetivos específicos alcançados. No caso dos temas destacados pelas chamadas de capas, foram identificadas 10 áreas que, ao longo da narrativa, se relacionavam, conforme discorrido. Nesse sentido, foi possível identificar que, o Posição produziu e publicou textos e imagens que levaram ao conhecimento público, de forma direta e algumas vezes inusitada, questões obscuras do sistema repressivo da ditadura militar, que apesar de já terem sido relatadas e denunciadas não eram, entretanto, discutidas e averiguadas.

Assim, o Posição escrevia a História. O alternativo ao se debruçar sobre questões comuns à sua época estabeleceu relações entre mídia e história a partir das páginas e dos depoimentos das fontes, apontando para questões silenciadas e, muitas vezes, ocultadas, como visão de contraponto ao discurso oficial do governo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Imprensa Alternativa: alcance e limites**. Revista Tempo e Presença, nº. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). **Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPEDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAUJO, Maria Paulo Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva C.; RIBEIRO, Ana Paula G. **Comunicação e história: um entre-lugar**. In: BARBOSA, Marialva C.; RIBEIRO, Ana Paula G. Comunicação e história: partilhas teóricas. Florianópolis: Insular, 2011, p. 9-28. 2011.

BENEVENUTO, Álvaro, Jr. **Os alternativos na guerra das palavras**. Anais do 24º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cdrom]. São Paulo: Intercom, 2001.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais. As relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora**. Tese de Doutorado na ECA, USP - Maio de 1996. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-5.html>>. Acesso em abril 2024.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 1998.

BRAGA, José Luiz. **Pasquim e os anos 70: mais pra epa do que pra oba**. Brasília: UNB, 1991. BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **O Grito da Resistência: o Jornal Posição e a Cobertura da Abertura Política no Espírito Santo (1976 A 1981)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S.Paulo"**. . São Paulo: Alfa-Omega. . Acesso em: 02 abr. 2024. , 1980.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

COSTA, Josue Ivan. **A Voz do Resistência: um jornal contra a Ditadura Militar**. Marabá, 2018.

DIAS, Lucy. **Anos 70: enquanto corria a barca**. São Paulo: Senac, 2003.

FADHUL, Anamaria. **Políticas Culturais e processo político brasileiro**. In: MELO, José Marques de (org). Comunicação e transição democrática. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985, apud KLEIN, 2008, p. 66.

FENELON, Déa R. **Cultura e História Social: historiografia e pesquisa**. In: Projeto história. São Paulo: PUC, 1993.

FERNANDES, Millôr. **Imprensa alternativa: histórico e desdobramentos – A literatura na imprensa alternativa dos anos 70/80**. In: Imprensa Alternativa & Literatura – os anos de resistência. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da RIOARTE, 1987.

FRANCA, V. R. V. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?**. Ciberlegenda, Niterói, UFF, v. 5, 2001.

FICO, Carlos, **Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar** – Rio de Janeiro: Editora Record, 2004

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre, RS. 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; Souza, Aline Corrêa. **Aspectos Teóricos e Conceituais**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2009, p. 11-31.

Haguette, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GLORIA, Rafael. **Coojournal como objeto de pesquisa: mapeamento dos estudos realizados sobre o jornal**. In: ALCAR - Encontro Nacional de História da Mídia, 11. 2017, São Paulo. Anais São Paulo: Alcar, 2017. p. 1 - 15.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e *media*: **Com Habermas, contra Habermas**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (org). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scrittad, 1991.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINUZZO, José Antônio (Org). **Impressão Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Departamento de Imprensa oficial o Espírito Santo, Vitória, 2005.

MAZZEI, Vitor Reis. **Jornal O diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

MEDTISCH, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: Editora da UFRGS, 1992.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Sem medir as palavras: atuações do Jornal Inovação em Parnaíba-PI (1977-1982)**. 2012. 138f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina.

MOREIRA, Robson. **Posição, um termômetro capixaba. Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil**. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006, entrevista concedida a Ademar Possebom e Flávio Gonçalves.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de Arena E MDB (1964-1982)**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013

PASAVENTO, Sandra. **Memória de Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org). **Ditadura não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo**. Vitória, ES: Ales, 2014

PERUZZO, Cecília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2004.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RESENDE, Lino Geraldo, **A Censura Contra a cidadania**. Vitória: Editora Comum, 2011.

RAFESTIN, Claude. **O território e o poder**. In: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS, Marcela Miranda Félix; **Do riso ao grito: atuação dos jornais Gramma e Chapada do Corisco na década de 1970 em Teresina**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. **Comunicação e territorialidades: Em torno do poder e da cultura**. In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (Orgs.) **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. 1. ed. VITÓRIA: EDUFES, 2018. v. 1.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, Carolina Júlia Pinto dos. **A construção da memória positiva sobre a Ditadura: a narrativa da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (1970-1983)**. Orientador: Vítor de Angelo 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Vila Velha, Vila Velha-ES, 2018.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação: mass media: contexto e paradigmas; novas tendências; efeitos a longo prazo; o newsmaking**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BIBLIOGRAFIA ONLINE

Posição, edições 1ª a 52ª. Acervo online do Instituto Jones Santos Neves. <http://www.ijsn.es.gov.br/biblioteca/colecao-especial>. Acessado em 05 de abril de 2024.